



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA

ROGÉRIO REIS DOS SANTOS

**“UMA BICHA ATREVIDA PEDE A PALAVRA”: O LAMPIÃO DA ESQUINA E
A RESISTÊNCIA DE HOMOSSEXUAIS DURANTE A
DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA**

BRASÍLIA-DF
MARÇO DE 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA

ROGÉRIO REIS DOS SANTOS

**“UMA BICHA ATREVIDA PEDE A PALAVRA”: O LAMPIÃO DA ESQUINA E
A RESISTÊNCIA DE HOMOSSEXUAIS DURANTE A
DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania como requisito parcial para a obtenção do título de Mestrado. Linha de pesquisa 3: História, Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania.

Orientadores: Profa. Dra. Cléria Botelho da Costa e Wanderson Flor do Nascimento

BRASÍLIA-DF
MARÇO DE 2017

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA**

**“UMA BICHA ATREVIDA PEDE A PALAVRA”: O LAMPIÃO DA ESQUINA E A
RESISTÊNCIA DE HOMOSSEXUAIS DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR
BRASILEIRA**

ROGÉRIO REIS DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa: História, Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania.

Aprovada por:

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Eloisa Pereira Barroso (Examinador externa)

Prof.^a Dr.^a Vanessa Maria de Castro (Examinador interno)

Prof. Dr. Welligton Lourenço de Almeida (Examinador interno - suplente)

Brasília - DF

Uma bicha
atrevida
pede a
palavra...

Figura 1 Manchete do Jornal Lampião da Esquina, ed. N.º 2, junho de 1978

À viadagem, pelo que sou, pelo que conquistei.

À Professora Cléria, por arrumar a minha bagunça.

A Nado, com amor, por estar certo desde o começo.

AGRADECIMENTOS

Chego ao final deste trabalho bastante emocionado. Por vezes, cheguei a duvidar que este dia chegaria, mas chegou. Só me resta agradecer a todas e todos que contribuíram para este resultado, sem os quais eu não teria conseguido. Tem um pedacinho de vocês aqui neste texto. Quero muito agradecer ao sagrado, a força dos orixás, a meu pai Xangô (Kaô Cabecile!), a minha ancestralidade, a minha pombogira de fé (Iaroyê Dona Figueira!) por me sustentarem todas as vezes que achei que ia cair. A minha família, que mesmo sem entender e por vezes discordar do caminho que escolhi, não deixou de me apoiar. Aos amigos que deixei na Bahia, pela força, apesar da distância. À Brasília e à UnB pela calorosa acolhida. Aos amigos/irmãos que aqui encontrei: Élisson, Rodolfo, Rafael, Luis, Cahola, Carol, João e Norberto pelo que eu nem tenho palavras pra descrever. A todos os servidores que passaram pelo PPGDH pela ajudinha de sempre. Ao corpo docente do PPGDH, na pessoa da Prof.^a Vanessa, pelo carinho e respeito. Aos amigos e amigas da APG-UnB por todas as experiências incríveis. A Tone Ribeiro pela Belíssima capa. A Laís, Raquel, Léo e Bruna por sempre me ajudarem a matar a saudade da Bahia. A Carol pela ajuda no comecinho. A Marcelo por estar ao meu lado em toda essa caminhada. A Luciana, Ariadne e Érika pela força, ensinamentos e afeto. A Olívia, Nélia e Bia, os presentes que este mestrado me deu. Ao professor Wanderson, nenhuma forma de agradecimento seria suficiente, mas mesmo assim obrigado pela orientação, ante minha situação atípica. Por último, à Prof.^a Cléria (*in memoriam*), a quem dedico este trabalho, por ter feito de mim um pesquisador, por ter sido amorosa e dura comigo, sempre que necessário, pela generosidade, pela honra que foi conviver com a senhora.

Muito obrigado!

*Saio escondido,
procuro por você,
mas eles me acham.
Papai me bate.
O Diretor me põe de castigo.
A esquerda atenta contra mim.
(Glauco Mattoso, 1982)*

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABIG – Associação Brasileira de Imprensa Gay

AI5 – Ato Institucional nº 5

AIDS – Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida

AMFNB - Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COC – *Center For Culture And Recreation*

CODI – Centro de Operações e Defesa Interna

DOI – Destacamento de Operações e Informações

EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais

EGHO – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados

FLHA – Frente de Libertação Homossexual da Argentina

GGB – Grupo Gay da Bahia

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Manchete do Jornal Lampião da Esquina, ed. N.º 2, junho de 1978	4
Figura 2 Ensaio encontrado na edição n.º 2, de junho de 1978.....	16
Figura 3.....	29
Figura 4 – Capa da edição n.º 95 de O Snob, agosto de 1968.....	41
Figura 5 - Capa da última edição de O Snob, maio de 1969	53
Figura 6	56
Figura 7 Capa do Gente Gay. GREEN, 2000	74
Figura 8 Gravura de Darcy Penteadado. LAMPIÃO DA ESQUINA n.º 0, 1978.	77
Figura 9 O Repouso, de Darcy Penteadado. Fonte: LAMPIÃO DA ESQUINA n.º 28, 1980	78
Figura 10 Lampião da Esquina n.º 6, 1978	79
Figura 11 Lampião da Esquina n.º 25, 198	86
Figura 12 Logotipo do Lampião encontrado no número 0.....	89
Figura 13 Logotipo do Lampião encontrado no número 1.....	91
Figura 14 Charge -Lampião da Esquina n.º 22, 1980.....	97
Figura 15 Lampião da Esquina n.º 34, 1981	99
Figura 16 Lampião da Esquina n.º 21, 1980.....	101
Figura 17 Lampião da Esquina, n.º 31, 1980.....	102
Figura 18 Lampião da Esquina, n.º 34, 1981.....	111
Figura 19 Fonte: GREEN, 2000	114

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira. Levando em consideração que homossexuais sofreram repressões específicas nesse período, motivadas pela sexualidade, tanto a esquerda revolucioária quanto a direita conservadora reprimiam homossexuais. Ante a isso, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgênero se levantaram e construíram uma resistência que partia de suas vivências, experiências e representações, uma resistência cultural e política. A compreensão desses processos se deu na construção de uma narrativa baseada nas narrativas do jornal Lampião da Esquina, tabloide que circulou no período estudado e era produzido por e para homossexuais.

Palavras-chave: homossexualidades; ditadura; resistência; cultura

Sumário

“EIS AQUI O PRINCÍPIO DO PRAZER”:	UMA INTRODUÇÃO (UI!)	12	
1.	“PEQUENOS GESTOS, PEQUENAS REVOLUÇÕES”:	GÊNESIS DA RESISTÊNCIA DE HOMOSSEXUAIS	30
1.1	“Nós também estamos fazendo história”:	um breve contexto histórico	31
1.2	“Muita bixórdia!”:	as turmas, as redes de sociabilidade e os primeiros grupos de homossexuais no Brasil	37
1.3	“Corre, que lá vem os home!”:	o golpe de 1964 e o nascimento da ditadura civil militar brasileira	43
1.4	“Movimento no Brasil? Ele diz que no momento não há clima”:	empecilhos para a construção de uma consciência política coletiva	49
1.4.1	“Bicha com bicha não dá lagartixa”:	ganham força novas identidades	50
2.	"REPRESSÃO: ESSA NINGUÉM TRANSA"		57
2.1	“Convergentes, homossexualérrimas, lampionetes: quanto ativismo!”	– direitos humanos enquanto luta	58
2.2	“Não me aperta que eu sangro!”		61
2.2.1	“E tem aquela história de luta de classes...”		66
2.3	“Estamos aqui, plantados, sempre à espera da chamada ‘abertura’”		69
2.4	“A difícil arte de ser guei”		76
2.4.1	“O teatro é uma arte guei?”		83
3.	“POR UMA POLÍTICA MENOR: BICHAS E LÉSBICAS INAUGURAM A UTOPIA”		87
3.1	“Saindo do gueto”		88
3.2	“Grupo SOMOS: uma experiência”		91
3.3.	“Qual é a tua, oh Lampião?”		95
3.4	“Carnaval das bichas é o maior do mundo”		107
3.5	“O Ativismo e o abismo dos nossos desejos”		113
	“ESSA ZONA VAI ACABAR?”	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS		121

“EIS AQUI O PRINCÍPIO DO PRAZER”: UMA INTRODUÇÃO (UI!)

A ditadura iniciada em 1964 ficou marcada como um período sombrio da nossa história. Através de um golpe, os militares, com o franco apoio da sociedade civil, destituíram o então presidente João Goulart e deram início a um estado de exceção onde direitos, garantias e liberdades foram cerceadas. Sob o argumento de que estariam salvando a democracia da ameaça comunista, sequestros, desaparecimentos, prisões, torturas e homicídios foram cometidos por parte do regime, em face daqueles que ousaram se levantar contra a ditadura ou, por vezes, o alvo foi apenas alguém que não se encaixava no que os militares consideravam como padrão de comportamento de um cidadão/ã de bem, que fazia jus à proteção do estado.

A sociedade, por sua vez, respondeu das mais diversas formas. Ante as arbitrariedades advindas do Estado, houveram aqueles que se conformaram, mas também houveram aqueles que resistiram. Ainda que na clandestinidade, grupos e partidos de esquerda se formaram, alguns, inclusive, fortemente armados. Guiados pelos ideais da luta de classes, esta esquerda enfrentou a repressão dos militares e reivindicou um país livre, liberto das amarras e do medo impostos pela ditadura.

É dentro desse binarismo, regime militar de um lado e esquerda revolucionária do outro, que se costuma entender os conflitos que marcaram o período da ditadura civil militar brasileira. Mas será que todas as tensões da época em comento foram fruto da relação direita versus esquerda? Todas as repressões tinham como fundo a luta de classes? A resistência só se deu por meio da força e da luta armada?

Para responder estas perguntas, eu, enquanto bicha atrevida que sou, invoco o título deste trabalho e peço a palavra para dizer que a resistência à ditadura também foi colorida, poética, subversiva, debochada, travestida e coberta de muita pluma, lantejoulas e purpurina. Um luxo só.

Através do trabalho das comissões da verdade, a relação da ditadura com as homossexualidades foi despida e, com base nisso, já se afirma que homossexuais sofreram repressões específicas durante esse tempo, repressões estas que, de um modo geral, não eram motivadas pelos ideais políticos vigentes, mas sim, pelo simples fato destes homossexuais serem quem eram.

Dessa forma, homossexuais tornaram-se alvos constante de atos repressivos, sejam oriundos do Estado ou da sociedade e, como consequência, das mais diversas formas possíveis, seus direitos foram violados.

Também já se sabe que tais repressões não vinham apenas dos militares. Se por um lado o regime perseguia homossexuais por considerar que eles eram uma afronta à moral e bons costumes (baseados num ideal de moralidade cristã), a esquerda por sua vez era apática à causa, considerando-a menor face aos problemas da classe operária. Fora que esta esquerda construiu a ideia de que a revolução seria operada por homens fortes, másculos e viris, perfil no qual homossexuais, indivíduos que constantemente subvertiam os papéis de gênero, não se enquadravam.

Diante dessa conjuntura, os LGBTs percebem que a esquerda revolucionária não era simpática à causa, que, inspirada num “ethos de masculinidade revolucionária”, entendia a homossexualidade como um “desvio pequeno burguês” ou uma “doença” a ser curada e, desse modo, também oprimem gays, lésbicas, travestis e transexuais. Como disse Trevisan (2007), os jovens da esquerda ortodoxa diziam que a luta de gênero era “coisa de quem não tinha o que fazer”. (TREVISAN, 2007, p.334)

Homossexuais não somente foram perseguidos, como foram impedidos de exercer sua cidadania, partindo do pressuposto que não integraram nenhum segmento político da sociedade brasileira desse momento, então dividida em direita conservadora e esquerda revolucionária. Ainda haviam aquelas pessoas que permaneciam apáticas, alheias àquela conjuntura política, o que também não deixa de ser um posicionamento, visto que essa atitude também permitiu a

manutenção daquela ordem, inclusive em relação a homossexuais, para os quais sobrava o silêncio imposto pela ausência de representação política.

É importante frisar que alguns partidos de esquerda da época tinham em sua composição grupos de homossexuais, mas este fato é alvo de alguns questionamentos, pois, para TREVISAN (2007), esta era uma forma de conter, controlar e até mesmo silenciar o movimento, pois, desta forma, eles estariam submetidos às diretrizes do partido e assim a causa dos homossexuais não interferiria no protagonismo da causa operária.

A sociedade civil também, ao seu modo, reprimiu homossexuais, empurrando-os para a marginalidade e para os guetos, únicos lugares onde podiam ser eles mesmos sem temer os olhares e julgamentos dos demais.

Submetidos a fortes repressões e órfãos de representação e apoio, homossexuais se organizaram, quase sempre à revelia de partidos políticos, para reivindicar direitos e questionar as arbitrariedades que lhes eram impostas. Para tanto, lançaram mão das ferramentas que dispunham, sobretudo por meio da cultura, a então chamada cultura homossexual que começava a ganhar contornos. E assim surgiram peças, músicas, poesias, personagens, festas, jornais e diversas publicações que giravam em torno do tema e fomentavam a discussão. Por vezes, o simples ato de se assumir, de “sair do armário” já representava também uma importante atitude política.

É neste contexto, com tanto a direita como a esquerda e sociedade tratando de modo austero os homossexuais, que o movimento de homossexuais começa a ganhar forma, com a criação do SOMOS em 1978 e com o nascimento do Lampião da Esquina, um jornal no formato de tabloide que causou furor no curto espaço de tempo em que este circulou (1978-1981). O Lampião rompia com a imprensa normativa, fruto da censura da época, e assim se dirigia aos seus leitores de uma forma muito debochada, porém crítica e politizada, afrontando o regime militar e servindo de voz para reivindicar os direitos da comunidade homossexual.

O Lampião da Esquina, apesar de ser publicado espaçadamente, conseguiu consolidar uma rede de correspondências entre os seus leitores, por meio da coluna “cartas na mesa”, além de denunciar todo tipo de opressão motivada pela sexualidade, com o peso de ser uma publicação de, por e para homossexuais.

Por ser o Lampião uma das principais vozes de minorias sexuais do período, o recorte temporal desta pesquisa se limitará ao tempo em que este tabloide esteve ativo.

Contudo, o Lampião era considerado pornografia e por esta razão, não era possível encontrá-lo em qualquer banca, mesmo entre aquelas que já eram conhecidas por vender jornais da esquerda revolucionária, era difícil de encontrá-lo e, ainda assim, estes nunca estariam expostos, mas sim escondidos e somente quem já o conhecia o procurava.

Todavia, divergências editoriais reforçadas pelo boicote das bancas de jornais que não mais queriam comercializá-lo, bem como os processos judiciais movidos pelo Estado, controlado pelos militares, fizeram com que o jornal encerrasse suas atividades. Apesar de ter um curto espaço de vida, o Lampião da Esquina foi o grito que quebrou o silêncio imposto pela repressão da direita e da hostilidade da esquerda. Encorajou a fundação o fortalecimento mecanismos de garantia de direitos da população LGBT e é o responsável direto pela fundação do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

Acredito que, diante desta apertada síntese, a escolha do título da pesquisa tenha sido explicada, mas preciso dizer ainda que a frase “uma bicha atrevida pede a fala” não surgiu do nada. Deparei-me com ela na segunda edição do Lampião da Esquina, dentro de um ensaio que narrava o momento em que um gay pediu a palavra durante a Convergência Socialista, ocorrida em São Paulo, de 24 a 30 de abril de 1978. Na sua fala, o rapaz questionou para onde e com o que aquelas pessoas estavam convergindo, visto que foram convidados movimentos sociais e as ditas minorias para o evento, mas em momento algum, até aquele momento, havia sido pronunciada a palavra homossexual nos pronunciamentos e apresentou uma moção, cujo título era

justamente a frase que dá nome a este trabalho. Ficou evidente que não havia espaço para as homossexualidades dentro dessa esquerda que se formava.



Figura 2 Ensaio encontrado na edição n.º 2, de junho de 1978.

O título da pesquisa diz muito sobre o momento em que se encontravam estes homossexuais, que se atreveram a reivindicar voz e assim afrontar a ordem posta e evidenciando violências, necessidades e problemas que atingiam apenas aqueles/as que expressavam sua sexualidade em desconformidade com os padrões aceitos naquela época. E, considero eu, o mais emblemático meio pelo qual homossexuais falaram foi o jornal Lampião da Esquina, tanto pelo modo como ele surgiu, como por aqueles/as que o davam vida, como também o seu conteúdo.

Seguindo este raciocínio e também como uma forma de aproveitar ainda mais a fala desses homossexuais, assim como o título do trabalho, todos os demais títulos foram tirados de manchetes do jornal Lampião da Esquina. Escolhi as manchetes que de alguma forma guardavam relação com o que discutiria na seção.

Preciso, ainda, salientar o porquê de utilizar os termos homossexuais e homossexualidades, sempre no plural. Tenho consciência que na atualidade utiliza-se a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) para se referir a minorias sexuais e que a expressão homossexualidades não inclui travestis e transexuais, cuja diversidade diz respeito às performances e identidades de gênero e não à orientação sexual, como é o caso da homossexualidade. Me arrisco a dizer que travestis e transexuais tenham sido o principal alvo das repressões motivadas pela sexualidade, visto que, para estas/es, a diferença não era passível de ser ocultada, pois manifesta dos pés à cabeça e contrastava com os demais. Contudo, não posso deixar de me ater à historicidade do conceito de homossexualidade. No período no qual está compreendida a Ditadura Civil-Militar, não se tinha a noção de que disforias de gênero não podiam ser classificadas como homossexualidades, o que implicava em considerar homossexual quem apresentava uma sexualidade fora dos padrões hegemônicos. Dessa forma, por entender que haviam diferentes tipos de homossexualidades no período estudado e que, neste, não havia uma nítida distinção entre as orientações sexuais e as identidades de gênero, optei por utilizar a expressão sempre no plural. A palavra homossexual teve o seu sentido construído historicamente e as discussões que fundamentaram o

sentido que se tem hoje, assim como o nascimento da sigla LGBT, tiveram início na década de 90. Portanto, se me valesse da classificação atual em detrimento da utilizada durante a ditadura civil militar, poderia estar cometendo um anacronismo.

Um último esclarecimento que faço diz respeito ao emprego, em alguns momentos do trabalho, de expressões e termos estranhos à norma culta e, por conseguinte, à linguagem acadêmica, a exemplo de bicha, viado, viadagem, dentre outros. Estaria sendo incoerente com este trabalho se, ao falar da forma como homossexuais resistiram à ditadura por meio da cultura sem levar em consideração, tampouco respeitar, a linguagem por estes utilizada, como importante meio de se nominar, de significar o mundo a sua volta, de expressar e construir suas identidades e, em consequência, resistir. É através de palavras que nomeamos quem somos e o que fazemos. Palavras “produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (BONDÍA, 2002, p.21), sendo assim, o que fazemos com as palavras tem haver com forma como nos colocamos no mundo e o representamos.

Questionar o que se sabe atualmente sobre a relação da ditadura brasileira e as homossexualidades, superar os obstáculos criados pelo esquecimento desta particularidade nos estudos sobre o tema, especializar-se nas resistências e estratégias desenvolvidas pelas minorias sexuais, num contexto maior que é a ditadura civil militar brasileira, é o que me proponho a fazer neste trabalho.

A proposta encerrada nessa pesquisa foi elaborada a partir dos resultados obtidos na audiência pública “Ditadura e homossexualidades no Brasil”, realizada no dia 29 de março 2014, no Memorial da Resistência, sede do antigo Dops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), em São Paulo. O evento foi organizado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Tal audiência objetivou incluir aos relatórios produzidos pelas citadas comissões um capítulo específico sobre as relações entre a ditadura brasileira (1964 – 1985) e a homossexualidade, bem como da violação dos direitos humanos de lésbicas, gays, travestis e transexuais ao longo do regime militar, além do modo como a afirmação do movimento LGBT no Brasil foi reprimida ao longo desse período.

Deparei-me com esta notícia no início de uma aproximação com grupos (acadêmicos e de militantes) de Salvador, onde então morava. Auxiliava na formação política dos membros desses grupos, partindo da educação jurídica popular, que segue os ensinamentos de Paulo Freire na construção deste processo, para fornecer a estas pessoas subsídios mínimos à compreensão dos mecanismos jurídicos e quais as formas e estratégias de se reivindicar direitos, enquanto pessoa LGBT.

Saber que homossexuais haviam sido vítimas de repressão durante a ditadura civil militar apenas por serem quem eram, por, através da sexualidade, afrontarem os padrões de moralidades vigentes, fez despertar em mim questionamentos do tipo: a que tipo de repressões as minorias sexuais estavam sujeitas naquele período? Quais foram os agentes repressores? O que motivou tais repressões? É possível distingui-las das demais repressões ocorridas no mesmo período?

Qual foi a minha surpresa quando, ao tentar buscar respostas para estes questionamentos, descobri que muito pouco se sabe sobre o assunto e o pouco que se sabe não guarda relação com o que foi vivido e representado por estes homossexuais, traz sempre um olhar de fora para dentro. Por sorte, encontrei o Lampião da Esquina e, através dele, pude ter acesso à riqueza que foi a cultura homossexual naquele período, bem como a um ativismo sério, voltado para as demandas específicas desses homossexuais e que se valia do deboche para criticar e afrontar a ordem posta.

Coincidência, destino ou sorte, no meio de toda essa inquietação chegou ao meu conhecimento a notícia da abertura do edital de seleção para o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e

Cidadania da Universidade de Brasília e vi a oportunidade de me aprofundar no tema.

No decorrer do curso, fazendo as disciplinas, me reunindo com minha orientadora e com análises mais profundas do *Lampião da Esquina*, percebi que estas repressões a homossexuais não foram recebidas com conformismo. À sua maneira, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis resistiram, lutaram por direitos, em especial o de ser um cidadão, de poder andar livre sem temer qualquer tipo de violência.

Então, deslocando o meu olhar, decidi partir da resistência, das estratégias desenvolvidas por eles para construírem suas identidades, ocupar espaços sociais e fizeram da cultura um campo de forte ativismo político.

Dessa forma, O objeto sobre o qual recaiu o presente estudo é a resistência cultural e política de homossexuais à ditadura civil militar brasileira a partir das narrativas contidas no jornal *Lampião da Esquina*. Dessa forma, o foco da análise será as narrativas de resistência de homossexuais, valendo-se do jornal *Lampião da Esquina* como principal fonte de coleta dessas narrativas.

Tomando como base a breve discussão feita acima, emerge a seguinte problemática: a que repressões os homossexuais eram submetidos durante a ditadura civil militar brasileira e que tipos de resistência surgiram em resposta a elas?

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a resistência cultural e política dos homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira, a partir das narrativas de homossexuais, que viveram este período, constantes, sobretudo, no *Jornal Lampião da Esquina*, importante veículo de voz das minorias sexuais da época. Partindo do objetivo geral, delimito como objetivos específicos do trabalho:

- Levantar narrativas de resistência política e cultural, no período da ditadura civil militar brasileira, contidas no jornal *Lampião da Esquina*.
- Analisar estas narrativas em diálogo com o referencial teórico.

- Compreender como se deu esse processo de resistência, levando em consideração a sua temporalidade e o contexto em que estava inserido.

Além do quanto exposto no que diz respeito à carência de estudos sobre o tema, esta pesquisa se mostra relevante, ainda, se levarmos em consideração a importância e a emergência que foram atribuídos no âmbito das comissões da verdade. Depoimentos e documentos que estas comissões tiveram acesso foram suficientes para se concluir pela necessidade de se acrescentar um capítulo ao relatório final exclusivamente para se debater a relação entre a ditadura e as homossexualidades. Todavia, esses documentos ainda carecem de um estudo maior, já que as comissões da verdade, levando em consideração os fins para os quais estas foram criadas, não tinham o compromisso de gerar dados analisados a partir das perspectivas de produção de conhecimento sobre a ditadura iniciada em 1964.

Justifico este trabalho também pela necessidade de se contar um marcante pedaço da história desse país, sob a perspectiva de pessoas que, muito embora tenham vivido este momento, sempre foram marginalizados, numa posição subalternizada, apenas por serem diferentes e, em consequência, rotineiramente são esquecidos pela história que se diz oficial.

Em se tratando de uma investigação que se propõe a ser construída em movimento, a formulação de hipóteses não me pareceu adequada ao caso. Por este motivo, a pesquisa foi guiada por perguntas, sendo ela:

- O que é resistência cultural e política?
- Quais os esforços operados por homossexuais, na ditadura civil militar brasileira, para confrontar as opressões que lhes eram impostas durante o processo de construção de suas identidades e exercício da cidadania.

Neste trabalho, me proponho a discutir questões que dizem respeito a um grupo que é historicamente reprimido pelas organizações sociais em que estão inseridos. Ao voltar-me para uma minoria, preciso ter consciência de que

a história que se costuma contar desses grupos quase sempre traz a visão dos ditos vencedores, de uma maioria que não contempla as especificidades dessa minoria. Como já dizia Benjamin (1994), a empatia de um historiador historicista sempre recairá sobre os vencedores e os seus herdeiros, sempre a serviço de quem detém o poder. Dos vencidos ficam os despojos que, no máximo, serem considerados como patrimônio cultural.

Falar de homossexualidades no contexto da ditadura civil-militar brasileira torna-se uma atividade complexa, vez que sequer a história dos tais vencedores trata do tema de maneira a oferecer material para se fazer uma análise, por mais rasa que esta seja.

É preciso ter em conta que o processo de produção do conhecimento sempre foi influenciado pelas relações de poder que, por sua vez, são marcadas pelo machismo, racismo, heteronormatividade, colonialidade, o capitalismo e o patriarcado. Isso implica em epistemologias que não contemplam a realidade social e que legitimam a estrutura de dominação. Como bem leciona Grosfoguel (2008), o conhecimento é sempre situado e precisamos abandonar a premissa da existência de uma única tradição epistêmica se queremos de fato chegar a uma perspectiva descolonial, visto que esta seria, precipuamente, “o resultado de um diálogo crítico entre diversos projectos críticos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo pluriversal e não a um mundo universal” (GROSFOGUEL, 2008, p. 117)

Sendo assim, busco caminhos que me propiciem uma reflexão crítica e dialógica entre o meu olhar, enquanto pesquisador, e o olhar dos homossexuais que viveram durante o período estudado através das representações contidas nas fontes que disponho.

O desafio é grande, mas acredito que encontrei nas metodologias horizontais propostas por Sarah Corona Berkin e Olaf Kaltmeier a possibilidade construir um texto que não apenas fale sobre o outro, mas com este dialogue. Apesar de me colocar também como uma bicha atrevida, tal qual os sujeitos dessa pesquisa, ainda há um distanciamento entre nós, seja pelo período vivido, seja pelas repressões a que fomos expostos. Não foram os mesmos

caminhos e são subjetividades distintas. Todavia, reconheço que a herança de luta e resistência dessas bichas em muito influenciou a construção da minha subjetividade, logo após a saída do armário.

Berkin e Kaltmeier (2012) afirmam que os métodos horizontais entendem o processo de investigação e de produção do conhecimento como um compromisso político que gera formas de viver melhor nos espaços públicos e apontam o intercâmbio entre a horizontalidade e a reciprocidade como ponto de partida para se produzir conhecimento, cujas condições devem ser negociadas permanentemente com os outros no campo, o que implica na construção da teoria em conjunto a prática, como partes de um mesmo processo e não produzidas de forma isoladas. Dessa maneira, a investigação é considerada como expressão da vinculação entre teoria e prática (BERKIN & KALTMEIER, 2012).

É preciso ainda considerar que *“bajo una perspectiva horizontal se tienen que tomar en cuenta la interacción, los regímenes de estandarizaciones, de jerarquizaciones, de demarcaciones fronterizas, así como de las inclusiones y exclusiones”* (BERKIN & KALTMEIER, 2012, p. 86).

Partindo da horizontalidade e levando em consideração tudo que foi colocado à cima, é necessário identificar quem são os sujeitos desta pesquisa: quem é o outro com quem pretendo dialogar? Nesse processo de construção do sujeito, a presença do outro é de fundamental importância, contudo, é preciso ter em mente que a relação sujeito/outro não é de contraste, muito menos de oposição, onde o sujeito é tudo aquilo que o outro não é, mas sim uma relação dialógica, onde o outro é parte constitutiva desse ser (BERKIN & KALTMEIER, 2012). É partindo do confronto entre o discurso do sujeito e o construído pelo outro que as identidades se constroem, num constante exercício de alteridade. *“El discurso del otro que me mira, me valora y me define pero también me devuelve un excedente de mí, esa parte que me es imposible ver salvo a través de su mirada.”* (BERKIN & KALTMEIER, 2012, p. 15)

Se me proponho a analisar a resistência política e cultural que homossexuais empreenderam em resposta às repressões as quais estavam submetidos durante a ditadura brasileira, é evidente que o meu diálogo será com os sujeitos desta resistência operada por homossexuais. E quando falo de homossexuais me refiro aos gueis, lésbicas, bichas, viados, travestis, bonecas, fanchas, baitolas, transformistas, sapatões, machudas, pederastas... identidades que foram construídas justamente entre o uso pejorativo destes termos por parte da sociedade (militar e civil) da época e a apropriação feita por aqueles sob os quais tais adjetivos recaíam, mas de uma maneira ressignificada, vazia de qualquer ofensa, como forma de afirmação.

Percebo que os homossexuais sujeitos desta resistência político cultural à ditadura civil-militar possuem uma forma própria de se nominar, de ver o mundo, com anseios e inquietações muito peculiares. Em síntese, um universo particular totalmente diferente do universo heterossexual da época e que por este era determinado constantemente. Nesse contexto, Berkin e Kaltmeier (2012) questionam, no âmbito da investigação social, quem é que nomeia o outro e qual é a participação do outro na construção do seu próprio nome e, para resolução desta problemática, apresenta o que, traduzido para o português, ela chama de “autonomia do próprio olhar”.

Con “autonomía de la propia mirada” me refiero a la facultad de expresar el “propio nombre” desde lugares y formas diversas. Nombrarse a sí mismo se refiere a la creación de un discurso que otorgue una identidad propia frente a la etiqueta dominante impuesta históricamente. (BERKIN & KALTMEIER, 2012, p.91)

Por esta razão, durante todo o processo de investigação, é necessário identificar o olhar que estes homossexuais construíram de si, sob qual prisma se enxergavam e promover um diálogo com o quadro teórico, de modo que este olhar, enquanto linguagem, expressão artística e política, esteja presente e, assim, revelar as estratégias e meios usados por estes homossexuais para construção de suas identidades numa busca pela verdade sobre si mesmos.

Quando recorro às metodologias horizontais, não almejo apresentar um método novo, em detrimento dos já consolidados no âmbito das pesquisas sociais. Trata-se, em verdade, de uma nova forma de compreender os métodos disponíveis e assim aplicá-los dentro de uma perspectiva horizontal, recíproca de forma a permitir o diálogo entre as vozes e os olhares daqueles que estão envolvidos na investigação, a qual se constituirá em movimento, partindo do próprio processo de investigação sem se preocupar em autenticar “verdades” postas por teorias desvinculadas da realidade, mas com a construção de um saber que, muito embora seja acadêmico, retrate a realidade social, marcada pela diversidade.

Tendo em vista a complexidade das relações que envolvem o objeto deste estudo, sua historicidade, a pluralidade dos sujeitos da pesquisa, a diversidade cultural e a divergência entre ideais políticos que envolvem a problemática em questão, minha investigação foi de cunho qualitativo, por entender que este método é o mais adequado para se entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1985).

Para se atingir os objetivos deste trabalho, recorri à revisão bibliográfica sobre os temas ditadura civil militar brasileira, resistência, cultura, identidades, sexualidades não hegemônicas, cidadania e, em paralelo, analisei as fontes que disponho para entender como se deu esta resistência política cultural de homossexuais à ditadura brasileira.

Elegi como principal fonte o *Lampião da Esquina*, jornal de periodicidade mensal no formato de tabloide que circulou no Brasil durante a ditadura civil-militar, entre os anos de 1978 a 1981. Considero que o jornal em si já ilustra muito bem o que eu estou chamado de resistência político cultural, mas este não foi o único motivo de sua escolha. Nele estão contidas reportagens, ensaios acadêmicos, entrevistas, histórias do cotidiano, literatura, tendências, ativismo político... uma rica parte da história desse país que, infelizmente, não é contada. Dentro de todo esse conteúdo, foi possível extrair narrativas que me permitam entender de que forma aqueles homossexuais enfrentaram as opressões advindas do regime, da sociedade e até mesmo da esquerda. Todas as situações que contidas no decorrer da narrativa que construí vieram do

jornal *Lampião da Esquina*, ele foi o direcionamento para buscar fontes secundárias. Portanto, os fatos aqui narrados e que não acompanhados das respectivas fontes, saiu do tablóide.

Dessas narrativas, extraí casos de resistência para a análise, seguindo o que, na articulação teórica, entendi por resistência política cultural. Na análise, procurei identificar quem são os atores desta resistência, a que resistiam, quais formas e ferramentas eram utilizadas, por que determinada ferramenta em detrimento de outras. Em síntese, como se construiu o processo pelo qual homossexuais resistiram aos diversos tipos de repressão a que estavam sujeitos durante a ditadura civil militar brasileira, enquanto se valiam de sua cultura como forma de afirmação de suas identidades e de luta pelo exercício de uma cidadania até então negada.

A partir desses dados, construí uma narrativa, escrita no presente, mas que se refere ao passado, no caso, o período da ditadura militar, visando revelar detalhes sobre esta resistência homossexual. O ponto de partida foram as narrativas. Fiz uso da narratologia, ou teoria da narrativa, e assim expus não só o conteúdo do jornal, mas também o que estava por traz dele e o caminho percorrido para sua concepção, tendo em vista que “as narrativas só existem em contexto e para cumprir certas finalidades sociais e culturais muito claras, não podem ser analisadas isoladamente sob pena de perderem o seu objeto determinante” (MOTTA, 2005, p.10).

Contudo, o exíguo tempo de duração do curso de mestrado não me permite analisar o jornal na sua totalidade. São trinta e oito edições, contando o número zero, mais três edições extras, ou seja, quarenta e uma edições que possuem entre oito e vinte páginas de conteúdo riquíssimo, cuja merecida análise não caberia no presente trabalho.

Sendo assim, a proposta apresentada no exame de qualificação era me restringir a analisar doze das quarenta e uma edições, quatro de cada um dos três anos em que o jornal circulou. A escolha iria se dar de acordo com a relevância dos temas abordados, ineditismo e, sobretudo, relatavam episódios do que considerei casos de resistência cultural e política, seguindo o conceito

acima indicado. As edições escolhidas foram as de número: 3, 5, 9, 10, 14, 15, 21, 22, 26, 28, 34 e 35.

Mesmo assim, ainda era um universo muito grande, o que me fez ter que adotar outro método para enxugar a amostra. Dessa forma, foi preciso estabelecer critérios para a análise do jornal os quais descrevo e indico os porquês deles, a seguir.

De uma análise preliminar, identifiquei colunas fixas no jornal. Cada uma segue uma linha e traz no seu bojo temas específicos. Na coluna “Reportagem”, se encontram investigações jornalísticas sobre o tema que estampava a capa da respectiva edição; na coluna “Ensaio” estão textos de cunho mais acadêmicos sobre temas correlatos às homossexualidades; na “Opinião”, um convidado expunha o que pensava, dentro das temáticas trabalhadas pelo jornal; “Esquina”, por sua vez, era a coluna onde se encontravam notícias relativas à vida, cotidiano, dia-a-dia; na coluna “Tendências” era o lugar de dicas sobre artes, teatro, cinema e literatura (nacional e estrangeira) dentro do universo das homossexualidades; já a coluna “Cartas na mesa” era um espaço de diálogo, entre os leitores e os editores, como por vezes ganhou status de correio elegante, fomentando a paquera entre gueis do Brasil todo; por fim, a coluna “Literatura” que se propunha a ser um espaço de divulgação de poesias e contos de autores desconhecidos ou obras desconhecidas de autores conhecidos rechaçados pelas demais editoras por versarem sobre o marginal mundo dos homossexuais. Escolhi, então, trabalhar com a coluna Esquina, por se tratar do espaço do jornal onde o cotidiano é retratado e as notícias do dia-a-dia ganham vez.

Contudo, ao mergulhar de fato na análise, percebi que a coluna Esquina não me fornecia os subsídios para o trabalho e que as outras colunas também relatavam e, por vezes, de forma mais detalhada, episódios de resistência, o que me fez repensar o alcance da minha análise. No processo de orientação, decidimos que não mais estudaríamos apenas uma coluna, mas sim, a edição inteira, mantendo os números que foram anteriormente escolhidos.

Ressalto que apesar de focar em edições específicas, a análise foi feita em diálogo com as demais edições do Lampion da esquina, para se entender o contexto histórico e social desse periódico.

A análise foi feita com base na relação teoria-evidências, num processo de mútua determinação e equilíbrio, sem pender para o lado das evidências e assim cair no empirismo e identificando o real como documento, numa postura positivista, muito menos para o lado da teoria, operando conceitos e categorias abstratas, preestabelecidas e que considera as evidências como ilustração de um conhecimento produzido fora da investigação (VIEIRA; PEIXOTO & KHOURY, 2000).

Capítulo I

*Pequenos Gestos,
Pequenas Revoluções*

Figura 3

1. “Pequenos gestos, pequenas revoluções”: gênese da resistência de homossexuais

A segunda metade da década de 1970 foi decisiva para os movimentos de luta por direitos de pessoas LGBT's no Brasil. O lento processo de abertura política anunciado pelos militares, que detinham o poder na época, permitiu o retorno ao país de muitos e muitas que estavam exilados no exterior, que voltaram com a bagagem repleta de experiências com outras realidades de esquerdas e de movimentos sociais. O fato de a ditadura anunciar um lento e gradual processo de distensão, mas ainda assim se mantia muito dura, propiciou condições mínimas para que as pessoas pudessem se organizar em grupos políticos, contudo, era preciso lidar com a vigilância constante e os atos repressivos oriundos do regime.

A criação do SOMOS, em 1978, na cidade de São Paulo, marca o nascimento do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). O SOMOS foi o primeiro grupo político no Brasil formado com o intuito de se discutir as homossexualidades e qual o seu lugar dentro da sociedade machista, patriarcal heterossexual e cisgênera¹ em que vivemos, assim como reivindicar direitos. No mesmo ano, nasce o Lâmpião da Esquina, um jornal no formato de tabloide que causou furor no curto espaço de tempo em que este circulou (1978-1981). O Lâmpião rompia com a imprensa normativa, fruto da censura da época, e assim se dirigia aos seus leitores de uma forma muito debochada, porém crítica e politizada, afrontando o regime militar e servindo de voz para reivindicar os direitos da comunidade homossexual, não mais satisfeita em permanecer na clandestinidade, dentro dos guetos.

Começava a ganhar corpo e forma a resistência organizada de homossexuais no Brasil, resistência essa que, por conta da conjuntura, se revelava fluida: contra uma ditadura que utilizava a máquina estatal como

¹ Segundo Viviane V., “a cisgeneridade, de forma bastante breve, pode ser caracterizada como asposições normativas/coerentes no segmento 'sexo-gênero': são as identidades de gênero binárias, definidas a partir de ilusões pré-discursivas (como a que pressupõe a existência de dois 'sexos biológicos' objetivamente identificáveis), e tidas como permanentes. É costume, em nosso contexto histórico, referir-se a pessoas cisgêneras como homens/mulheres 'biológicxs', 'de verdade', 'naturais', 'cromossômicxs', etc.” (V., 2013)

ferramenta de repressão, contra uma sociedade opressora, contra um conjunto de valores que colocava as homossexualidades numa condição de anormalidade.

Contudo, os fatos descritos acima não ocorreram do nada, de uma hora para outra e de forma espontânea. Há todo um contexto histórico por trás deles que explica o porquê da forma e do momento que eles aconteceram. A narrativa que construo neste capítulo tem justamente a finalidade de contar, de forma breve, o desenrolar dos fatos que levaram homossexuais, somente nos anos 1970, a criarem um senso político de organização coletiva e se organizarem em torno de uma resistência, marcada pela diversidade.

1.1 “Nós também estamos fazendo história”: um breve contexto histórico

Ao longo de toda a história conhecida, por mais que se omita, as experiências eróticas entre pessoas do mesmo sexo estiveram presentes. Na antiguidade, nas sociedades ocidentais e orientais, no mundo pré-colonial, na modernidade, enfim. Podemos dizer que as relações entre pessoas do mesmo sexo são uma constante no passar dos tempos. Contudo, a forma como eram vistas e o lugar por elas ocupado é que vai mudar, conforme a época e a cultura que se usar de referência.

Na Grécia Antiga, não só a relação sexual entre dois homens era legítima, como também era regulamentada. Havia leis permitindo e dizendo como deveriam ser tais relações, por exemplo, a pederastia². O adulto (*erastes*) preparava o adolescente (*eromenos*) para a vida marital através de uma relação que não envolvia apenas um rito de iniciação, mas também desejo e prazer. Além disso, a homossexualidade masculina também era difundida entre adultos para fins militares. Levava-se o amante para os campos de batalha como forma de estímulo para atos heroicos. Em Roma, a homossexualidade masculina foi tolerada até o império sucumbir à influência

²“O termo ‘pederastia’ – do grego *paîs*, *paidós* (menino) e *éros*, *érotos* (amor, paixão, desejo ardente) – implicava a afeição espiritual e sensual de um homem adulto por um menino.” (BORRILLO, 2010)

do cristianismo. Aliás, está no advento da moral judaico-cristã uma das principais raízes da homofobia³ (BORRILLO, 2010).

Com o avanço do cristianismo e a consolidação da hegemonia dos valores morais da cultura judaico-cristã, as homossexualidades foram fortemente reprimidas dentro deste universo, sendo, inclusive, consideradas crimes graves, passíveis de julgamento e condenação pela Santa Inquisição. E esta, que era a realidade europeia, se espalhou e se enraizou por todo o mundo, graças ao processo de colonização e, por conseguinte, da globalização e da colonialidade.

É impossível não começar a se questionar sobre a influência das relações coloniais, do poder colonial e da colonialidade na criação, difusão, enraizamento e naturalização dessas normas sobre expressão de gênero e consequente resvalo na sexualidade, culminando em modelos hegemônicos de gênero e sexualidade.

Para María Lugones (2007), esse conjunto de normas que determinam como se deve ou não expressar o gênero constitui o que ela chama de sistema moderno/colonial de gênero, que se baseia, por sua vez, num padrão eurocêntrico, patriarcal e heterossexual. A autora constrói o seu argumento partindo do conceito de *colonialidade do poder* apresentado por Aníbal Quijano (2000). Lugones demonstra que a explicação de Quijano⁴ sobre como as relações sociais e de trabalho se construíram a partir da raça é insuficiente para explicar as relações de gênero e sexualidade.

³BORRILLO (2010) entende a homofobia como um fruto do *heterossexismo*, sistema a partir do qual uma sociedade organiza um tratamento segregacionista em função da orientação sexual, bem como a consequência psicológica de uma representação social que atribui o monopólio da normalidade à heterossexualidade e alimenta o ódio àqueles que se afastam do modelo de referência.

⁴ De acordo com Aníbal Quijano (2000), a forma como entendemos a raça na atualidade, bem como a organização da sociedade, do trabalho e distribuição de recursos, são heranças das relações coloniais, sendo que tais elementos da colonialidade são facilmente verificados na atualidade. Segundo o autor, o processo de globalização teve início com a formação da América e no estabelecimento do capitalismo colonial como novo padrão de poder mundial. A ideia de raças, tal qual entendemos hoje, surge neste período como uma forma de justificar a dominação colonial e hegemonia europeia. A codificação das diferenças entre os colonizadores e os colonizados, sobretudo por meio de estruturas biológicas, serviu de justificativa para colocar uns em posição de superioridade em relação aos outros. Estes códigos passaram a determinar os postos dentro da organização do trabalho, ficando com os brancos os trabalhos assalariados e, no outro extremo, índios e negros com o trabalho servil e escravo.

Lugones afirma que, na teoria de Quijano, o mesmo reconheceu a influência do que chamou de sexo, seus recursos e produtos nestes processos de organização social. Contudo, segundo a autora, Quijano cai num dimorfismo biológico, o que implica na aceitação e reprodução por parte dele do padrão europeu, patriarcal e heterossexual. Para Lugones, a análise feita por Quijano do sistema colonial/moderno de gênero é limitada, visto que se resume a definição de gênero e sexualidade à luta pelo sexo e seus recursos. Dessa forma, Quijano aceita e reproduz o modelo capitalista, eurocêntrico e global de gênero. Lugones destaca ainda que tanto o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado são características tão marcantes desse sistema moderno/colonial de gênero que por vezes se confunde com o significado de gênero. Daí que estudá-las é um esforço para se compreender como se estruturaram histórica e sociologicamente as relações que se pautam no gênero, assim como todas as relações de hierarquização e subalternização que derivam da colonialidade.

Ao final, Lugones explicita e destrincha as profundas relações entre o que ela chamou de sistema moderno/colonial de gênero e a colonialidade do poder. Para a autora, entender o papel do gênero nas sociedades pré-colombianas, do mesmo modo como se deu a organização social e do trabalho, a cosmologia e demais práticas pré-coloniais, é de suma importância para se compreender até que ponto este sistema capitalista europeu de gênero foi constituído pela colonialidade do poder ou a constituiu. Tal resposta, segundo a autora, só será encontrada – bem como saberemos se o processo de redução do gênero ao sexo, seus produtos e recursos constituiu a denominação do gênero –, se levarmos em consideração a maneira como as relações que envolviam o “sexo”, os rituais, a organização social nas sociedades pré-colonial, sem olvidar que essa imposição dos papéis de gênero é uma herança da colonialidade.

A Europa passou a ser o centro e a referência do mundo. A cultura europeia foi imposta às demais sociedades, implicando na supressão das demais culturas e a imposição de experiências e representações fundadas na perspectiva europeia, que por sua vez era baseada em valores cristãos. Dessa forma, os costumes, vivências e maneiras de dar sentido ao mundo que não

partiam da perspectiva eurocêntrica foram associadas ao pecado e, dentro da lógica da culpa e do castigo, reprimidas. Exemplo disso foi a sistemática repressão a homossexuais nas colônias, mesmo naquelas onde as homossexualidades integravam os costumes locais, com o fito de se exterminar tal prática pecaminosa dos novos territórios dominados.

É muito comum reduzir a história das homossexualidades, de um modo geral, à história das homossexualidades masculinas, o que nos dá a falsa sensação de que não existiram outras formas de desejo e amor homossexual. Mas e as mulheres? E a homossexualidade feminina? E a lesbiandade? É possível afirmar que a homossexualidade masculina não foi o único modelo existente, contudo, pouco se fala ou até mesmo se sabe sobre as lésbicas ao longo da história. Isso decorre não da inexistência desse grupo, mas sim, da invisibilidade do mesmo. As organizações sociais, de um modo geral, se estruturaram em bases patriarcais e misóginas, as quais estabelecem uma hierarquia nos papéis de gênero, que culmina num duplo sistema de controle: por um lado, cobra do homem uma virilidade, uma masculinidade e força; por outro, exige da mulher uma feminilidade associada ao recato e a subordinação.

Dessa forma, quanto mais se solidificava essa estrutura patriarcal de poder, mais se aumentava a vigilância sobre as práticas sexuais masculinas, ao passo que quanto mais aumentava a subserviência e invisibilidade das mulheres, se permitia que estas construíssem espaços relativamente seguros, camuflados por seus afazeres, como por exemplo, quando se reuniam grupo de bordado, costura ou de preparo de alimentos (TREVISAN, 2007). Nestes espaços, era possível a criação de laços e amizades onde podia nascer alguma forma de desejo. Sem falar da misoginia e da redução da mulher a um objeto sexual, o que tornou comum homens heterossexuais fantasiarem transar com várias mulheres ao mesmo tempo e a desejar mulheres lésbicas.

Claro que, de diferentes formas, mas independente do gênero, homossexuais tiveram que viver sempre à margem, no segredo, na clandestinidade. Esta condição gerava uma série de conflitos, tanto nas relações sociais como subjetivamente, no âmbito interno, pessoal, conflitos estes que, apesar de não se confundirem, estão inter-relacionados. Isso porque

qualquer indivíduo recebe durante a vida, desde o nascimento, um constructo de valores éticos e morais, implícitos e explícitos, determinados pela cultura e pelo momento histórico que se vivencia, os quais são absorvidos e, através deles, construímos nossas identidades e representamos nossas experiências cotidianas.

Sendo assim, são dois obstáculos que se precisa transpor durante este processo de superação deste arcabouço moral para que seja possível se afirmar a homossexualidade: um subjetivo, que gera uma nova compreensão de si, enquanto homossexual, aprendendo a lidar com essa nova identidade em formação; e outro externo, que guarda relação com o fato de assumir para aquelas pessoas com quem se convive a sua orientação sexual, de sair do armário⁵, me submetendo aos julgamentos que serão feitos em virtude disso. Nesta senda, é possível afirmar que não se escolhe o desejo homossexual, contudo, é possível escolher ser ou não homossexual no momento em que se escolhe assumir, ou não, para a sociedade em que se está inserido esse desejo homossexual (TREVISAN, 2007).

A partir dessa tomada de consciência, tanto de si quanto de seu lugar no mundo, se torna possível, para quem é homossexual, começar a questionar todo este sistema de normas e valores que o coloca numa condição de subalternidade e a entender que existem vivências possíveis fora deste modelo. É quando se começa a luta, individual ou coletiva, pelo direito de se ser quem é, de poder amar conforme o seu desejo e, sobretudo, contra essa lógica que limita o exercício da cidadania de homossexuais.

No final da década de 50 e início dos anos 60, surgem os primeiros grupos organizados de homossexuais no exterior, como o COC (Center for Culture and Recreation), em Amsterdam, que foi criado pelo grupo que editava uma publicação mensal sobre homossexualidade, o *Levensrecht* - cujo título pode ser traduzido para o português como "Direito de viver" e o *Mattachine Society*, um grupo clandestino, que tinha como lideranças alguns articuladores da esquerda socialista norte-americana. Tudo ainda muito insipiente e com um

⁵ "Sair do armário" é uma expressão utilizada para se referir ao fato de uma pessoa assumir publicamente a sua identidade, enquanto pessoa LGBT.

caráter bem local. Todavia, gestava aí o embrião do que conhecemos hoje como movimento LGBT, cujo nascimento se deu no dia 28 de junho de 1969, na cidade de Nova Iorque, com o Levante de Stonewall.

A década de 1960, nos Estados Unidos, foi marcada por um sistema institucional de repressões a homossexuais. Apesar de já haverem alguns grupos que lutavam pela inserção das minorias sexuais e de gênero na sociedade, apenas no final dos anos 60 se verificou uma conjuntura favorável, muito por conta da influência de outros movimentos sociais, como a contracultura e o movimento de negras e negros.

Naquela época, poucos lugares aceitavam ser frequentados por homossexuais e os poucos que permitiam, na sua maioria bares, se tornavam ponto de encontro para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Este fato terminava por definir a identidade do local, por mais que seus donos não fossem homossexuais. Um desses lugares foi o bar Stonewall Inn, situado em Greenwich Village, bairro de Manhattan, Nova Iorque. É importante frisar que este era um bairro habitado e frequentado por muitos homossexuais, assim como hippies e pessoas que militavam pela liberação sexual, o que fazia o Stonewall Inn ter um grande número de frequentadores.

A polícia nova-iorquina intensificava a vigilância sobre estes bares frequentados por homossexuais e, dentro desta lógica, Stonewall Inn começava a se configurar numa ameaça, vez que o crescente público do local dificultava o controle. Dessa forma, as batidas policiais no Stonewall Inn se intensificaram, o que se tornou o estopim para o levante desses homossexuais.

Péret (2011) relata que, nas primeiras horas do dia 28 de junho de 1969, após o velório da cantora Judy Garland, que era muito querida pelos gays da época, uma pequena multidão decidiu ir até o Stonewall Inn para beber, como de costume. Para a surpresa de todos, a polícia invadiu o bar, sob a alegação de que lá se vendia bebidas sem alvará e ocorriam shows com dançarinos nus.

Cansados das constantes batidas policiais, aqueles homossexuais decidiram pôr um fim àquela situação de opressão, enfrentando a polícia e oferecendo resistência. Quatro travestis tomaram a iniciativa e começaram a

atirar objetos nos policiais, que tiveram que recuar. O protesto logo foi endossado pelos moradores do Greenwich Village, que de suas janelas também jogavam objetos na polícia, enquanto bradavam palavras de ordem. A semana que se seguiu foi marcada por uma série de protestos no mesmo sentido.

Depois do Levante de Stonewall, homossexuais começaram a se organizar em torno de entidades cuja finalidade era o ativismo por direitos e pelo fim do preconceito às minorias sexuais e de gênero. Nascia aí o movimento organizado de homossexuais. Em 28 de junho de 1970, um ano depois do Levante de Stonewall e em celebração ao que ele representou, ocorreram as primeiras marchas do orgulho gay, como foram chamadas, nas cidades de Nova Iorque, São Francisco, Los Angeles e Chicago.

Stonewall deu origem a um movimento global de luta organizada por igualdade e direitos dos homossexuais. No Brasil, os primeiros grupos de militância política começaram a surgir no final dos anos 1970, como mostrarei mais adiante, contudo, é possível apontar grupos de homossexuais no Brasil, sobretudo no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, desde a década de 1950. Estes se reuniam em turmas para se discutir as fofocas, ou até mesmo por interesses em comum.

1.2 “Muita bixórdia!”: as turmas, as redes de sociabilidade e os primeiros grupos de homossexuais no Brasil

Com o Estado Novo e a intensificação do processo de industrialização do país, os brasileiros passam a procurar os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. A metrópole exercia certo fascínio nos moradores das cidades pequenas. Além das promessas de trabalho e de melhores condições financeiras, o estilo de vida das grandes cidades seduzia, com seu ar de sofisticação.

Muitos homossexuais acompanharam esse fluxo migratório urbano, não apenas em busca de oportunidades de emprego, mas também atrás de

espaços onde se fosse possível viver a homossexualidade de uma forma um pouco mais livre e longe dos olhos vigilantes dos parentes e dos conhecidos.

Costa (2010) pontua que um dos principais motivos que levavam homossexuais a procurar grandes centros urbanos era o anonimato. Era muito complicado viver a homossexualidade numa cidade pequena, onde todos se conheciam e sob a pressão da família para que se assumisse uma relação heterossexual, sem contar nas fofocas e olhares julgadores dos amigos, vizinhos e conhecidos. Para além do crescimento profissional, a mudança representava a busca por liberdade, uma fuga do controle que insidia sobre as práticas sexuais e quem sabe conhecer outros iguais.

Um reflexo deste deslocamento para os grandes centros urbanos foi o fortalecimento dos laços de amizade entre homossexuais e a construção de redes sociais ou de sociabilidade. Tais redes foram de suma importância para gays e lésbicas da época, visto que era dentro delas que se promovia o acolhimento daquela pessoa homossexual recém-chegada na cidade grande, bem como se organizavam festas privadas em apartamentos de membros, de forma discreta para não chamar a atenção dos vizinhos, onde se podia ouvir música, ver performances artísticas, além de interagir com outras pessoas homossexuais e se construir amizades, arranjar companhia para passear pela cidade naqueles lugares que se sabia que eram frequentados por homossexuais, ou até mesmo parceiros sexuais e, por que não, grandes amores.

Tanto COSTA (2010) como GREEN (2000), apontam que estas redes se formavam em torno de identidades bem definidas e baseadas em estereótipos. Somente eram considerados homossexuais, ou as “bichas”, aqueles que assumiam a posição passiva na relação sexual, que também eram chamados de “bonecas”, enquanto que aqueles que assumiam a posição ativa eram considerados “homens verdadeiros” ou os “bofes”. Frise-se que, para além de uma posição durante o sexo, a caracterização das bichas também envolvia a reprodução/imitação de padrões femininos de comportamento, do efeminamento.

Os envolvimento sexuais e/ou amorosos sempre se davam no seguinte modelo: entre uma bicha e um bofe; e qualquer outro tipo de combinação era mal visto dentro da rede. Em verdade, os modelos de relacionamentos dentro das redes ainda imitavam o modelo heteronormativo, onde se tem um homem másculo e viril de um lado e uma mulher submissa e pronta para satisfazer este homem do outro. Todavia, neste caso, quem assumia este papel de submissão eram as bichas. GREEN (2000) relata que muitas bichas tiveram casos duradouros, chegando inclusive a morar junto, assumindo os afazeres domésticos e cuidando do seu bofe.

De um modo geral, estas redes de relações sociais se transformaram em locais seguros para gays, lésbicas, travestis e transgêneros das décadas de 1950 e 1960, já que se tratavam de lugares onde reinavam a viadagem e onde se podia dar pinta sem temer represálias. Em suma, se transformaram num universo paralelo onde aquelas pessoas podiam viver construindo a sua identidade cultural, sexual e/ou de gênero, conforme o seu desejo. Era como se fosse uma fuga da realidade, da vida cotidiana que poderia ser bastante cruel com quem não fosse heterossexual.

Estas redes, como disse acima, se organizavam em torno das turmas, que por sua vez se organizavam em torno de interesses comuns. As bichas quase sempre eram as responsáveis por organizar estas turmas, bem como tinham forte influência sobre as escolhas das temáticas das turmas, como por exemplo, concursos de beleza, fã clubes de divas do rádio, música, teatro, moda, badalação, alta sociedade, fofoca etc. Diversos eram os motivos para os homossexuais se reunirem e assim consolidarem, ainda que de forma espontânea e despretensiosa, as suas redes de sociabilidade. As turmas foram crescendo, em tamanho e em número e mais um elemento foi incorporado por elas para auxiliar nessa função de agregar pessoas: os jornais de turma.

Os jornais serviam exatamente para registrar e propagar as discussões que surgiam no interior das turmas. Sendo assim, o conteúdo destes jornais girava quase sempre em torno de padrões de feminilidade, festas, moda e, sobretudo, o que de mais interessante acontecia dentro da turma. Por esta razão, os jornais possuíam circulação restrita, vez que produzidos de tal forma

a interessar apenas os membros da respectiva turma, desde o conteúdo até a diagramação. Mas houveram os que conseguiram transpor estes limites e alcançar outros espaços.

O mais famoso e o mais duradouro destes jornais de turma foi *O Snob*, produzido e distribuído pela Turma OK. Segundo GREEN (2000), esta não foi a primeira publicação caseira do gênero, mas com certeza fora o mais duradouro e, me arrisco dizer, o mais importante. Ainda segundo o autor, o periódico nasceu numa destas turmas criadas para dar apoio a homossexuais na cidade do Rio de Janeiro ainda na década de 1950, formada por pessoas vindas de Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte e alguns cariocas também, a chamada Turma OK, fundada em 13 de janeiro de 1961 por onze amigos.

Durante uma das festas da Turma OK, entre junho e julho de 1963, foi promovido um concurso de trajes típicos cujo vencedor seria escolhido por um júri. Insatisfeito com o resultado, um dos integrantes da turma, Agildo Guimarães, decidiu fazer um jornal para protestar contra o resultado. Coisa simples: duas folhas de papel datilografado, frente e verso, mimeografado que recebeu do criador o nome de *O Snob*, por ser esta uma expressão muito popular entre os gays da época.

A ideia foi tão bem aceita na turma, que o modesto protesto de Agildo Guimarães, que passou a assinar a editoração do periódico com o pseudônimo Gika Dantas para preservar sua identidade, se transformou no maior, mais duradouro e mais conhecido jornal de turma do período. Foram 99 edições regulares e uma edição retrospectiva, sendo a primeira em julho de 1963 e a última em maio de 1969. Apesar da produção e distribuição artesanal (sob responsabilidade da turma OK que escolhia o conteúdo, distribuía o jornal entre os amigos e os amigos dos amigos nos locais frequentados por homossexuais), *O Snob* chegou a ganhar o status de revista, contando com edições com mais de quarenta páginas onde se encontrava artigos de moda e beleza, colunas de fofoca, desenhos de figuras femininas, entrevistas com as travestis mais famosas do momento, dicas de festa, além das listas dos lugares onde era possível se encontrar sexo fácil na capital carioca.



Figura 4 – Capa da edição nº 95 de O Snob, agosto de 1968

Uma das principais marcas de *O Snob*, sem dúvida, era a ironia, o sarcasmo, o duplo sentido, o deboche, o humor *camp*⁶ e a presença constante de termos e expressões oriundas de gírias difundidas entre as turmas de homossexuais do período, fazendo com que o jornal se apropriasse de uma linguagem essencialmente coloquial, o que tornava *O Snob* uma importante ferramenta de visibilidade da cultura homossexual que começava a ganhar contornos. O próprio nome do jornal é uma prova disso, pois esta era uma famosa expressão utilizada pelos homossexuais daquele período e, segundo COSTA (2010), fazia referência a pessoas elegantes que circulavam nas altas rodas sociais e que olhavam para os demais com certo ar de superioridade.

Apesar da fama e das dimensões que alcançou, *O Snob* sempre foi um jornal de turma e nunca perdeu esse caráter local, não atingia e nem reivindicava os espaços para além das turmas. Era um trabalho ingênuo, como afirmou o próprio Agildo Guimarães em entrevista publicada no *Lampião da Esquina*⁷, em 1980. O próprio corpo editorial afirmou que *O Snob* “*não tem pretensão em ter muitas tiragens e nem fazer concorrência com O Globo ou o Última Hora*” num editorial não assinado no seu primeiro número, contudo, não é por estas razões que se vai ignorar o impacto do que este periódico representou para os gays da década de 1960.

O nascimento de *O Snob* incentivou a criação de outros tantos jornais de turma pelo Brasil, a exemplo de *Le Femme*, *Subúrbio À Noite*, *Di Paula*, *O Felino*, *Die O Boletim Da Aliança De Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazin*, *20 de Abril*, *O Centro*, *O Mito*, *Le Sophistique*, *O Gay*, *O Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e Fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling*, *Ello* e tantos outros mais, que chegou a ser fundada ABIG - Associação Brasileira de Imprensa Gay. A intenção era reunir membros do corpo editorial de todas essas publicações que foram surgindo pelo Brasil, onde os responsáveis por *O Snob* assumiriam um protagonismo, mostrando que existia uma imprensa homossexual e que este era um movimento muito sério. Infelizmente a ABIG se desfez com a ascensão e

⁶ Susan Sontag em seu artigo clássico *Notes on "camp"* de 1964, diz: “o camp é comumente relacionado ao exagero, à afetação, a uma estética especial que ironiza ou ridiculariza o que é dominante”

⁷ Ver *Lampião da Esquina*, n.º. 28 de setembro de 1980.

consolidação dos militares no poder, mas os jornais continuaram a circular (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 28, 1980).

1.3 “Corre, que lá vem os home!”: o golpe de 1964 e o nascimento da ditadura civil militar brasileira

As décadas de 1950 e 1960 também foram marcantes para a política brasileira. Enquanto as redes de sociabilidade descritas acima se formavam, umas sequências de fatos ocorreram em paralelo e culminaram na ditadura civil militar⁸. O ano de 1964 ficou marcado como aquele em que a ordem democrática e a legalidade foram derrubadas por meio de um golpe.

Este golpe, que instaurou a ditadura em 1964 no Brasil, representou não somente uma importante vitória, mas também o aparelhamento das forças conservadoras então vigentes no país. Com o apoio dos civis, os militares derrubaram o presidente João Goulart. O golpe deu fim à experiência republicana iniciada em 1945 e fez nascer

“um estado de direito regido pela Constituição de 1946, em contraste com a ditadura aberta pelo estado novo, e um regime democrático, mas limitado, marcado pelas tradições autoritárias da ditadura que o antecederam. [...] A instauração da ditadura, em 1964, destruiu tudo isso: o estado de direito, a democracia limitada e a versão trabalhista do nacional-estatismo.” (REIS FILHO, 2014, p17)

Mas, como disse acima, o golpe não surgiu de uma hora para outra na história brasileira. Foram diversos fatores cuja soma resultou no golpe civil-militar e na ditadura que o sucedeu. Fatores estes que vão desde a conjuntura

⁸ Tal leitura parte de autores como Daniel Aarão Reis Filho (2014), que defende que o termo mais apropriado para descrever este período é ditadura civil-militar, devido à participação ativa das lideranças civis junto à organização e funcionamento do Regime ditatorial no Brasil, defende que o termo mais apropriado para descrever este período é ditadura civil-militar.

internacional até a proposta das Reformas de Base pelo presidente Jango, os quais eu citarei a seguir.

Ao descrever o que chamou de “gênese da ditadura”, Reis Filho (2014) pontua que, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, se verificava nos chamados países de terceiro mundo⁹ o crescimento de ideias políticas que se opunham aos ideais liberais, pregando a autonomia por meio dos interesses nacionais e da justiça social, garantidos por um Estado Nacional, intervencionista, baseado no Nacional-Estatismo¹⁰. O fim da Segunda Grande Guerra ofereceu um cenário propício para a difusão destas ideias, visto que tanto os Estados Unidos como a União Soviética ensejavam o fim dos Estados coloniais, embora tivessem diferentes intenções.

No Brasil, assim como em toda América Latina, a forte presença dos Estados Unidos, que se consolidou enquanto potência mundial após a Segunda Guerra, fez com que o projeto nacional-estatista entrasse em crise. A queda de Vargas e a eleição de Eurico Gaspar Dutra abriram caminho para o estreitamento das relações com os Estados Unidos e o surgimento de um novo projeto que se baseava no desenvolvimentismo. Mas este não foi o fim do nacional-estatismo no Brasil, que apesar de estar bastante enfraquecido, ainda possuía raízes fincadas por aqui.

Ainda segundo Reis Filho (2014, p. 23), na segunda metade dos anos 1950 ganha força “a proposta de um desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais”. Todavia, a vitória da revolução cubana em 1959 trouxe um fôlego novo para o movimento nacional-estatista na América-Latina. Aqui no Brasil, o maior reflexo foi o início de grandes lutas sociais que reivindicavam reformas (agrária, urbana, bancária, eleitoral, universitária, dentre outras).

A figura do presidente Jânio Quadros teve grande importância dentro de todo este processo. Eleito em outubro de 1960 por conta de seu discurso

⁹ Termo difundido após o fim da Segunda Guerra mundial que designava os países que não pertenciam ao “primeiro mundo”, capitalista e próspero, nem ao “segundo mundo”, dos países socialistas.

¹⁰ Segundo REIS FILHO, este termo serve pra designar ideais políticos baseados na ambição de construção de uma identidade nacional única e que considerava o Estado o melhor instrumento histórico para articular a vontade nacional.

controverso, que agradava tanto as elites como a classe trabalhadora, o presidente Jânio Quadros simbolizava uma alternativa distante das filiações partidárias conhecidas e, com o símbolo da sua campanha, a vassourinha, uma promessa de combate à corrupção, varrendo-a do Brasil. Naquela época, ainda era possível votar em candidatos a presidente e a vice de chapas diferentes e Jânio, apesar de eleito com uma votação expressiva, não conseguiu eleger o seu vice, Milton Campos, que perdeu para o vice da chapa de Lott e herdeiro político de Getúlio Vargas, João Goulart, possuidor de um projeto político muito distinto de Jânio Quadros.

Contudo, após a posse, o governo Jânio parecia travado. Ele desagradava as elites e tampouco conseguia a confiança dos movimentos sociais. Dessa forma, o então presidente foi ficando cada vez mais isolado e totalmente sem apoio para governar. Foi então que, em 25 de agosto de 1961, o Presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo, para surpresa de todos. Reis Filho (2014) levanta a hipótese de que este ato se tratou de uma manobra para que Jânio voltasse ao poder, pelo clamor popular, com plenos poderes, mas não foi o que aconteceu.

Após aceita a renúncia pelo Congresso nacional, tendo em vista que o vice-presidente João Goulart estava na China em um compromisso oficial, assumiu a presidência da república o seguinte na ordem sucessória, o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, representante das forças conservadoras. As Forças Armadas aproveitaram o momento para uma primeira tentativa de golpe, impedindo a posse de Jango sob a alegação de que o mesmo representava uma ameaça para a ordem nacional.

A reação foi instantânea e teve início um grande movimento contra o golpe de estado que se desenhava, encabeçado por Leonel Brizola. Com os ânimos aflorados e a possibilidade de uma guerra civil, se iniciou um intenso processo de negociações, onde ambos os lados cederam e Jango pôde assumir o governo em 7 de setembro de 1961, mas com poderes limitados por um parlamentarismo.

A posse de Jango e a conjuntura internacional, principalmente por conta da vitória da Revolução Cubana, deram novo fôlego às ideias do nacional-

estatismo. Jango, por sua vez, contava com um crescente apoio popular. A onda de greves que se instaurou em 1962 demonstrou a insatisfação da classe trabalhadora com a situação do país, o que fez com que ganhasse corpo a proposta das Reformas de Base. Entretanto, o parlamentarismo que se instaurara para que fosse possível Jango assumir o governo, ainda que enfraquecido, o engessava e o impedia de implementar tais reformas.

O ato que aprovou o parlamentarismo previa ainda um plebiscito para a discussão do assunto, mas somente em 1965, quando já teria terminado o mandato de Jango. Graças a grandes articulações políticas e a renovação de parte do Congresso Nacional e dos governos estaduais nas eleições de 1962, conseguiu-se antecipar o plebiscito para 1963. Era a oportunidade de Jango recuperar o poder e ter força para implantar as reformas de base.

O parlamentarismo, que já havia nascido enfraquecido, não possuía apoio, nem das elites, tampouco das camadas populares. Assim, a grande maioria escolheu pelo presidencialismo, consolidando Jango no poder. Uma de suas primeiras medidas foi a implantação do Plano Trienal, elaborado pelo ministro do planejamento, o economista Celso Furtado. Consistia num conjunto de políticas econômicas de cunho conciliatório, baseado numa série de restrições e estímulos, visando o crescimento da economia, com responsabilidade social. Contudo, o Plano Trienal acabou não dando muito certo e foi abandonado após três meses.

A essa altura, as críticas eram inevitáveis e vinham de todos os lados, a crise política era evidente e Jango, sem projetos, apenas a administrava. Crescia e ganhava visibilidade os movimentos populares que reivindicavam as reformas de base. Da mesma forma, os grupos conservadores e de direita, contrários às reformas, começavam a se organizarem e a se unirem. Os discursos, de ambos os lados, começaram a endurecer e deixavam claro que não descartavam a força como forma de garantir os seus objetivos de suas lutas.

Este impasse seguiu por meses e acabou transformando o discurso nacional-estatista numa dúvida, inclusive entre aqueles que apoiaram a posse de Jango, bem como o retorno do presidencialismo. Os reformistas se

aproximavam cada vez mais dos ideais revolucionários, pois viam que uma política conciliadora não estava trazendo resultados. Começava a se instaurar um medo sobre o que significaria ser um país com um governo intervencionista e popular. Começaram as especulações e as associações do nacional-estatismo com o comunismo e de como as reformas que ele defendia transformariam o Brasil numa “nova Cuba” e que era preciso livrar o povo brasileiro da ameaça comunista.

Os grupos conservadores se apropriaram deste lugar de “salvadores da pátria” e ganhava força o discurso de que o comunismo representava uma ameaça para a legalidade e a ordem constitucional. Os antirreformistas invocavam argumentos baseados em valores morais e religiosos para justificar as suas posições. Nos bastidores, já existiam movimentos que se articulavam e bolavam estratégias para tomar o poder.

Em março de 1964, Jango decidiu abandonar a sua postura diplomática e conciliadora e começou a se mostrar mais incisivo na defesa das reformas de base. Aceitou assumir a liderança de uma série de comícios que seriam realizados em todo o Brasil em defesa das reformas, sendo o primeiro no dia 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro e o último em 1º de maio do mesmo ano em São Paulo. Contudo, apenas o primeiro comício, no Rio de Janeiro, veio a acontecer, reunindo a esquerda brasileira, nas suas mais variadas correntes, e, segundo os organizadores, contando com cerca de 350 mil pessoas. Na ocasião, Jango anunciou uma série de decretos e medidas que tinham como intuito viabilizar as reformas.

A reação foi quase que instantânea. Em 19 de março de 1964, em São Paulo, aconteceu a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade e esta foi seguida de outras marchas que ocorreram em diversas cidades pelo país. Foi a demonstração de que as diversas organizações de direita haviam se unido para impedir o que chamavam de avanço do comunismo e que as reformas de base se tornassem realidade.

A crise na Marinha instaurada por conta da reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) para discutir melhorias nas condições de trabalho da categoria, realizada mesmo com a proibição do

Ministério da Marinha, fez as tensões se voltarem para outro ponto. Não se tratava mais de defender ou não as reformas de base, mas sim de defender a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas daqueles que queriam quebrar estes valores. Nesse processo de mudança de discurso, a mídia teve um importante papel e o apoio que Jango tinha dentro das Forças Armadas foi minado.

Os militares assumiram o protagonismo do golpe que começava a ganhar formas, bem como se mostravam dispostos a fazerem uso da força para a restituição da ordem. Jango ainda contava com o apoio popular e das esquerdas, mas a possibilidade de uma guerra civil, na qual o país entraria, o deixou temeroso e o fez recuar. Não deu nenhuma ordem ou orientação a seus apoiadores no sentido de impedir o avanço das forças golpistas. Sendo inviável a sua permanência no Brasil, exilou-se em Montevideú, capital do Uruguai, fugindo pela fronteira com o Rio Grande do Sul.

Na manhã de 1º de abril de 1964, o golpe já estava posto e o governo estava nas mãos dos militares. No dia seguinte, as direitas iam para as ruas comemorar o ocorrido e o país entrava na mais longa e severa ditadura da sua história. Mas isso foi algo que os civis demoraram a perceber. Naquele momento, os civis festejavam a tomada do poder pelos militares que, sob o argumento de manutenção da ordem, exerceram este poder de forma ditatorial.

Ao escrever sobre o totalitarismo, Hannah Arendt também nos fornece um conceito de ditadura, ao diferenciar aquele dos demais regimes autoritários. Aferre-se da obra da autora que a ditadura consiste na imposição de uma ideia, através da perseguição e eliminação física dos que pensam diferente, implantando-se um medo de agir. O totalitarismo, por sua vez, parte da hegemonia de uma ideia, eliminando os portadores ideias divergentes, impedindo o livre pensar, visando à homogeneização do modo de pensar (ARENDR, 1979).

O que a autora quis dizer é que faz parte do regime ditatorial perseguir ideias contrárias, contudo, mesmo que sob repressão, elas existem em paralelo ao ideal que fundamenta a ditadura. Foi o que aconteceu na ditadura civil militar brasileira, onde existiram vozes que se levantaram contra o que era

imposto pelos militares e, por conseguinte, sofreram as consequências por afrontarem o regime. Dessa forma, se enfraqueceu o campo da política e o terror passa a ser a base da relação do Estado com o cidadão (ARENDR, 1979).

Ainda tomando como referência os pensamentos de Arendt, isso ocorre porque o sentido da política está associado ao de dominação e violência, por conta da desvinculação da política do sentido de liberdade. Para a autora, ação política é sinônimo de liberdade, é a ação conjunta e consensual fruto da própria condição plural humana e sempre um fim em si mesma, nunca um meio para atingir outros objetivos. (ARENDR, 2000)

Partindo desta noção de política, o governo que se estabelecia depois do golpe de 1964 não tinha a política como um de seus lastros, tendo em vista que a relação governante e governado era baseada na violência, na dominação que não passava de um meio para atingir um fim, a manutenção da ordem.

1.4 “Movimento no Brasil? Ele diz que no momento não há clima”: empecilhos para a construção de uma consciência política coletiva

Apesar da instabilidade política e clima de austeridade imposto pelo regime militar, muito pouco mudou para os homossexuais depois do golpe civil-militar e nos primeiros anos da ditadura. O próprio Agildo Guimarães¹¹ afirma que os problemas com a censura só começaram a surgir no final da década de 1960, quando uma estudante foi presa e com ela estava uma cópia de *O Snob*.

A referida publicação não fazia comentários sobre política e esta era uma atitude deliberada de seus idealizadores. O golpe civil-militar de 1964 sequer foi citado nas páginas de *O Snob*, o que, segundo GREEN (2000), é mais uma prova de que muito pouco mudou na vida dessas pessoas com a tomada do poder pelos militares.

O anonimato e a realidade paralela criada pelas redes de sociabilidade é que permitiu que isso acontecesse. Os militares demoraram para descobrir que

¹¹ Ver *Lampião da Esquina*, ed. nº 28 de setembro de 1980

estes homossexuais se reuniam. As festas continuaram acontecendo e os jornais continuaram circulando.

Não quero dizer que nesta fase inicial da ditadura não houve repressão; muito pelo contrário, houve sim, mas esta quase não chegou aos integrantes das turmas e das redes de sociabilidade. Contudo, é preciso destacar que estas pessoas, na maioria das vezes, gozavam de algum status social e/ou financeiro que permitiu uma certa blindagem. Como bem apontou Green (2000), a repressão estava concentrada, no que diz respeito aos homossexuais, nos grupos ligados diretamente ao movimento populista-nacionalista brasileiro ou com a esquerda. Nessa época, é importante salientar que o Ministério das Relações Exteriores promoveu uma demissão em massa de servidores acusados de serem homossexuais. A repressão a homossexuais praticada pelo regime começava então a ganhar forma, mas ainda estava longe de possuir um caráter sistêmico.

Acredito que a apatia política da maioria dos homossexuais da época os manteve, ao menos nesta fase inicial da ditadura, longe dos olhos dos militares e, de certa forma, longe do aparelho repressivo. Mas, enquanto a ditadura ganhava força, muitas transformações se operavam no imaginário daqueles homossexuais. Transformações que implicariam numa nova compreensão das homossexualidades, fora do padrão binário onde se tinha bichas de um lado e bofes do outro, bem como no amadurecimento de uma consciência política entre o grupo.

1.4.1 “Bicha com bicha não dá lagartixa”: ganham força novas identidades

O padrão engessado de homossexualidade então vigente, dividido entre bichas e bofes nunca fora capaz de representar a complexidade do grupo. Contudo, esta era a representação que mais tinha força no imaginário da sociedade. Para eles, homossexuais eram somente as bichas, aqueles que assumiam o papel passivo na relação sexual e eram efeminados; os bofes, por sua vez, os que eram ativos durante o sexo, eram “homens de verdade”.

Ressalte-se que esse padrão era reafirmado pelos próprios homossexuais que, de um modo geral, reproduziam e afirmavam este discurso, bem como rejeitavam os que fugiam deste padrão.

Todavia, ganhava força uma nova identidade, que por sua vez foi construída seguindo representações que partiam da classe social. Crescia o número de pessoas de classe média, que gozavam de uma certa tranquilidade financeira, que se diziam homossexuais independentemente da posição sexual, além de não reivindicarem nem o lugar de bicha nem de bofe. Eram chamados de entendidos, termo que já existia entre os homossexuais desde a década de 1940, como verificou Green (2000), contudo, só se tornou popular em meados dos anos 1960. O entendido era justamente aquela pessoa que entendia dos assuntos relacionados às homossexualidades, mas que não era nem bicha, nem bofe.

Apesar de se considerarem homossexuais, os entendidos, em sua maioria, também recorriam ao anonimato e à discrição quando o assunto era afeto e/ou práticas sexuais. O que motivava esta escolha quase sempre era a família, a posição social ou o status profissional. Havia uma consciência de que as homossexualidades eram socialmente condenadas, daí a ponderação que muitos entendidos faziam e o caminho mais seguro era sempre o que apontava para o segredo. Esta escolha resultava da influência das produções sociais, culturais e de contexto histórico sobre as homossexualidades. Apesar de ser uma forma diferente de se ser homossexual, os entendidos, as bichas e os bofes compartilhavam e temiam o mesmo estigma, o que resultou na mesma estratégia de fuga das pressões sociais e culturais, qual seja, o anonimato.

Ao mesmo tempo, os acontecimentos de fora do Brasil e as bandeiras levantadas pelos movimentos de liberação sexual começaram a impactar os homossexuais brasileiros. Alguns ativistas nos Estados Unidos acreditavam que o termo homossexual e homossexualismo “reiterava a associação pejorativa de práticas homoeróticas e distúrbios psicológicos” (PERET, 2011, p.31) e assim nasceu uma nova forma de se nominar, de identidade: o gay. Por conta da sua origem, quando o termo gay chegou ao Brasil, ficou associada a um comportamento burguês e capitalista, de gente mimada entediada com a

vida e a fim de experimentar coisas novas, o que fez com que muita gente não se identificasse com o novo termo. Era necessário absorver as discussões que ocorriam fora do Brasil, o movimento carecia de amadurecimento, mas isso não poderia acontecer por meio da imposição de modelos de fora, tinha que partir daqui. Numa referência ao movimento antropofágico, os homossexuais brasileiros decidiram deglutir a cultura homossexual que vinha dos outros países e regurgitar a sua própria cultura. Foi assim que surgiu o termo *guei*.

O crescimento do número de entendidos repercutiu nas redes de sociabilidade, nas turmas e, por conseguinte, nos jornais de turma. Em *O Snob*, por exemplo, segundo Costa (2010), os anos de 1965 e 1966 foram marcados por fortes mudanças na linha editorial, visto que pessoas de outras turmas passaram a figurar como editores, o que permitiu a entrada de novos colunistas.

Um destes novos colunistas, que se identificava sob o pseudônimo Pantera, afirmava a sua homossexualidade, mas não se considerava uma bicha, inclusive fazia várias críticas ao modelo. Na sua coluna, Pantera trazia fofocas relacionadas tanto às bichas como aos entendidos, além de uma série de contos onde os personagens eram membros da rede sociabilidade.

Segundo Costa (2010), os contos foram a ferramenta utilizada por Pantera para criticar as práticas sexuais do grupo e reivindicar a legitimidade de novas formas de exercício sexual. Mas as críticas não ficaram por aí. Pantera deixou de lado as fofocas e passou a criticar o padrão de feminilidade perseguido e venerado pelas bichas e, por conta disso, mudou seu pseudônimo para Gato Preto.

Começou dentro da organização de *O Snob* uma guerra de ideias por meio das colunas do periódico: de um lado os que defendiam as bichas, as discussões sobre as grandes divas e as fofocas; e do outro os entendidos, querendo discutir a homossexualidade e desconstruir os padrões então vigentes.

Gato Preto dizia, segundo Green (2000), que a feminilidade perseguida pelas bichas era algo inatingível e que não fazia sentido retratos de mulheres

estampando as páginas do jornal, que seria muito mais agradável ter fotos de homens. Além disso, defendia que era preciso conhecer a fundo a temática homossexual para quem sabe mais para frente ser possível empreender uma luta por direitos.



Figura 5 - Capa da última edição de O Snob, maio de 1969

Por volta de 1968, as manifestações de estudantes contra a ditadura influenciaram fortemente os grupos de homossexuais. Começa a surgir e a ganhar força uma consciência política coletiva no grupo. O corpo editorial de *O Snob da época* seguiu este movimento e anunciou a total mudança da linha editorial seguida. Na capa, os desenhos de grandes mulheres foram

substituídos por desenhos de homens nus, e nas páginas internas, era visível que a apatia política havia sido deixada de lado.

A atual situação política do país passou a ser um dos principais assuntos discutidos nos artigos do periódico. Viam-se críticas aos militares, um panorama das discussões nos outros países sobre a liberação sexual e os movimentos de homossexuais, as colunas sociais passaram a discutir o tema sobre um viés político. A conjuntura internacional, os movimentos de paz no Vietnã também ganharam espaço no jornal. A Marcha dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro ganhou um destaque especial no periódico, tornando-se num protesto contra a ditadura. Mas apesar dessa mudança, os editores de *O Snob* não possuíam proximidade com os militantes de esquerda.

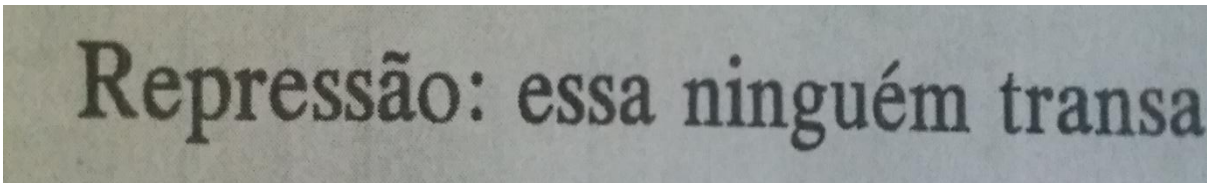
Em março de 1969, um artigo publicado no jornal já levantava a hipótese de um protesto organizado por homossexuais, lutando por direitos. O texto descrevia uma cena onde homossexuais se reuniam, com faixas glamorosas estampando *slogans* como: “em prol dos direitos civis da boneca brasileira” ou “nas festas do Itamarati, queremos ir de Travesti”.

Todavia, os militares cada vez mais aumentavam o controle por meio da repressão. A emissão do Ato Institucional 5 (o AI5) deixou a atmosfera muito mais complicada e a perseguição aos jornais e periódicos da imprensa alternativa aumentaram. Em maio de 1969 foi publicado o último número de *O Snob* e o regime militar passou a ser um empecilho para o desenvolvimento dos movimentos sociais e de esquerda, inclusive os movimentos de homossexuais.

É notório o modo como o conceito de homossexualidade foi construído historicamente, é impossível negar a sua historicidade. Não somente o conceito, mas a forma de ser homossexual, de se viver a homossexualidade é um constructo histórico, social e cultural. Através das relações cotidianas, das trocas de experiências, da influência do olhar do outro é que se chegou a compreensão das homossexualidades, tanto que hoje esta compreensão é totalmente diferente da que se tinha na década de 1960. Já fomos bichas e bofes, entendidos, gueis e tantas outras identidades, hoje somos LGBT's e o

movimento permanece constante, tanto que esta sigla já não é mais capaz de traduzir a diversidade e a complexidade das identidades que permeiam as minorias sexuais e de gênero.

Capítulo II



Repressão: essa ninguém transa

Figura 6

2. "Repressão: essa ninguém transa"

A repressão ainda é uma realidade na vida de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. Por mais que se tenha avançado em alguns aspectos, muita coisa que já era reivindicada e discutida nas décadas de 1960 e 1970 permanece do mesmo jeito.

“não é possível considerar imoral a luta de um determinado grupo – discriminado sexualmente – para sair do gueto que lhe foi imposto e assumir seu lugar na sociedade, deixando de ser, dessa forma, cidadãos de segunda classe” (Lampião, n.º 9, 1979, p.5).

As palavras de Darcy Penteado escritas acima, apesar de serem do final da década de 1970, revelam-se bastante atuais, demonstrando o quão lento tem sido o processo de luta por direitos das minorias sexuais, não por desídia dos ativistas, mas sim pelos obstáculos históricos, culturais, sociais e morais encontrados no caminho.

A história do Brasil cria as condições para isso. Desde os tempos da colônia até a atualidade, não é difícil encontrar episódios marcados pela violência contra homossexuais, no intuito de se combater a “sodomia”, o “pecado nefando” ou a “sujidade”, como se referia às homossexualidades no período colonial. Naquela época, por conta da forte influência da igreja católica no governo de Portugal, a sodomia era considerada um crime passível de condenação à pena de morte, a depender da gravidade. Na colônia não poderia ser diferente e isso ficou expresso na carta de doação das capitanias de Pernambuco a Duarte Coelho, em 1534, e de São Vicente a Martim Afonso de Souza, em 1535, redigidas por D. João III, na qual o monarca confere poderes para aplicar punições severas, principalmente àqueles que cometessem os crimes de heresia, traição, sodomia e falsidade de moeda. Sem falar das prisões e julgamentos por sodomia, realizados pela Santa Inquisição, nas diversas vezes que visitou o lado de cá do Atlântico (TREVISAN, 2007).

Ainda que de forma não organizada, lutar contra estes tipos de opressão, afirmar direitos e reivindicar o exercício da cidadania é algo muito presente na trajetória das minorias sexuais e de gênero, ainda que de diferentes formas e proporções, a depender do contexto histórico; e é justamente por este motivo que podemos chamar todo este processo de construção de direitos humanos.

2.1 “Convergentes, homossexualérrimas, lampionetes: quanto ativismo!” – direitos humanos enquanto luta

De início, como já dito na introdução, é preciso se ter em conta que o processo de produção do conhecimento sempre foi influenciado pelas relações de poder. Isso implica no surgimento de epistemologias que apenas levam em consideração o ponto de vista dos ditos vencedores e, assim, os saberes são, em sua maioria, um reflexo do machismo, patriarcalismo, colonialismo, heterossexismo e demais sistemas de hierarquização presentes na estrutura e organização da sociedade. O maior problema disso é que este conhecimento produzido pelos vencedores é construído como verdade, enquanto que os saberes oriundos dos vencidos são considerados menos importantes ou até mesmo desprezados. Assim, as teorias que aí estão foram desenvolvidas para justificar esse sistema de dominação, além de ser uma ferramenta para manter este domínio nas mãos de um pequeno grupo.

Com as teorias sobre direitos humanos não foi diferente. Elas também foram marcadas pelos regimes de dominação, hierarquização, demarcação de fronteiras, bem como inclusões e exclusões. Prova disso é o que se convencionou chamar de direitos humanos atualmente: normas internacionais, institucionalizadas e de caráter universal, construídas de forma linear e progressiva. Isso se deve ao fato de que o uso expressão direitos humanos só foi difundido no período pós segunda guerra, com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A declaração, apesar de se pretender universal como anuncia o seu título, foi adotada com apenas 48 votos a favor que, apesar de representar a maioria dos países membros da ONU, estão longe de representar uma universalidade. Assim, os direitos humanos foram entendidos sob a ótica de um pequeno bloco de países, em sua maioria ocidentais e europeus, e as demais noções de direitos humanos foram esmagadas. Com o tempo, direitos humanos foram reduzidos a normas de direitos humanos e a história dessas normas é contada como a história dos direitos humanos. Este reducionismo culmina apagando a historicidade dos direitos humanos, a constante construção e desconstrução dos mesmos, bem como atribui apenas à norma o poder de dizer se estes existem e se são ou não respeitados.

Entender os direitos humanos, a partir de uma perspectiva crítica, é enxergá-los como construção, fruto de lutas institucionais ou sociais pela garantia da dignidade humana (FLORES, 2009) e, portanto, fortemente influenciados pela cultura, bem como dotados de historicidade, uma vez que refletem as especificidades de um determinado grupo num determinado momento histórico.

Sendo assim, enquanto processos de lutas, os direitos humanos permeiam toda a história da humanidade, como um espaço de disputa política, o que nos leva a percebê-los como movimentos não lineares, descontínuos, onde há avanços e retrocessos, marcados pela participação direta, social ou institucional dos sujeitos desses direitos, dessa dignidade, cujos caminhos serão definidos a partir das demandas dos mesmos.

O ideal de dignidade humana também não é estático, tampouco singular e homogêneo. Ele é determinado pelo conflito de representações, pela construção afirmação de identidades subalternizadas, pelas diferenças que se tornam evidentes, das interações cotidianas que intensificam a estratificação, marginalização e abjeção das pessoas que destoam do modelo hegemônico. Por esta razão, é possível afirmar que o conteúdo das lutas por direitos humanos será um produto histórico, cultural e social que, por conseguinte, não podem ser analisados sob um viés universalizante.

Ainda há quem considere direitos humanos apenas aqueles que estão descritos em normas e ordenamentos jurídicos, o que gera tensões e disputas ideológicas acerca do que seriam direitos humanos e de quem seriam os sujeitos desses direitos. Todavia, é necessário compreender que tais normas são fruto destes processos de luta e que, por esta razão, não dão conta de delimitar um conceito de direitos humanos, uma vez que estes são muito maiores que os contornos normativos.

Feitas essas considerações, não tenho como fugir da análise das resistências de homossexuais durante a ditadura civil-militar brasileira enquanto processos de lutas por direitos humanos que, como tais, são repletos de especificidades oriundas do contexto histórico, social e cultural, evidenciadas na seguinte fala, retirada da tradução de um editorial da revista norte-americana *In Touch*, feita pelo jornal *Lampião* da esquina:

“[...] os homossexuais têm uma cultura na qual os heterossexuais existem apenas periféricamente, tal como os homossexuais no mundo heterossexuais.” (*Lampião DA ESQUINA*, n.º 3, 1978, p. 4)

A principal bandeira levantada pela resistência de homossexuais naquela época era a afirmação da identidade, do livre exercício da sexualidade e das performances de gênero, pois “o que nós pretendemos é obter o direito de praticar o sexo com quem, quando e como quisermos” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, n.º 9, 1979, p. 5). Esta ainda era a principal diferença entre os homossexuais e os demais movimentos da época e se tinha consciência disso:

“Nós saímos às ruas exatamente para pregar outra coisa: que transar (qualquer que seja a forma de transação) é gostoso, é saudável, combate a cárie, faz um bem enorme à pele e, acima de tudo, não dá câncer.” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, n.º 1, 1978, p. 14)

Se pretendia justamente questionar o conjunto de valores morais que regiam as relações sociais e que associava as homossexualidades a desvios de caráter, quando se afirmava que

“[...] nos empenhamos em desmoralizar este conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 0, 1978, p. 2)

Retornando ao ponto em que parei no capítulo anterior, o final da década de 1960 marcou o momento em que os homossexuais começaram a sentir a necessidade de se organizarem enquanto movimento para conquistar direitos e reivindicar uma cidadania que lhes eram negados. Entretanto, como todo processo de luta que se constitui através de avanços e recuos, quando as bichas, bonecas, bofes, entendidos, gueis e lésbicas estavam ensaiando dar um passo adiante por meio do amadurecimento de suas pautas e estratégias de resistência, os militares decretaram o Ato Institucional n.º 5, cerceando qualquer condição de formação e desenvolvimento de grupos, não apenas de homossexuais, mas de qualquer natureza.

2.2 “Não me aperta que eu sangro!”

O Ato Institucional n.º 5 foi a consolidação do poder nas mãos dos militares. Por meio dele, o regime restringiu direitos e concedeu arcabouço legal para criminalizar qualquer manifestação contrária ao então governo. Foi também através do AI5 que o regime, sob o comando do presidente general Costa e Silva, cassou o mandato de todos os parlamentares e fechou o Congresso Nacional.

Em meados de 1969, por motivos de doença, o general Costa e Silva teve que ser afastado da presidência. Após ser imposto um impedimento no vice-presidente Pedro Aleixo, assume o poder uma junta militar e, com Congresso Nacional fechado, o substituto foi escolhido através de uma votação entre oficiais-generais, o que, segundo Reis Filho (2014, p. 82), “evidenciou, mais uma vez, o caráter ditatorial do regime”. A repercussão internacional não foi positiva e, como resposta, o congresso foi reconvocado em outubro de 1969

para eleger o general Garrastazu Médici, mas mesmo assim ficou evidente que a escolha do presidente já havia sido feita pelos militares anteriormente. Assim começa o mandato do general Garrastazu Médici, marcado, segundo Reis Filho, como os anos de ouro e de chumbo da ditadura.

Foi durante o governo Médici que o Brasil viveu o chamado “milagre brasileiro”, daí o porquê de ser chamado de anos de ouro. Foi durante este período que a economia brasileira atingiu índices jamais alcançados novamente. A indústria expandiu, foram feitas obras de infraestrutura, se consolidou o ramo da telecomunicação através da tevê a cores e alguns setores da sociedade acumularam renda. Mas é preciso olhar para este surto desenvolvimentista de forma mais crítica e complexa. Apesar de todo esse crescimento econômico, o “milagre brasileiro” foi mais um vetor para aumentar as desigualdades no país. Quem era rico ficou mais rico ainda e quem era pobre ficou mais pobre ainda.

Médici também investiu fortemente em propaganda criando a Assessoria Especial de Relações Públicas e, por conta disso, surgiram slogans com mensagens positivas que exaltavam o país, como: Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente; Ninguém segura este país. Mas esse investimento em propaganda tinha claras intenções que o motivava. Se pretendia criar a imagem de que o país estava bem, crescia exponencialmente para mascarar a realidade da ditadura e a utilização da violência como forma de manutenção do poder.

Para além disso, também se almejava a criação de uma identidade nacional, uniforme e baseada no modelo de “cidadão de bem”. Para aqueles que não se encaixavam neste padrão ou estavam insatisfeitos com o regime, outro slogan foi criado: Brasil, ame-o ou deixe-o. Nesta perspectiva, muitos foram exilados e outros tantos presos e torturados, podendo-se qualquer dissidência, qualquer reação contrária ou identidade que não guardasse relação com a defendida pelos militares e seus apoiadores. Por conta deste outro lado que o regime tentou esconder por trás da euforia desenvolvimentista, é que o governo Médici também ficou conhecido como

anos de chumbo, período em que a ditadura foi mais severa em termos de repressão.

Os militares desejavam uma sociedade homogênea e, para garantir a supremacia dos seus ideais, fizeram uso de fortes repressões àqueles que pensavam de modo contrário. A repressão se consolidou como uma política de estado que foi, inclusive, institucionalizada; e a maior prova disso são, como ficaram conhecidas, as agências da repressão, a exemplo dos Centros de Operação de Defesa Interna (CODIs) e os Destacamentos de Operações e Informações (DOIs), responsáveis diretos pela caça e tortura de muitos dos que se opuseram ao regime (REIS FILHO, 2014).

Toda a ditadura foi marcada por forte repressão, mas é preciso destacar que durante os anos de chumbo há uma diferença a qual tornaram os anos de 1968 a 1974 no período mais sombrio do regime militar: com a ascensão de Médici ao poder e o AI5, a repressão passou a ser generalizada e direcionada para a sociedade como um todo, vez que, até então, a repressão estava focada nos grupos de oposição e resistência ao regime.

Outro meio encontrado pelos militares de validar o poder e nele se manter foi através da invenção e institucionalização de tradições. “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas” (HOBBSAWM, 2012, p. 12), estas de natureza ritual ou simbólica que, por meio da repetição, inserem valores e normas de comportamento na sociedade.

Foi através destas tradições inventadas que o regime incutiu na população um padrão de comportamento determinado pelos militares, com base na ordem, patriotismo e numa moral cristã. Com estas novas tradições, os militares visavam à criação de uma identidade nacional e uniforme, o que significava eliminar as diferenças. Dessa forma, os padrões estabelecidos pelos militares corroboravam com o olhar da sociedade de um modo geral, que também era bastante conservador, em termos gerais.

Muitas foram as pessoas que não se encaixaram nesse perfil de “cidadão de bem” merecedor da proteção estatal, imposto pelo regime. Dentre

elas, estavam aquelas e aqueles cujo gênero e/ou a sexualidade não guardava relação com o padrão hegemônico, qual seja: branco, patriarcal, cisgênero, heterossexual e monogâmico. Qualquer forma de subversão dessa norma de gênero e/ou sexualidade era associada ao comunismo e, portanto, uma ameaça ao regime que deveria ser contida.

Mas é necessário apontar um fato interessante que se desencadeou em consequência do dito “milagre brasileiro”. Dentre os que conseguiram uma estabilidade financeira por conta das medidas do governo Médici, também havia homossexuais. Com o aumento da renda e do poder de consumo, começaram a surgir boates, clubes e saunas e outros espaços de sociabilidade para homossexuais se multiplicaram nos grandes centros urbanos.

Motivados pelo consumo e não pela luta política propriamente dita, gueis, lésbicas, bissexuais e transgêneros começaram a ocupar, de forma mais expressiva, espaços que não eram limitados pela clandestinidade ou pelas relações privadas. Ainda que restrito a guetos, as homossexualidades estavam mais expostas e isso era um grande problema para a sociedade da época.

É neste momento que a repressão às homossexualidades ganha um caráter mais sistêmico, motivada na maioria dos casos não por uma demonstração de oposição ao regime, mas sim em virtude das expressões contra hegemônicas de gênero e sexualidade, totalmente destoantes do modelo de “cidadão de bem” defendido pelos militares e seus apoiadores.

Guilherme Passamani (2010) ao se debruçar sobre a perseguição aos homossexuais pela ditadura brasileira e argentina destacou que, embora não tenha sido tão organizada, agressiva, sistemática e institucionalizada como esta última, para ele no Brasil “não houve uma política de Estado que atingisse especificamente esta população” (PASSAMANI, 2010, p. 4), contudo, por vias transversas, ferramentas institucionais foram utilizadas para perseguir homossexuais.

Neste sentido, a forma mais utilizada de repressão foram as prisões arbitrárias de travestis, garotos de programa e demais homossexuais nos guetos e demais locais por eles/as frequentados. Falava-se em “operação de

limpeza”, seguindo a lógica de que as ruas precisavam ser limpas da ameaça homossexual. Como não havia lei que criminalizava as homossexualidades, valia-se da vadiagem, uma contravenção penal tipificada na época, para se justificar as prisões.

Segundo o artigo 59 da Lei das Contravenções penais, “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (BRASIL, 1941), era motivo para uma pessoa ser punida com prisão simples, de quinze dias a três meses. Por se tratar de uma definição bastante genérica, existia uma margem discricionária muito grande no momento em que se determinava quem deveria ou não responder por esta contravenção e, fazendo uso desta discricionariedade, os militares iam “limpando” as ruas das grandes cidades. O camburão parava na frente de bares, pontos de encontro e de prostituição e se exigia das pessoas ali encontradas documento de identificação e de comprovação de exercício de uma atividade remunerada. Aos que possuíam tais documentos, se instaurava o impasse entre a possibilidade de ser preso e a quebra do anonimato; aos que não possuíam, o final era a prisão, ser fichado e esperar preso o juiz decidir se o processo seria arquivado ou teria continuidade.

Também é possível afirmar que tais repressões não vinham apenas dos militares. Existia um sólido constructo de valores baseados numa moralidade cristã guiando o imaginário das pessoas da época, fazendo com que as representações sobre as performances de gênero e sexualidade fossem bastante limitadas e tudo para além deste limite fosse considerado aberração, antinatural, anormal. Se levarmos em consideração de que a instauração da ditadura representou uma vitória das forças conservadoras e a intensificação das ideias por trás destas forças, a sociedade também foi repressiva com os homossexuais durante o regime.

2.2.1 “E tem aquela história de luta de classes...”

Outra contribuição de Passamani (2010) é apontar que essa repressão partiu ainda de alguns grupos da esquerda brasileira, principalmente de ideologia stalinista, tal como ocorreu em Cuba e na União Soviética após a ascensão de Stálin. A esquerda, quando não reprimia homossexuais com violência, era apática à causa considerando-a menor face aos problemas da classe operária.

O problema estava exatamente nas escalas de prioridades. As ditas minorias (movimento feminista, homossexual e negro, por exemplo) reivindicavam agendas próprias que muitas vezes não eram contempladas pelo que era pautado nos grupos e partidos de esquerda. Para esta esquerda, havia uma causa maior, a questão da luta de classes, que após resolvida desembocaria na solução das chamadas “causas menores” e que este protagonismo reivindicado pelas minorias rachava o movimento e o enfraquecia a luta.

Mas o impasse tinha raízes mais profundas. Muitas das reivindicações emergidas desses grupos menores iam de encontro com o que era defendido por apoiadores desta esquerda. Exemplo disso é o aborto, uma das principais pautas do movimento feminista – e que se entrasse na roda de discussão poderia causar um desagradável atrito com a Igreja Católica progressista, uma das principais aliadas da esquerda (TREVISAN, 2007). As novas demandas que nasciam das minorias não cabiam nos gritos de guerra da esquerda organizada. Mulheres, homossexuais, negros/as e índios/as queriam voz própria.

E essa briga por espaço se refletia nas publicações advindas da esquerda. Muito embora essas causas menores tivessem ocasionalmente vez nos jornais alternativos, as respectivas matérias não estavam livres de edições e cortes para se adequar à linha ideológica do corpo editorial. Por vezes, as matérias relativas às minorias só eram publicadas por que encaixavam na categoria militância/luta por direitos, tema caro à esquerda da época (MACRAE, 2011).

Mas nem só de militância viviam as minorias, ou melhor, do que aquela esquerda considerava minoria. Faltava ver o cotidiano, os gostos, o jeito de se expressar, o modo de vida, os anseios e tudo que era peculiar a estes grupos nestes jornais, assim como as estratégias de enfrentamento das opressões desenvolvidas por estes grupos que, na maioria das vezes, eram totalmente diferentes das estratégias daqueles que “faziam a revolução” em virtude das especificidades culturais e sociais inerentes àqueles grupos.

Fora que esta esquerda construiu a ideia de que a revolução seria operada por homens fortes, másculos e viris, “afinal, por aqui o símbolo da revolução sempre foi o Homem, com sua boina, sua barba e sua potente arma na mão” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 18, 1979, p. 6), perfil no qual homossexuais, indivíduos que constantemente subvertiam os papéis de gênero e de sexualidade, não se enquadravam. Não só homossexuais, mas as mulheres também sofreram com esta representação falocêntrica de revolucionário, de vez que o lugar delas dentro da resistência era muito bem delimitado, qual seja, posições auxiliares, nunca de militante ou guerrilheiro, nos casos de grupos que seguiram no caminho da luta armada. Aquelas que conseguiram ocupar altos postos dentro dos grupos de esquerda tiveram que abrir mão da feminilidade e fazer uso de performances de gênero mais masculinas, para conseguir o respeito dos “companheiros”.

No caso de homossexuais, aqueles que queriam entrar para a revolução precisavam esconder a sua homossexualidade. Era um duplo processo de negação de identidade: para sociedade, sob o comando dos militares, se tinha que ser um cidadão de bem, dentro do padrão determinado pela moral e bons costumes; para os companheiros de luta, caso quisesse enfrentar o regime, era preciso ser másculo pois a revolução não podia ser feita por bichas e bonecas. É importante ressaltar que a maior parte dos movimentos de resistência deste período teve origem na corrente progressista da igreja católica, implicando na reprodução dos valores cristãos pelos mesmos.

Gerava-se uma tensão tão grande dentro da esquerda e a vigilância era constante. A descoberta de práticas homoeróticas por um dos membros provocava uma instabilidade no grupo e era preciso decidir o que se faria a

respeito. Uma bicha dentro do movimento manchava a imagem do mesmo e era uma desonra sem tamanho. Um militante guei era tão grave quanto um traidor, tanto que, por vezes, ambos receberam a mesma punição: a morte.

GREEN (2012) nos deu um grande exemplo deste tipo de repressão, ao contar a história de dois homens militantes que, após serem presos durante a luta armada, decidiram assumir o relacionamento amoroso na prisão, onde dividiam cela. A notícia caiu como uma bomba nos companheiros que também estavam presos e algo precisava ser feito. A decisão foi que os dois tinham que morrer, pois a credibilidade do movimento não poderia ser abalada. Ao descobrir os planos dos companheiros de luta, uma das bichas sentenciadas à morte percebeu que precisava resistir e foi então que enfrentou os seus possíveis executores com a seguinte pergunta: “quem é o macho que quer me matar?”. A intenção era mostrar para os demais que ele, enquanto guei, também lutou e aguentou a repressão, tanto ou até mais que aqueles que queriam mata-lo, e, se caso seguissem com o plano, iriam ter que enfrentar uma bicha decidida em viver.

Fica evidente o choque entre a construção sociocultural acerca das homossexualidades e a representação que os próprios homossexuais tinham de si e de suas identidades. Isso nos revela que, mesmo entre aqueles que aparentemente estão do mesmo lado, que integram os grupos subalternizados, sofrem e resistem à hegemonia dos que detém o poder. Essas diferenças culturais acabam constituindo ferramentas para a elaboração de estratégias de resistência e de disputa por espaço e visibilidade, mesmo dentro das minorias.

Por este caminho, importantes também são as contribuições de Homi Bhabha (2003) ao apontar as fronteiras entre culturas distintas, os “entre-lugares” ou “locais da cultura”, como chama o autor, enquanto espaços de negociação, por assimilação ou por confronto, onde minorias desenvolvem estratégias de visibilidade e lutam por uma representatividade que atendam às especificidades de cada grupo. Esses “entre-lugares” fornecem estratégias de subjetivação e dão espaço a novos signos de identidade, identidades minoritárias que, em si, já se acham divididas. O autor coloca estes locais da cultura como espaços intersticiais, uma passagem, um movimento presente de

transformação ou transposição, onde uma coisa não é mais ela mesma, mas não totalmente outra. Ao colocar a cultura como um lugar de negociação, Bhabha destaca o caráter político desta e assim, importante ferramenta de luta por direitos e, por conseguinte, um meio de se resistir. Sendo a política ação humana no espaço público com vistas a um bem coletivo (ARENDR, 2001), esta é diretamente influenciada pela forma de pensar, agir, tradições e costumes – ou seja, a cultura – de um determinado grupo (GOHN, 2005).

2.3 “Estamos aqui, plantados, sempre à espera da chamada ‘abertura’”

Por conta dos resultados obtidos com o chamado “milagre brasileiro”, o General Médici terminou o seu governo com sua popularidade em alta, inclusive com pedidos de que seguisse para que fosse reconduzido ao poder. Dessa forma, não foi muito trabalhoso para ele conseguir escolher o seu substituto. Em 1973, último ano de seu governo, Médici designou o General Ernesto Geisel como seu substituto, o qual foi “eleito”¹² pelo congresso em janeiro de 1974 e tomou posse em março do mesmo ano. (AARÃO REIS, 2014)

Já no começo de seu governo, em agosto de 1974, Geisel anunciou que teria início um processo de distensão lenta, gradativa e segura. Em termos militares, distensão significa retirada, o que naquela situação queria dizer o fim do estado de exceção imposto pelo golpe e ratificado com a edição do AI5, com o consequente reestabelecimento da ordem democrática. Todavia, essa distensão não poderia acontecer sob quaisquer termos, almejava-se transicionar para um sistema jurídico que legitimasse o padrão autoritário de governo dos militares, para que ele permanecesse mesmo com eleições diretas.

Por isso que, como disse o Geisel, a distensão tinha que ser lenta, gradativa e segura, tratava-se de um delicado processo de saída, afinal, o modelo de país implementado por eles deveria se manter e qualquer passo em

¹² Segundo REIS FILHO (2014), a eleição indireta que levou o General Geisel à presidência foi uma farsa armada para legitimar a escolha solitária de Médici.

falso poderia significar a ruína do que fora construído durante o regime. Mais uma vez os militares dão prova de que queriam homogeneizar a sociedade brasileira, eliminar as diferenças e unificar a cultura e os costumes em torno de valores morais cristãos.

Tratava-se do momento ideal para iniciar a transição, levando em consideração que a popularidade do governo anterior e o enfraquecimento dos movimentos de resistência em razão do aperfeiçoamento e ampliação das formas de repressão. Os militares possuíam credibilidade para tornar perene aquela situação que, muito embora já perdurasse por 10 anos, ainda trazia a marca da excepcionalidade.

Com o anúncio do início do processo de reabertura, , ainda que a repressão continuasse a ser uma política de estado, criou-se condições para que muita gente que estava exilada fora do país pudesse voltar ao Brasil. Todas essas pessoas, de alguma forma, haviam sido exiladas por se oporem ao regime e quando voltaram não vieram sozinhas, trouxeram consigo as experiências obtidas através do contato com novas realidades de esquerda e de movimentos sociais e de lutas por direitos ou, segundo Fernando Gabeira, “é a esquerda que viveu no exílio e, num certo sentido, teve oportunidade de se chocar com posições diferentes no exterior” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 18, 1979, p. 5).

Questionamentos que antes eram deixados de lado dentro das esquerdas começaram a ganhar força, se percebeu que o problema ia além da luta de classe e a tomada de poder.

Uma vez que ela [a esquerda] coloca como questão fundamental a solução dos problemas sociais, ela se dedica apenas a estas. Mas acontece que existem outros também. E na medida em que as estruturas da esquerda não levam isso em conta, as pulsões, as tensões acabam explodindo na própria luta política, que às vezes se mostra cheia de paixão, de emoção não declarada. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 18, 1979, p. 6)

Diante da nova conjuntura e das complexidades que se apresentavam naquele momento, se fazia necessário repensar a atuação da esquerda, de bolar novas estratégias que dessem conta de atender a estas novas faces da sociedade que emergiam.

Então, o que se coloca pra nós hoje, enquanto pessoas que estão na vida, é exatamente procurar estabelecer um *front* pela vida, que, a nível internacional, lute pela paz, e a nível de cada país, faça uma frente pela vida que engloba desde a luta do trabalhador até aquela dos que querem ter o direito à felicidade. Os *fronts* hoje são muito mais amplos do que aqueles *fronts* acanhados que o marxista-leninista propunha na década de 30. Se esquerda não entendeu isso, pena: é uma pena. A gente vai fazer com que ela entenda de alguma maneira; e se ela não entender de forma nenhuma. Surge uma nova esquerda, e ela perde a condição de esquerda. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 18, 1979, p. 7)

As demandas das chamadas minorias, que ultrapassavam os limites da esquerda, ganhavam cada vez mais força, o que fez com que muitos desses grupos, insatisfeitos com a atuação da esquerda organizada, procurassem trilhar seus caminhos de forma independente. Mesmo que a contragosto, a forte repressão advinda dos militares provocou um peculiar impulso entre os jovens da época para questionar a ordem posta por meio da subversão, quase sempre não alinhada às ideologias definidas. Era o “desbunde”, palavra que se tornou recorrente no vocabulário das pessoas que transitavam pelos guetos, bares e redutos de boemia, sobretudo no fervor das noites cariocas e paulistanas, nominando um movimento e ganhando, inclusive, o status de verbo, para descrever uma ação. E “alguém desbundava justamente quando mandava às favas – sob aparência frequente de irresponsabilidade – os compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época” (TREVISAN, 2007, p. 284), através de uma solidariedade não-partidária para uma liberação subjetiva.

Paralelo a isso, o país se deparava com o “boom guei”. Graças à ascensão pelo consumo conquistada por alguns homossexuais. A viadagem

aos poucos ia se inserindo nas artes, no teatro, na música, nos escritos. Muito por influência das notícias que chegam das manifestações promovidas por grupos de homossexuais nos Estados Unidos, no Brasil, por vezes, o amor homossexual conseguiu transpor os limites da censura imposta pelo regime ditatorial e chegar a capas de revistas, jornais, propagandas, peças de teatro, músicas e festas.

Trevisan (2007, p. 335) define este fenômeno como “a manipulação da homossexualidade liberada”. Apesar de ser possível, no meio dos anos 1970, ir a um teatro onde se tem travestis no palco, assistir a um filme que na sua trama tivesse amores homoeróticos, de se frequentar festas onde tudo podia acontecer, como os bailes de carnaval e as boates para público gay, não se buscava a compreensão das homossexualidades, não se discutia o assunto. Tratava-se de uma falsa sensação de liberdade e aceitação, quando na verdade não passava de uma frágil e superficial tentativa de adequação às modas que vinham do exterior e que eram adaptadas à realidade brasileira em razão de uma necessidade de consumo, desprovidas de qualquer preocupação sobre o lugar da pessoa homossexual na sociedade, o que servia de marcador para os espaços onde a viadagem era tolerada e não aceita, respeitada.

A maior prova disso foi o sucesso da “Coluna do Meio” no jornal *Última Hora*, de São Paulo, assinada pelo jornalista Celso Curi. Publicada pela primeira vez em fevereiro de 1976, a coluna trazia notícias sobre homossexuais famosos do Brasil e do exterior, dicas de bares, restaurantes, espetáculos e clubes noturnos do Rio de Janeiro e São Paulo, além da sessão “Correio Elegante”, uma espécie de classificados pessoais onde eram publicadas as cartas de leitores e se transformou numa forma de comunicação e um meio de se conhecer pessoas (GREEN, 2006).

O burburinho foi tamanho que Celso Curi se tornou uma celebridade na cultura homossexual e despertou a atenção dos militares. Em outubro do mesmo ano Curi foi processado com fundamento na Lei de Imprensa, por atentar contra a moral e os bons costumes. Ao final, Curi fora absolvido das acusações, contudo já havia perdido o emprego, segundo o *Última Hora*, por conta de uma necessidade de corte de gastos. A Coluna do Meio, apesar do

curto tempo de vida, revelou a necessidade de se existir uma imprensa homossexual, que diferia das demais por tratar de um mundo próprio, com linguagem, preocupações e costumes próprios e que não se encaixava nos modelos existentes.

Nesse contexto de aparente reabertura política e de distensão dos militares, a imprensa alternativa ou imprensa nanica ganha um novo fôlego. Segundo Kucinski (2001), durante o período compreendido entre 1964 e 1980, existiram cerca de 150 periódicos que “tinham como traço comum a oposição intransigente ao governo militar”. Era nanica por se verificar, na maioria dessas publicações, o formato de tabloide que tinha metade do tamanho dos jornais convencionais, mas também por ir à contramão da grande imprensa, quase sempre apoiadora do regime, e, dentro de uma escala de valores e prioridades definidas pelo sistema, tratava de assuntos considerados menores. Por outro lado, era alternativa porque representava uma forma diferente de fazer política, de denúncia e resistência às opressões operadas pelo Estado.

Kucinski (2001) ainda divide essa imprensa alternativa em duas vertentes: a primeira era composta pelos jornais assumidamente políticos que difundiam o marxismo, a luta de classes, a guerrilha urbana e a revolução como forma de emancipação da classe trabalhadora; a segunda, formada por publicações que rejeitavam “a primazia do discurso ideológico”, para criticar não apenas o governo dos militares, mas a sociedade como um todo, passando pelos costumes, tradições, religião e moral, numa tentativa de romper com a cultura vigente, o que demonstra uma forte influência do movimento da contracultura dos Estados Unidos.

É importante destacar que a distensão anunciada pelo General Geisel foi decisiva para o aumento e fortalecimento da imprensa alternativa e, por conseguinte, as pessoas envolvidas na produção desses periódicos passaram a ser um dos principais alvo do aparelho repressor estatal. Várias redações de jornais foram fechadas, jornalistas e editores presos e torturados e bancas de jornal que comercializavam esse tipo de publicação sofreram ataques de bombas.

No meio disso tudo, as turmas que compunham as redes de sociabilidade da década de 1960 que, muito embora tivessem perdido a força nunca deixaram de existir, retomaram a ideia de uma imprensa homossexual e voltaram a publicar os seus jornais, todavia, agora em outro formato. Dentre estes jornais, destaco o *Gente Gay* que, segundo Green (2000, p.314), representou “a primeira de uma onda de novas publicações que marcaram o início de um movimento politizado de gays e lésbicas no país”.

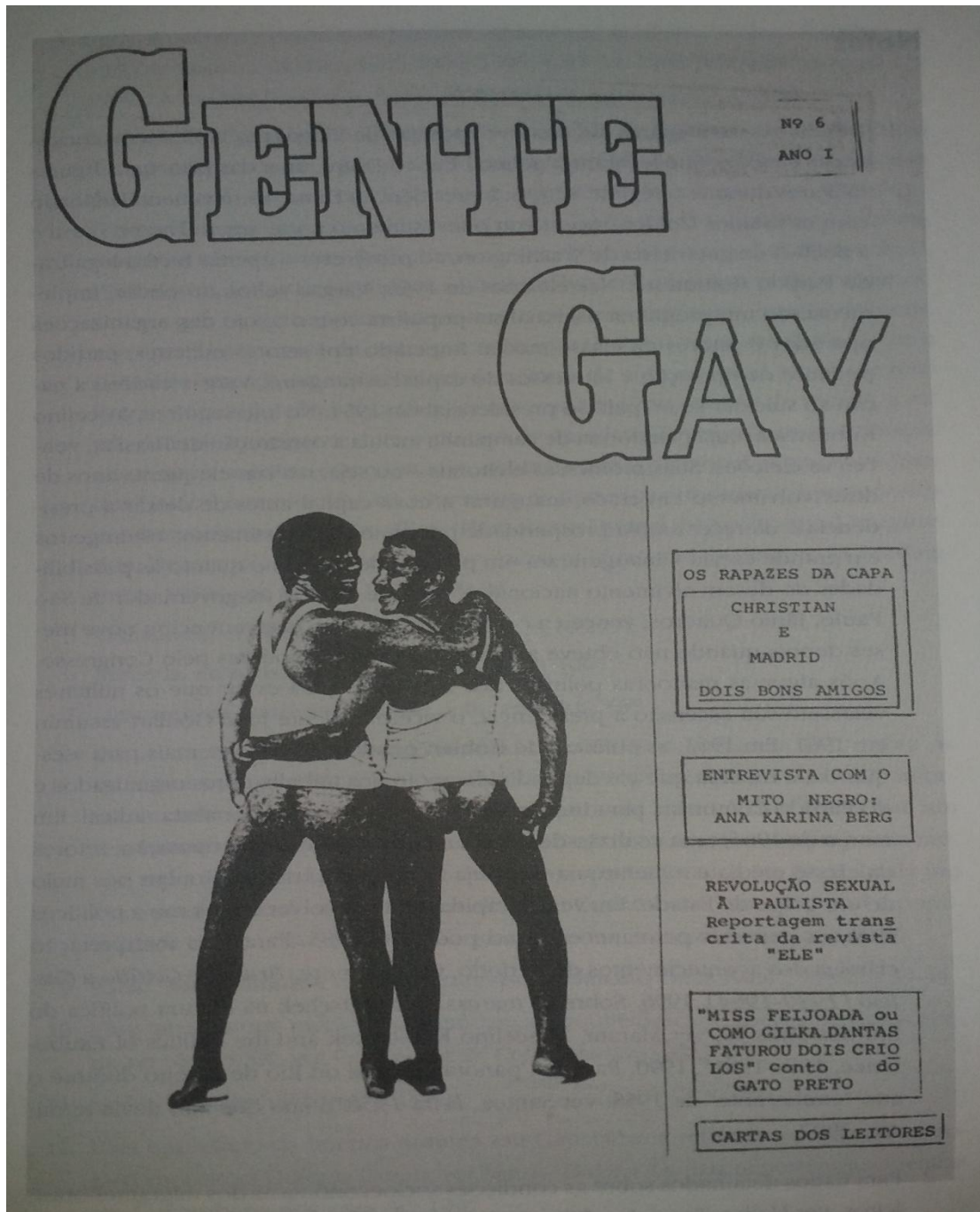


Figura 7 Capa do Gente Gay. GREEN, 2000

Em 1976, aproveitando a aparente favorável conjuntura política, algumas pessoas que faziam parte da turma OK, leitores e redatores de *O Snob*, sob o comando de Anuar Farad, Agildo Guimarães, Hélio Fonseca e José Rodrigues decidiram editar uma nova publicação, a qual chamaram de *Gente Gay*. A motivação veio do sucesso alcançado pela *Coluna do Meio* de Celso Curi e pela difusão da imprensa alternativa. Apesar do momento histórico ser outro, alguns receios da época de *O Snob* permaneciam e o medo de confrontar a censura fez com o *Gente Gay*, pelo menos na fase inicial, circulasse da mesma forma que os jornais de turma da década passada, ou seja, na informalidade, carregando a advertência de que era apenas para circulação interna.

GREEN (2000, p. 421) aponta ainda que o título do jornal “refletia uma mudança na linguagem da subcultura”, através de uma nova forma de nomenclatura construída a partir da incorporação do termo inglês gay nas gírias e expressões utilizadas pelos homossexuais brasileiros, reflexo do bombardeio de notícias sobre os movimentos pela liberação sexual ao redor do mundo, em especial o dos Estados Unidos, chamado pela mídia de “gay power”.

Além do humor *camp*, do roteiro de festas, saunas e bares frequentados por homossexuais, dos contos e da constante presença de travestis e bonecas, elementos marcantes de *O Snob* que estavam presentes no *Gente Gay*, mas de forma aprimorada, o jornal trazia novidades no conteúdo da sua linha editorial e no seu formato. Apesar de também ser datilografado, o mimeógrafo foi trocado pela fotocópia, o que permitiu a substituição dos desenhos por fotos, inclusive de nus frontais masculinos retirados de outras revistas. As fofocas agora dividiam espaço com as notícias dos movimentos internacionais e informações sobre a produção cultural que envolviam as homossexualidades, deixando os leitores atentos para as mudanças que estavam em curso.

Outra importante mudança foi o fato de que os editores e colaboradores do *Gente Gay* assinavam o jornal com seus reais nomes, ao contrário do que ocorria em *O Snob*, onde estes recorriam a pseudônimos e alteregos femininos. O medo de se mostrar, de se assumir, de sair do armário e o mais e o receio das reações externas já não existiam, em seu lugar ficou a

necessidade de afirmação para a superação dos tabus envolvendo as homossexualidades.

O *Gente Gay* se tornou um sucesso nos guetos homossexuais cariocas e cada vez mais aumentava o seu alcance, o que fez com que fosse lido por um crescente número de leitores, o que motivou os seus idealizadores a adotarem padrões profissionais na sua edição. Todavia, o aumento da demanda foi justamente o motivo da ruína do jornal e seu consequente fechamento. Faltava à equipe do *Gente Gay* conhecimentos sobre gestão de negócios e finanças e, ao expandir os horizontes do jornal, chegaram a níveis onde o dinheiro não era suficiente para bancar as despesas, ocasionando no encerramento da publicação.

Muito embora tenha circulado por muito pouco tempo, o *Gente Gay* foi um forte indício de que as coisas estavam mudando e que novos formatos de resistência estavam se desenhando. As diferenças culturais agora se tornavam cada vez mais aparentes. A causa operária e seus planos para a tomada do poder já se mostravam insuficientes para solucionar os problemas da sociedade brasileira da época, cujas raízes se mostravam cada vez mais profundas à medida que o regime avançava.

2.4 “A difícil arte de ser guei”

O meio artístico ainda era o ambiente, talvez o único, onde as homossexualidades possuíam algum grau de aceitação. Artistas homossexuais faziam de suas criações um reflexo de suas vivências e começavam a se destacar e a conquistar espaço, principalmente entre intelectuais as classes médias. Mas ainda era uma relação paradoxal, pois, ao passo que aumentava o número de expressões artísticas que discutiam de alguma forma as homossexualidades e apontava para o nascimento de uma cultura homossexual, abordar qualquer tema relacionado a sexualidade ainda era um tabu difícil de se quebrar, dessa forma, essa ainda era um tipo de arte marginal e restrito a guetos.

Para se chegar à luz de uma possível "normalidade", carecemos da conscientização do meio sobre o que seja a verdadeira homossexualidade e, principalmente, da auto-conscientização dos artistas criadores. (LAMPIÃO DA ESQUINA, nº 0, 1978, p. 3)

Por este caminho, importantes foram as contribuições de Darcy Penteadado. Foram gravuras, livros, peças de teatro que giravam em torno do erotismo homossexual. Aliás, o mesmo afirmava ser o criador da arte homoerótica brasileira.

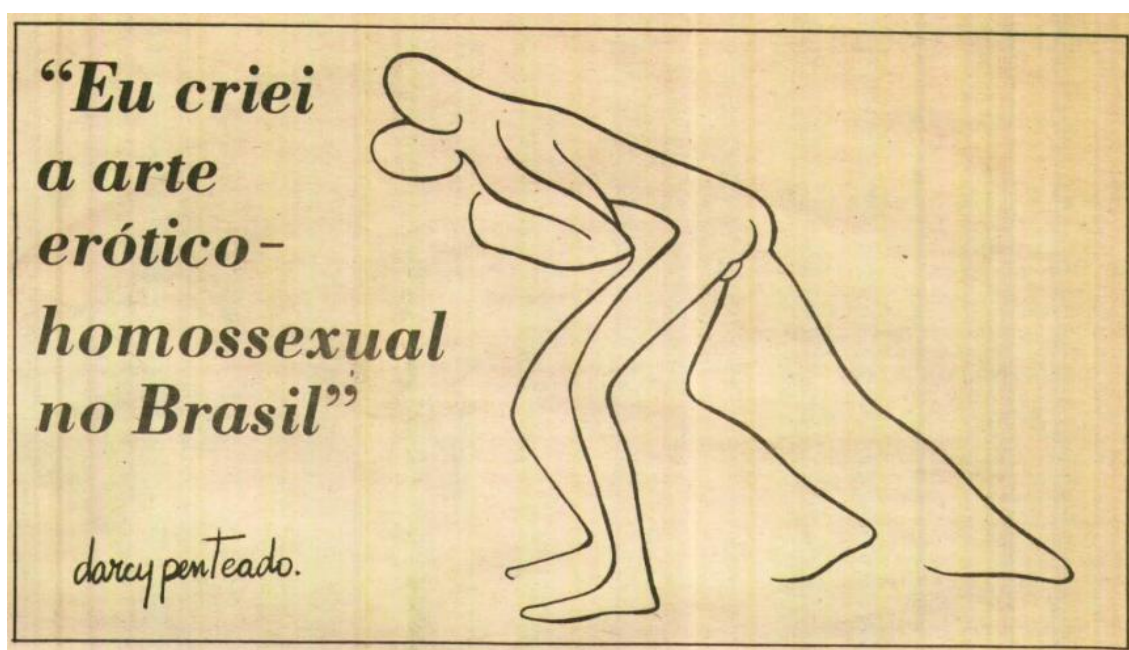


Figura 8 Gravura de Darcy Penteadado. LAMPIÃO DA ESQUINA nº 0, 1978.

Darcy Penteadado tinha razões para reivindicar este título. Num ensaio que escreveu em 1978, o artista afirma que, apesar de que em momentos esporádicos a nudez tenha sido retratada por brasileiros, nenhuma dessas obras possuía algum resquício de um erotismo homossexual, o que lhe permitia dizer:

E não tenho dúvidas: "inaugurei" o gênero no Brasil. Em agosto de 1949 (Instituto dos Arquitetos, S. Paulo), expus oito pequenos trabalhos da série que Reynaldo Bairão batizou de

"Adolescentes possuídos em Deus". (LAMPIÃO DA ESQUINA, nº 0, 1978, p. 3)

Por conta do escândalo causado pelo novo estilo de suas obras, Darcy Penteadado achou por bem não prosseguir neste caminho, só retornando a ele em 1973, "influenciado pelo pintor austríaco Gustav Klimt e pelas alegorias "art-nouveau" de Mucha" (LAMPIÃO, nº 0).

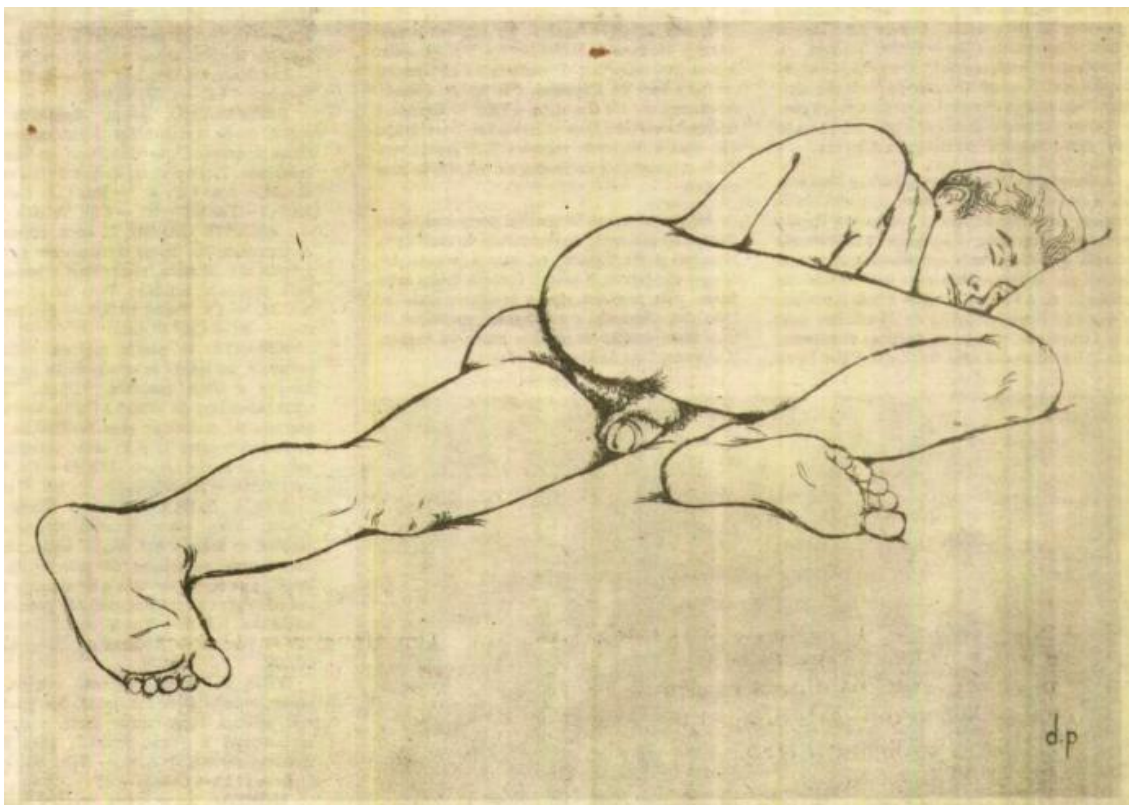


Figura 9 O Repouso, de Darcy Penteadado. Fonte: LAMPIÃO DA ESQUINA nº 28, 1980

Darcy Penteadado transformou sua obra numa ferramenta de discussão das homossexualidades, seja nos escritos, no teatro, nos desenhos ou em qualquer outra forma de expressão artística por ele assinada, por meio do erotismo. Segundo ele, sua intenção era desmistificar a imagem folclórica socialmente construída de uma pessoa homossexual, uma vez que sua obra

apenas alerta para a necessidade de identificação dos indivíduos consigo mesmos e com as suas verdades, não importando se assim agindo pisarão nos calos da mentalidade vigente. Logicamente não será um desses conceitos cômodos

que se engolem até mesmo a seco, na base do cuspe. É possível mesmo que algumas pessoas fiquem engasgadas, mas isto não me importa. Existe uma frase que tenho, dentro do possível, procurado adotar como um dos meus lemas de vida. Li-a talvez em algum lugar não sei onde e nem sei de quem é - talvez até seja minha e eu nem saiba: "A História se faz pela ação dos contestadores, não dos anuentes". (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 1, 1978, p. 11)

No ramo musical, a MPE (Música Popular Entendida) de Leci Brandão cumpria este papel. Segundo a cantora, o que ela fazia era cantar a sua verdade, retratava a sua realidade enquanto mulher, negra e homossexual.



Figura 10 Lampião da Esquina nº 6, 1978

A cantora dizia que "O sistema descobriu que guei lá dá lucro" (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 6, 1978, p. 11) e por esta razão era preciso ter cuidado com os aproveitadores. Contudo, essa visibilidade permitia que, através da arte, as experiências desses artistas fossem compartilhadas, contribuindo para a formação de uma cultura homossexual que servisse para

uma real liberação sexual e a superação das representações negativas que permeavam a sociedade sobre as homossexualidades.

À medida que Leci consolidava fama em sua carreira como cantora e compositora, também ficava conhecida por “ser um dos porta-vozes musicais daquilo que ela mesma chama de ‘povo guei brasileiro’” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 6, 1978, p. 10). Se observarmos, por exemplo, a letra de “Ombro Amigo”, do disco “Coisas do Meu Pessoal” de 1977, é possível ver a cantora descrever a tristeza das pessoas que, por amarem e desejarem de modos diferentes, sofrem com forma que a sociedade, em termos gerais, os tratam e como são obrigados a viverem seus amores escondidos.

Ombro amigo
(Leci Brandão)

Você vive se escondendo
Sempre respondendo
Com certo temor
Eu sei que as pessoas lhe agridem
E até mesmo proíbem
Sua forma de amor
E você tem que ir pra boate
* pra bater um papo
* ou desabafar
* e quando a saudade lhe bate
* surge um ombro amigo
* pra você chorar.
La, laia, laia
Laia, ralaiê iê
La, lalalala, laralalaia, laralalaia.
Num dia sem tal covardia
Você poderá com seu amor sair
Agora ainda não é hora
De você, amigo, poder assumir

Por isso tem que vir pra boate

* refrão...

La, laia, laia

Laia, ralaiê iê

La, lalalala, laralalaia, laralalaia.

Tanto Darcy Penteado como Lecy Brandão (e outros/as tantos/as artistas) transcenderam a ideia de arte etérea, expressando em suas produções as relações cotidianas, medos, amores e as opressões sofridas. Fazendo isso, transformaram essas manifestações culturais em mecanismos de luta, em estratégias de resistência.

Nesse sentido, Marilena Chauí (1989) destaca que dentro de situações como esta, a sociedade entra num processo caracterizado por uma relação ambígua, marcada por uma concordância com as arbitrariedades advindas daqueles que detém o poder e ao mesmo tempo de momentos em que se questionam tais arbitrariedades por meio de enfrentamentos e da contraviolência, que é a violência produzida em resposta à violência aplicada pelos dominantes. A esta aceitação, a autora chamou de conformismo, às estratégias desenvolvidas pela sociedade para enfrentar tais arbitrariedades, por sua vez, chamou de resistência. Contudo, esta relação de ambiguidade não pode ser vista como algo ruim ou causa de enfraquecimento da luta. Há conformismos na resistência e resistências no conformismo.

Resistir, para Chauí (1989) é o esforço operado pela sociedade em resposta aos arbítrios, controle e violência inerentes aos mecanismos de concentração e manutenção do poder. Resistir, então, seria lutar “para ser considerado um sujeito, isto é, alguém dotado de direitos” (CHAUÍ, 1989, p 121).

Contudo, como também leciona Chauí, a resistência não se resume à violência popular ou a luta armada. Outros tipos de esforços e estratégias utilizados por determinados grupos, como reflexos de opressões específicas, também podem ser classificados como “resistência, que tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos

populares, nos grafites espalhados pelos muros das cidades – quanto localizada em ações coletivas ou grupais” (CHAUÍ, 1989, p. 63). Assim, a autora demonstra que a resistência não se dá apenas através de ações deliberadas de resistência, mas também através de práticas dotadas de uma lógica que as transformam em atos de resistência.

O conceito de cultura é uma construção histórica, sendo assim, em diferentes épocas, esse termo teve diferentes significados. Tendo como base os escritos de E. P. Thompson (1998) e Raymond Williams (1992), é possível formar um entendimento sobre como a cultura é entendida na atualidade. Nesse sentido, importante são as contribuições de Raymond Williams, o qual contribuiu para os estudos culturais com a construção de uma teoria materialista da cultura, atribuindo a esta o sentido de processo que integra a vida dos sujeitos, enfatizando a interdependência das várias esferas da realidade social e a atuação delas como forças produtivas, ou seja, como elementos ativos na transformação social (LIMA, 2004). Edward P. Thompson, por sua vez, contribuiu inserindo no conceito de cultura a noção de experiência. O autor considerou a relação entre classe e cultura, na construção da consciência operária, por meio da subjetividade. Enxergava o processo de formação das classes não apenas como um fenômeno econômico, mas também cultural, ou seja, eram as experiências vividas pelos operários que davam sentido a classe e não o contrário e assim era determinado o teor histórico dessa classe.

Em apertada síntese, cultura atualmente é experiência e representação, que é móvel e comporta conflitos. Dessa forma, a cultura é o espaço construído pelas relações cotidianas e pela forma como este cotidiano é representado pelos indivíduos. Entender a cultura dessa forma, como uma construção humana, implica numa indissociabilidade do social e do cultural e de colocar a cultura como sustentáculo das relações sociais, não só coletivas, mas também a relação entre os diversos sujeitos e sociedade, como também sujeito e o outro, pois a cultura é um fator de construção de identidades. Ou seja, ao fazer cultura, estou afirmando quem sou. Implica, ainda, em afirmar que a cultura é heterogênea, plural, não consensual.

2.4.1 “O teatro é uma arte guei?”

A década de 1970 também foi o período da difusão do uso das terapias hormonais e dos processos de modificação corporal para a adequação de gênero. Muitas bonecas que antes apenas sonhavam com os distantes padrões de feminilidade das grandes divas agora os viam ao alcance das mãos. Era possível ter seios protuberantes e formas curvilíneas.

Por este caminho, os corpos dessas bonecas e travestis se configuraram em mais um enfrentamento das normas sobre performances de gênero e sexualidade e, por si só, uma grande forma de resistência. Como afrontar o sistema gera conflitos, esse também foi mais um fator de marginalização. Isso fica evidente, por exemplo, no livro “Shirley, a história de um travesti”, de Leopoldo Serran, cuja narrativa tenta ser a mais próxima possível da realidade de uma travesti que sobrevive da prostituição e dos esporádicos shows e concursos de beleza, devendo muito dinheiro para sua cafetina. Ao se apaixonar e começar a viver com José, este começa a sonhar com a possibilidade de construir sua vida “num lugar direito, um apartamento que tem plantas, num lugar direito, num desses apartamentos que existe nos bairros bonitos...”, mas logo é lembrado por Shirley que este é um sonho impossível, “eles não deixam”.

O lugar da travesti naquela época era muito bem delimitado. A maioria encontrou a sobrevivência na prostituição. Algumas chegaram a conquistar certa fama com shows de canto, dança, dublagem ou em peças de teatro. O chamado Teatro de Travestis estava na moda e diversos espetáculos desse tipo eram montados, dentre os quais, destaco aqui, as montagens do Vivencial Diversiones, grupo de teatro pernambucano que abalou as convenções sociais e sexuais por meio de uma arte marginal, subvertia as performances de gênero e ao mesmo tempo era carregada de críticas à ditadura vigente na época.

Por ironia do destino, o Vivencial Diversiones nasceu dentro da igreja católica. A Arquidiocese de Olinda e Recife tinha um trabalho pastoral com a juventude, na Associação dos Rapazes e Moças do Amparo (Arma), onde, através do teatro, os jovens eram provocados a refletir sobre suas realidades. Segundo TREVISAN, o trabalho era voltado para travestis e gays e mulheres que viviam do *Trottoir* na região. Em 1974, quando a associação completou dez anos, Guilherme Coelho, diretor do grupo e então postulante a monge beneditino, montou o espetáculo *Vivencial I*, estruturado em quadros baseado no improviso e em textos famosos de dramaturgos, filósofos e jornalistas, abordando temas como: homossexualidades, violência, droga, política, tecnologia e massificação.

Apesar do encantamento que o espetáculo causou, a polêmica levantada fez com que os monges rompessem com o grupo. Independentemente, o grupo se constituiu enquanto pessoa jurídica e assim nasce o Grupo de Teatro Vivencial Diversiones. O grupo passou a circular pelos teatros de Recife e atraiu a atenção dos intelectuais locais, o que deu visibilidade ao grupo.

Para driblar da censura, o grupo não cobrava ingresso pelos espetáculos, sempre lotados. O dinheiro vinha de doações da plateia e da venda do programa da peça, que trazia a mensagem do grupo:

Caros caras:

Não sou anormal. Somos. Logo, não somos. É diferente. Um anormal é anormal. Dois anormais são normais. Tanto mais se unidos. Muito poucos fazem muito. De minoria em minoria, a maioria enfia a viola no saco, e a violação no cu. (VIVENCIAL DIVERCIONES, 1979, apud BARBOSA, 2009, p. 227)

Filho do Desbunde, o grupo foi fortemente influenciado pela Tropicália. No palco, o que era apresentado pelo Vivencial era baseado na subjetividade de seus integrantes, os quais viam no teatro uma forma de externalizar seu gênero e sua sexualidade que destoavam do padrão hegemônico. A matéria prima para os figurinos e elementos cênicos vinha do lixo.

Esse recriar do lixo vai constituir-se também numa marca do grupo: sucatas, roupas doadas, restos de maquiagem..., e não apenas por uma questão de poucos recursos; havia também uma proposta de trabalhar esse material esteticamente, assumida por todo o grupo. (BARBOSA, 2009, p. 226)

Os textos, por sua vez, eram quase sempre fruto da junção de vários fragmentos por meio de trabalho coletivo. Nudez, drogas, prostituição, homossexualidades e política eram elementos recorrentes e se misturavam no que Trevisan chamou de “um verdadeiro discurso sexo-político” e ainda exemplificou: “Eu sou da Ó-posição, mas Ó-posição incômoda, porque a oposição neste país já faz parte da situação”. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 18, 1979)

Ninguém ganhava salário. O dinheiro era todo guardado para ser investido no grupo e na compra de uma sede. Os patrocínios conseguidos do então Serviço Nacional de Teatro (STN) para as peças *Sobrados e Mocambos* em 1976, *Viúva, porém Honesta* em 1977 e *Repúblicas Independentes, Darling* em 1978, ajudaram a tornar possível a compra de um terreno numa região de mangue na periferia de Olinda e lá ergueram o Café Teatro Vivencial *Diversiones*, aberto em 1979 e se tornou não só no lugar de trabalho, mas também a casa daquelas bichas.

O Café vivia lotado e, inclusive, com lista de espera. Infelizmente foi justamente o sucesso que levou ao fim do grupo, a fama trouxe consigo as brigas e logo no início dos anos 1980 o grupo se desfez. As “vivecas”, como eram chamadas, seguiram suas carreiras solos, mas sem abandonar o estilo.

O Vivencial *Diversiones* deixou sua marca na história do teatro pernambucano por mostrar novas formas de se fazer teatro, sobretudo a partir do lixo e assumindo isso como estética do grupo. Muito também fez pelo então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), quando transformou as homossexualidades em alavanca criativa de seus espetáculos.

CAPÍTULO III



Figura 11 Lampion da Esquina n.º 25, 198

3. “Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram a utopia”

A segunda metade da década de 1970 foi marcada pelo surgimento de novos movimentos de lutas por direitos. Começaram a ganhar contornos o movimento feminista e o movimento negro, ou, como eram chamados, os movimentos de libertação subjetiva. Embora as homossexualidades já terem conseguido transpor algumas barreiras e de começarem a aparecer alguns ativistas da causa, faltava ao grupo organicidade e a junção de todos esses esforços por um fio condutor. Se levarmos em consideração que o modelo de organização de movimentos ainda era o das esquerdas revolucionárias e que a maioria desses ativistas vinha de experiências frustradas e decepcionantes nessas esquerdas, é de se entender essa dificuldade em se estruturar um movimento pela liberação homossexual de forma organizada, tendo em vista que as associações com os movimentos de esquerda eram quase inevitáveis.

Cada vez mais se tornava evidente a construção de um caminho próprio e, pensando nisso, João Silvério Trevisan, logo após voltar do que chamou de autoexílio e de uma aproximação com o movimento gay dos Estados Unidos, tentou formar, em 1976 na cidade de São Paulo, um grupo de universitários para se discutir as homossexualidades. Não deu muito certo, tendo em vista a baixa adesão aos encontros, sem contar que as discussões não avançavam, pois, “os participantes, muito reticentes ante a experiência, estavam paralisados por sentimentos de culpa relacionados com suas convicções ideológicas” (TREVISAN, 2007, p. 337).

Em julho do mesmo ano, uma tentativa de reunião de homossexuais nos jardins do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, para começar a se pensar numa forma de estruturação das lutas, foi frustrada pela presença de oito camburões e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial em volta do museu, demonstrado que, apesar da distensão anunciada, o governo ainda via como forma de subversão qualquer tentativa de agrupamento e de organização de movimento.

3.1 “Saindo do gueto”

No segundo semestre de 1977, um fato traria novas expectativas e criaria uma nova atmosfera política. A vinda de Winston Leyland, editor da Gay Sunshine Press, editora da cidade norte-americana de São Francisco, que publicava o jornal *Gay Sunshine* e obras literárias com a temática homossexual, no Brasil a convite de João Antônio Mascarenhas, daria um novo fôlego às pretensões de formação de um movimento homossexual brasileiro, graças à grande repercussão positiva que o acontecido ganhou na mídia.

A intenção de Leyland no Brasil era coletar material para uma antologia de literatura gêi latino-americana, a ser publicada por sua editora, nos Estados Unidos. Para ajudá-lo nesse propósito, um grupo composto por alguns artistas, jornalistas e intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, todos homossexuais, se reuniram, nos idos de novembro de 1977, na casa do pintor Darcy Penteado. Mas dessa reunião brotaram frutos inesperados. Nesse dia, surgiu a ideia de se publicar um jornal de, por e para homossexuais, a exemplo do *Gay Sunshine*.

Depois deste pontapé, vieram uma série de reuniões para se moldar esse jornal: qual seria a linha editorial adotada? Que tipos de livros seriam publicados pela editora criada para publicar o jornal? Que temas teriam vez no periódico? E foi a partir dessas reuniões que onze pessoas firmaram o compromisso de se publicar um jornal, dentro da chamada imprensa alternativa, que desse ênfase aos assuntos que esta considerava “não prioritários”, ato considerado pela própria imprensa alternativa como “compromisso histórico” e que deu origem ao *Lampião*. São eles: os jornalistas Adão Costa, Agnaldo Silva, Antônio Chysóstomo, Clóvis Marques, Gaspariano Damata, Jean Claude Bernadet e João Antônio Mascarenhas, o artista plástico Darcy Penteado, o poeta Francisco Bittencourt, o escritor João Silvério Trevisan e o inglês, professor da UNICAMP, Peter Fry (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 0, 1978, p. 2).

O grupo decidiu se decidiu por um jornal que transcendesse a questão homossexual e que fosse capaz de dialogar com as demais minorias e com elas compartilhar as experiências das “gaiolas comuns”. Contudo, o jornal nunca conseguiu ser de fato um jornal de minorias, muito embora estas sempre tivessem vez dentro do jornal. Apesar dos planos iniciais serem muito maiores, mais para frente, o jornal se consolidaria como porta voz das homossexualidades, que reivindicaria espaços fora dos guetos para os amores homossexuais, até então restritos a becos escuros e motéis escondidos.

Finalmente foi publicado, ainda com circulação restrita, em abril de 1978 o número zero do Lampião. Somente as pessoas que estavam numa lista de contatos organizada pelo corpo editorial recebeu a publicação. Muitos se espantaram ao ver o correio entregar aquele discreto envelope pardo que escondiam um jornal tão peculiar, que de certa forma denunciava a condição homossexual de seu portador, causando pânico em alguns por terem sido “descobertos”.

O nome consistia numa metáfora: o jornal seria o lampião que mensalmente iluminaria determinados temas, até então imersos na escuridão da ignorância e de início não tinha ligação alguma com Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Contudo, os editores não perderam a oportunidade de brincar com a representação de “cabra macho” que permeava o imaginário das pessoas e, na logomarca do jornal, fizeram referências à figura de Virgulino.



Figura 12 Logotipo do Lampião encontrado no número 0.

Não abrindo mão de uma linguagem debochada encontrada nas ruas e nos guetos homossexuais, o número zero trouxe reportagens que versavam sobre a cultura homossexual, um detalhamento sobre o caso Celso Curi, denúncias de ações repressivas promovidas pelo estado, em poder dos militares (como o ocorrido no Cinema Íris, no Rio de Janeiro), ensaios, um

espaço para se divulgar as novas tendências no cinema, teatro e artes relativas ao mundo das homossexualidades, uma sessão de literatura onde se dizia priorizar a publicação poesias e contos sobre o tema sexualidade de autores jovens e desconhecidos ao invés de poetas consagrados, para assim prestigiar o trabalho de todos aquele que se dedicam com talento e empenho à poesia. Abria o número um texto intitulado “Saindo do gueto” onde se encontram as razões de uma imprensa homossexual e o porquê de existir o Lampião (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 0, 1978).

O número zero trazia ainda a coluna “Cartas na Mesa” onde se publicavam as cartas dos leitores. Sim, mesmo antes do jornal ser publicado, o corpo editorial já recebia cartas de pessoas que tomaram conhecimento do um jornal homossexual em diálogo com as minorias estava sendo concebido e trataram de escrever cartas ao seu novo porta-voz enviando-lhe sugestões, revelando curiosidades e compartilhando experiências. Chegaram cartas de todas as partes do Brasil, demonstrando quão grande já era o número de homossexuais espalhados pelos recônditos deste país e o quão ávidos por representação eles estavam.

Elaborado e impresso o jornal, o desafio agora consistia em fazer com que ele chegasse até as bancas, de que os jornaleiros aceitassem comercializá-lo. Agnaldo Silva, em entrevista concedida ao projeto “Resistir é preciso” conta que na madrugada que antecedeu o primeiro dia de venda do jornal, todo o corpo editorial foi até o galpão onde era feita a distribuição dos jornais e onde os jornaleiros renovavam seus estoques para convencer-lhes a também levar o Lampião e darem uma chance àquela novidade. A discussão foi acalorada e marcada pela resistência dos jornaleiros, inclusive os que já vendiam os jornais da imprensa alternativa, sob o argumento de que se tratava de pornografia, uma afronta à moral e os bons costumes, um escândalo. Ao final, acabaram levando o Lampião, ainda que um pouco contrariados. Missão cumprida. Vencidas as barreiras iniciais, a luta agora era para continuar publicando o jornal, se mantendo fiel à proposta inicial e a um certo padrão de qualidade nas publicações e assim atrair leitores assíduos.

Após a repercussão causada pela publicação da edição n.º 0, descobriu-se que o nome *Lampião* já havia sido registrado e sendo utilizado por outra publicação. Por esta razão, a edição seguinte, o número um, trouxe consigo uma novidade: o jornal passava a se chamar *Lampião da Esquina*, incorporando ao nome o icônico termo “esquina”, nome da editora formada para publicar o novo jornal e que recebeu esse nome por representar um lugar tão caro aos homossexuais da época, por vezes ponto de encontro, de cruzamento, que simbolizava a fronteira e o ponto de rompimento entre as tradições e costumes vigentes e o furor da cultura homossexual que brotava dos becos e vielas marginalizados e sombrios.



Figura 13 Logotipo do Lampião encontrado no número 1.

E assim, a metáfora se fazia completa. O *Lampião da Esquina* se tornara a luz que recaía sobre as minorias, mais especificamente os homossexuais, iluminando as esquinas dos guetos onde estas se encontravam, espantando o fantasma da obscuridade.

3.2 “Grupo SOMOS: uma experiência”

A repercussão da visita de Leyland também fez voltar com força os planos de organizar um movimento homossexual. Paralelas às discussões para a criação do *Lampião da Esquina*, nos primeiros meses de 1978, um grupo de entendidos começou a se reunir periodicamente para começar a pensar numa forma de fazer política que contemplasse as demandas advindas das homossexualidades.

Em sua edição número 12, o *Lampião da Esquina* traz um texto de título “Grupo Somos: uma experiência”, onde explica como foi o processo de formação do grupo. A quantidade de participantes sempre variava a cada reunião, mas, nessa fase inicial, nunca fora superior a 15 pessoas. O número variava porque ao passo que sempre chegava gente nova, outras pessoas não voltavam, por vezes nem para o segundo encontro. O motivo para a não adesão de muitos ao grupo era quase sempre a mesma: falta de organização. Segundo o texto, “Às vezes, antes de sumirem, eles pediam que a gente os avisasse quando o grupo estivesse ‘pronto’” (LAMPIÃO DA ESQUINA n.º 12, 1979, p. 2), demonstrando que os empecilhos, desta vez, não mais eram de ordem moral ou por conta de uma culpa subjetiva em razão da sexualidade, mas sim, por ausência de condições estruturais, formais e materiais.

Contudo, apesar de ainda se estar procurando um caminho, esta fase inicial foi importante para se trocar experiências e histórias de vida, o que fez o grupo perceber que não era homogêneo, apesar de serem todos homossexuais, cada um lidava com sua sexualidade de forma muito singular, ou, nas palavras do grupo, “Nós não éramos um padrão. Éramos inúmeros, inumeramente diferentes” (LAMPIÃO DA ESQUINA n.º 12, 1979, p. 2).

E esta heterogeneidade foi a matéria prima das primeiras discussões sobre qual era a política a ser feita pelo grupo, de forma que fosse possível trabalhar em cima das subjetividades e das diversas experiências do grupo, partindo de suas especificidades:

Discutíamos acirradamente, por exemplo, o que seria para nós fazer política. Queríamos, sem dúvida, propor uma maneira especificamente nossa de fazer política, rompendo possivelmente com as propostas autoritárias e Patriarcais da esquerda tradicional. Muitos achavam que tínhamos contribuições específicas a apresentar, enquanto homos. Era fundamental desfazer o muro entre política e vida pessoal: nossas trepadas (nosso prazer) eram atos políticos e nossa atuação política (no sentido de mudança social direta) devia estar cheia da ternura que tínhamos aprendido fora e debaixo dos lençóis. Pretendíamos, portanto, ser um grupo que

transasse muito o afeto, não significando com isso a inaceitação das diversidades: apenas queríamos que nosso "discutir" política já fosse uma "ação" de revisão dos métodos políticos geralmente machistas e autoritários, [...] em geral falávamos a partir de experiências pessoais. Como forma de contestar o autorrisso dos chamados "revolucionados", nossa práxispolítica queria misturar-se com o prazer e a ternura.

Tratava-se não apenas de objetivos, mas de formas de fazer política. TALVEZ AS DISCUSSÕES NÃO TENHAM SAÍDO DISSO: mas, naquela pequena fase atormentada, nós estávamos contestando o poder. (sic) (LAMPPIÃO DA ESQUINA n.º 12, 1978, p. 2)

Ficava claro para o grupo que apenas estipular uma agenda de lutas não era suficiente, já que muitos ali não concordavam com as práticas da então esquerda revolucionária. Era preciso mais, era preciso uma nova metodologia, um novo fazer político que, por sua vez, nascesse das homossexualidades, sob o prisma da cultura homossexual.

A escolha do nome também foi feita após muita discussão. No início, era carinhosamente chamado de Clube da bolachinha, numa alusão ao lanche servido nas reuniões, chá com bolacha. Depois, passaram a assinar como Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, mas, segundo Green (2007), incomodava alguns membros por soar muito militante. “Afinal, Pintou SOMOS, que é expressivo, afirmativo, palindrômico (procure no dicionário), rico em semiótica e sem contra-indicações” (LAMPPIÃO DA ESQUINA n.º 12, 1979, p. 3).

SOMOS também era uma homenagem à Frente de Libertação Homossexual da Argentina (FLHA) que, segundo o Lampião da Esquina (nº12, 1979, p. 3) “foi na América Latina o primeiro movimento organizado para lutar pelos direitos homossexuais” e fora dissolvido durante a ditadura argentina. SOMOS era o nome da revista publicada pela frente e dar este nome ao

movimento que se formava aqui no Brasil, para as pessoas envolvidas, significava a continuidade da luta iniciada pelos *Hermanos* argentinos.

Passado este primeiro ano de ajustes e incertezas, um acontecimento daria ao grupo visibilidade e a oportunidade de difundir suas ideias através de um debate mais amplo sobre as homossexualidades. Nos primeiros dias de fevereiro de 1979, foi organizada uma semana de debates no auditório da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) cujo tema era “O Caráter dos Movimentos de Emancipação” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1979, p. 10), ou seja, os chamados movimentos de minorias, quais sejam, mulheres, negros, indígenas e homossexuais. A exceção dos indígenas, representados no debate pelos antropólogos da USP, lideranças dos demais grupos foram convidadas para apresentarem seus movimentos, suas pautas e suas lutas. Para além disso, as ditas minorias deixaram explícita as suas insatisfações com a esquerda e modo como esta conduzia a tal revolução. Criticaram principalmente o argumento de que haveria uma luta maior, de que suas reivindicações não eram “simples discussões existenciais” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1979, p. 10) e que, por só existem em razão do contexto social que as provocam, lutar por elas não fragmentaria a revolução, como alegavam as esquerdas.

Dentro dessa semana, é de se destacar o debate ocorrido na noite do dia 8 de fevereiro de 1979, quando cerca de 300 pessoas foram ouvir o que os homossexuais tinham para falar. Para compor a mesa, foram convidados o Lampião da Esquina, representado por João Silvério Trevisan e Darcy Penteado, O Grupo Somos, representado por três de seus membros e o “poeta homossexual-proletário Roberto Piva” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1979, p. 9).

Segundo o Lampião da esquina, “não se tem lembrança de um debate tão livre e polêmico sobre um assunto que as autoridades policiais e grande parte da sociedade brasileira ainda consideram tabu” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1979, p. 9). Ao longo do debate, as tensões ficaram evidentes. À medida que os homossexuais apresentavam as suas inquietações, os grupos da esquerda ali presentes as rebatiam. Houve quem defendesse a ausência de

homossexuais no proletariado e quem acusasse os homossexuais de separatismo, chegando a afirmar que "Se não For para a gente caminhar juntos, então eu quero que os homossexuais vão à p.q.p" (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1979, p. 9). Em sua defesa, os homossexuais mostraram que, na verdade, o caráter separatista estava em justamente não reconhecer essas outras lutas que emergiam e de continuar na defesa de uma causa maior, sem falar na exposição do preconceito dentro da esquerda.

"Nós precisamos acabar com essa palhaçada. Enquanto a esquerda se divide, a direita se fortalece. O importante é a liberdade, que inclui o direito de cada um ir para a cama com quem quiser. E eu quero aqui trazer a denúncia de que as chamadas vanguardas (malditas sejam!) fazem o maior patrulhamento sexual na faculdade de Filosofia da USP". LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1979, p. 9)

No final, o saldo do debate foi bastante positivo. Apesar das divergências, os homossexuais conseguiram dar o seu recado. Sem contar que foi um eficiente modo de mostrar que os mesmos já estavam começando a se organizar e, além de trazer novos membros para o SOMOS, mostrou também que outras formas de luta, para além dos modelos da esquerda revolucionária, era possível.

3.3. "Qual é a tua, oh Lampião?"

Não demorou muito para o Lampião conquistar o seu espaço dentro da imprensa alternativa. Se observarmos os três anos em que o mesmo circulou (de abril de 1978 a junho de 1981), o número de páginas do periódico aumentou de 20 para 24, sua tiragem passou de 10 mil cópias para 25 mil na reta final, sem contar a rede de correspondentes que fora firmada, com pessoas de todas as partes do Brasil.

As ditas minorias sempre tiveram espaço dentro do tabloide, tanto na capa como sendo tema de reportagens especiais, a exemplo dos números 8, que trazia reportagens sobre a questão indígena, 11 e 12 que trazia temas como feminismo e amor entre mulheres, 15 e 18 sobre o movimento negro, inclusive trazendo entrevistas com Abdias Nascimento, grande nome na luta por direitos humanos e civis da população negra.

Apesar do compromisso inicial de ser um jornal de minorias, que traria a luz aos temas deixados de canto, no gueto, pelas esquerdas e pela a sociedade de um modo geral, os esforços não passaram disso. O Lampião da Esquina, em toda a sua trajetória, sempre foi um jornal homossexual e que em determinados momentos dialogou com as demais minorias. Basta verificar o corpo editorial do mesmo, sempre composto por bichas. Mulheres, negras, negros e indígenas em nenhum momento ajudaram a construir o jornal. Ao me debruçar sobre as matérias que versam sobre estes temas, facilmente constatei que as mesmas foram escritas por bichas.

A cada edição fica mais evidente que a principal intenção do jornal é falar sobre o que é ser homossexual, romper com os mitos que haviam em torno das homossexualidades e assim trabalhar por uma liberação sexual.

o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

[...] nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa refletir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 0, 1978, p. 2)

Para tanto, a principal ferramenta foi a disseminação de toda e qualquer informação que fizesse referência ao mundo das homossexualidades, desde

complexas teses acadêmicas aos mais detalhados guias de pegação. Contudo, o que é mais comum encontrar em suas páginas são denúncias de casos de violências contra homossexuais, dos mais variados tipos: verbais, negação de direitos e físicas. Poderiam estas serem denúncias como quaisquer outras de qualquer outro jornal, se não fosse o “jeito Lampiônico” de fazer essas denúncias: com muito deboche, ironia e acidez.

Vários exemplos são possíveis de citar, como uma das manchetes do nº 7 onde se dizia: “Latinoamérica: na terra dos hombres, paulada nas bonecas” num jogo de palavras com duplo sentido, ou na carta aberta escrita por Antonio Crisóstomo e publicada após o então presidente do Flamengo, Marcio Braga, ter proibido a Flagay de assistir aos jogos no estádio, lembrando-o que “no Dragão Negro, grupo-choque que o ajudou a eleger-se, havia também homossexuais!” (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 18, 1979, p. 9), ou ainda nas diversas vezes em que expôs a repressão dos militares e as constantes batidas em locais frequentados por homossexuais, seja através de matérias ou até mesmo de charges como esta:



Figura 14 Charge -Lampião da Esquina nº 22, 1980

Dessa forma, aquelas notícias transcendiam a função de denúncia, transformavam-se também em ações de resistência, pois, além de informar sobre as violações sofridas por homossexuais, apresentavam o ponto de vista das vítimas, segundo suas representações, de forma crítica e assim contribuía para uma conscientização política sobre a situação, bem como reivindicando o fim dessas violências.

Somadas a essas denúncias feitas à moda dos homossexuais, também verifiquei no periódico a narração de outros esforços de resistência, alguns de proporções maiores, outros que quase passaram despercebidos; uns de caráter coletivo, outros individual; uns que defendiam uma agenda política e mudanças estruturais, outros que se constituíam em estratégias cotidianas de sobrevivência.

Na edição n.º 1, de maio de 1978, a reportagem central trazia um retrato da noite em três pontos, conhecidos por ser "onde se amontoa uma população diferente, de homossexuais de todos os tipos" (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 1, 1978, p. 4), o chamado "triângulo da badalação": a Galeria Alaska e a Cinelândia, no Rio de Janeiro, e a Avenida São João, em São Paulo. No texto, encontra-se uma análise sobre os locais, desde as alternativas de divertimento, o movimento constante, até entrevistas com as pessoas que ali frequentavam. Uma dessas entrevistas foi com a travesti Paulete. Ao ser questionada porque tinha inúmeras cicatrizes nos braços, esta respondeu:

Ocê não tá com nada, heim cara? Não sabe porque a gente se corta? É o único leito de não ir presa quando a polícia baixa na Lapa e na Cinelândia [...] Não dá outra. Os homens tem de levar a gente pro hospital, senão morre de sangrar. E no hospital a gente não apanha; até tratam bem. (sic) (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 1, 1978, p. 5)

A navalha que carregavam na bolsa, como instrumento de proteção dos perigos da noite ganhara uma nova função. Cortar os braços foi a forma encontrada pelas travestis que eram pegas em flagrante no trotoá¹³ de

¹³ Termo que fazia referência à prostituição de rua, deriva da palavra trottoir, calçada em francês.

evitarem a prisão por vadiagem, aproveitando-se do pavor causado pela crescente epidemia de AIDS.

Crescia no censo comum a ideia de que homossexuais eram o principal vetor de transmissão de doenças venéreas, contudo, como bem apontou a edição n.º 34, sem estatísticas e estudos que comprovassem essa tese. Uma resposta a isso foi a ação promovida pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), durante todo o mês de fevereiro de 1981. A chamada de “Operação Pelourinho” consistia numa campanha de assistência médico-social para homossexuais que viviam no Pelourinho.

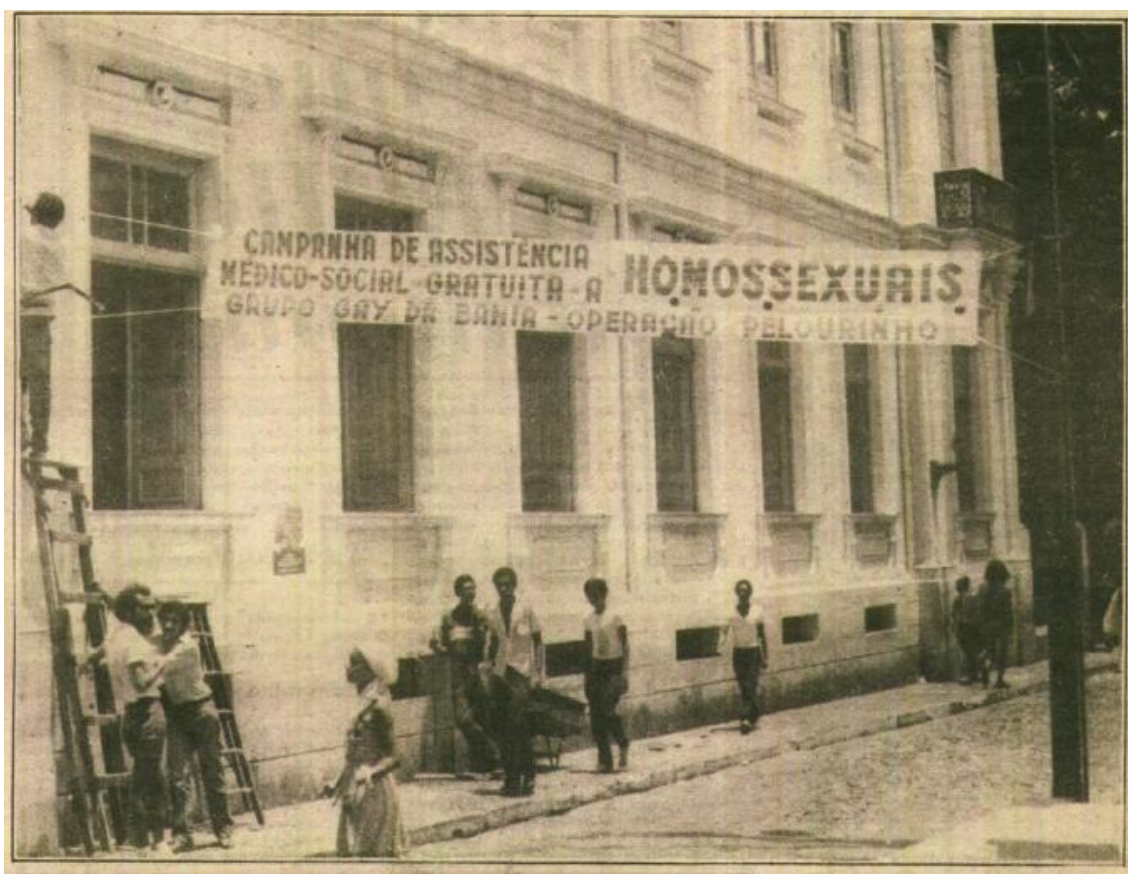


Figura 15 Lâmpião da Esquina nº 34, 1981

Apesar da resistência inicial, a operação foi bem recebida pelas pessoas do Pelourinho e, com a modesta ajuda do posto de saúde local, os médicos do GGB conseguiram atender cerca de 50 pessoas, em sua maioria travestis que viviam do trotoá. Mesmo com alguns casos de complicações pelo uso de drogas e da auto-hormonização, o principal problema encontrado foram os

profundos cortes nos braços daquelas pessoas homossexuais, feitos para fugir da truculência policial. Muitos sequer deixavam que os ferimentos fossem tratados pois aquela era a garantia de que não iriam para prisão arbitrariamente.

A Operação Pelourinho foi acompanhada de um grande esforço de divulgação nos jornais e com faixas espalhadas pela cidade. A aceitação foi tão positiva que, pela primeira vez na Bahia, a grande mídia não tratou homossexuais como ameaça.

Viram só? A Operação Pelourinho resultou numa mudança total de tratamento do jornal em relação aos homossexuais marginalizados, geralmente apresentados em suas páginas como delinquentes. Resultou, também, numa sutil mudança na cabeça dessas bichas menos privilegiadas, que costumam ver os homossexuais de classe média como seus inimigos (basta ver a resistência ao pessoal do GGB no primeiro dia, e o modo como das aderiram à campanha depois). E resultou, finalmente, tenho certeza, em algum tipo de mudança na cabeça do próprio pessoal do grupo [...]. Ou seja: foi feito, finalmente, alguma coisa de concreto em favor dos homossexuais. E isso, meus caros, é que é ativismo. (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 34, 1981, p. 3)

Outras formas mais sutis de resistência também são passíveis de serem apontadas, pequenos gestos que contribuíram de forma significativa para o estabelecimento de uma cultura homossexual e para ir de encontro ao sistema vigente que legitimava a marginalização do povo entendido. Desde um pequeno texto na edição nº 3 intitulado “As palavras, por que temê-las?” onde Agnaldo Silva nos mostra a importância da utilização de “palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc., às quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de espírito humilhante” (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 3, 1978, p. 5), numa tentativa de priorizar o que se falava nos guetos e de ressignificar o sentido dessas palavras, deixando explícita suas intenções ao afirmar que “o que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las” (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 3, 1978, p. 5); até a divulgação

da chamada “poesia pornô” na edição nº 35, a qual servia de instrumento de defesa e luta pela libertação sexual.

Aliás, esse tipo de expressão artística sempre teve espaço nas páginas do Lampião da Esquina. Seja na coluna “Literatura” onde se via textos e gravuras de artistas, conhecidos ou não, que falavam sobre as homossexualidades acompanhadas de críticas sobre as opressões as quais o grupo era exposto, seja na coluna “Tendências” que trazia no seu bojo resenhas sobre peças de teatro, exposições de quadros e fotografias, discos e afins, numa forma de prestigiar e enaltecer o trabalho desses artistas.

O tabloide também trazia a propaganda de uma lista de livros, chamada de “Biblioteca Universal Guei”. Todos escritos por autores parceiros e o próprio conselho editorial se encarregava das vendas.

Biblioteca Universal Guei

Estes livros falam de você: suas paixões e problemas, suas alegrias e tormentos. Leia-os

<p>COBRA Severo Sarduy 142 páginas, Cr\$ 160,00</p> <p>A história de Cobra, um travesti do cabaré Carrossel, contada pelo escritor cubano Severo Sarduy, do seu exílio em Paris. Prêmio Médicis (melhor romance estrangeiro publicado na França) em 1972. Tradução de Gerardo de Mello Mourão.</p>	<p>Maria Rita Kehl, Guido Mantega, Flávio Aguiar e muitos outros discutem as relações entre sexo e poder. Dois debates: um sobre homossexualidade e repressão, com o pessoal do grupo Somos, de São Paulo.</p>	<p>PRIMEIRA CARTA AOS ANDRÓGINOS Aguinaldo Silva 134 páginas, Cr\$ 120,00 “A única maneira de obter a igualdade e o progresso nos relacionamentos humanos e amorosos consiste na expressão franca da natureza bissexual de todo homem e mulher”.</p>	<p>OS SOLTEIROS Gaspardo Damata 212 páginas, Cr\$ 140,00 Um livro que se dispõe a esmiuçar o mundo dos homossexuais e tudo o que os tolhe: a incompreensão que os cerca, o medo. Escrito sem metáforas, ele vai buscar a linguagem dos seus personagens lá onde autor os encontrou.</p>
<p>TESSA, A GATA Cassandra Rios 122 páginas, Cr\$ 140,00</p> <p>Uma história de crime, mistério, suspense e amor, mas o amor segundo a versão Cassandra Rios. Um romance de suspense, que alterna passagens líricas com um realismo cru, e que prende o leitor da primeira à última página.</p>	<p>TEOREMAMBO Darcy Penteado 108 páginas, Cr\$ 120,00 Um Papai Noel muito louco, uma bichinha sorveteira, uma fada madrinha delgada, a história do bofe a prazo fixo: muito humor e <i>non sense</i> no novo livro do autor de <i>A Meta</i> e <i>Crescilda e Espartanos</i>. Ilustrações do autor.</p>	<p>MULHERES DA VIDA Vários autores 77 páginas, Cr\$ 100,00 Norma Bengell, Lela Miccolis, Isabel Câmara, Socorro Trindade e outras mulheres quantíssimas mostram neste livro a nova poesia das mulheres que não se conformam com a opressão machista e tentam inventar sua própria linguagem. A poesia feita nos bares, calçadas, banhos, botes, prisões, manicônios e bordéis.</p>	<p>A TRAGÉDIA DA MINHA VIDA Oscar Wilde 194 páginas, Cr\$ 85,00 O famoso depoimento de Oscar Wilde sobre a sua vida na prisão, onde cumpriu dois anos de pena, condenado pela justiça inglesa pelo crime de HOMOSSEXUALISMO. Um livro em que Wilde acusa e se defende, envolto pela solidão das prisões e marcado pelo sofrimento.</p>
<p>MACÁRIA Cassandra Rios 200 páginas, Cr\$ 200,00</p> <p>Um novo caminho na obra de Cassandra Rios: misticismo, macumba e suspense, aliados aos ingredientes habituais: sua maneira muito especial de tratar o sexo, seu lirismo. A autora compõe, aqui, mais um retrato inesquecível de mulher.</p>	<p>A META Darcy Penteado 99 páginas, Cr\$ 120,00 “Darcy Penteado ilumina detalhes do gueto que a maioria gostaria que o homossexual fosse circunscrito” (Léo Gilson Ribeiro). O livro de estreia de um escritor que é também um ativista em favor dos grupos estigmatizados.</p>	<p>O CRIME ANTES DA FESTA Aguinaldo Silva 136 páginas, Cr\$ 100,00 Através da história de Ângela Diniz e seus amigos, que ele trata como se fosse ficção, o autor interpreta e esclarece todas as conotações de um instante dramático de nossa alta sociedade. Um libelo contra o machismo e a opressão.</p>	<p>SHIRLEY Leopoldo Serra 95 páginas, 110,00 A história de amor entre um travesti da noite paulista e um operário de Cubatão. Wadir/Shirley é um personagem que aceita enfrentar todas as humilhações para ser fiel ao seu desejo. Dois seres humanos, coisificados pela opressão, brigam pela vida.</p>
<p>TERAPIA OCUPACIONAL (MINHAS EXPERIÊNCIAS) Otacilia Josefa de Melo 99 páginas, Cr\$ 100,00</p> <p>Vivências de uma mulher que desde os 13 anos de idade dedicou-se às crianças excepcionais e doentes mentais, descobrindo, através de sua profissão um mundo maravilhoso de sensibilidade e criação.</p>	<p>CRESCILDA E ESPARTANOS Darcy Penteado 189 páginas como este, que fala tudo aberta e desafiadamente, possui a dignidade bem mais culturalmente verdadeira de resistir aos bárbaros preconceitos” (Paulo Hecker Filho). Duas novelas e cinco contos, do total <i>non sense</i> ao realismo poético.</p>	<p>TESTAMENTO DE IÔNATAS DEIXADADO A DAVI João Silveiro Trevisan 139 páginas, Cr\$ 120,00 Uma viagem do autor em busca de si mesmo. Anos de estrada, de solidão e fome sumidos num livro escrito com suor e sangue: nestes contos, a história de uma geração cujos sonhos foram queimados lentamente em praça pública.</p>	<p>EXTRA/LAMPIÃO Entrevistas 24 páginas, Cr\$ 40,00 As mais explosivas entrevistas sobre política sexual já feitas no Brasil: Fernando Gabeira, Ney Matogrosso, Leci Brandão e Clodovil falam de sexo e política; Abdias Nascimento fala de racismo, discriminação e ativismo negro; Anselmo Vasconcelos conta como criou a “Elônia” do filme “República dos Assassinos”; Antônio Calmon explica o seu cinema sado masoquista-entendido, e Darlene Glória, fala de Deus e do diabo.</p>
<p>SEXO E PODER Vários autores 218 páginas, Cr\$ 150,00 Jean-Claude Bernardet, Aguinaldo Silva,</p>	<p>NO PAÍS DAS SOMBRAS Aguinaldo Silva 97 páginas, Cr\$ 120,00 Dois soldados portugueses vivem um grande amor em pleno Brasil colonial; envolvidos numa conspiração forjada, acabam na forca. A história, recontada a partir de 1968, faz um levantamento de quatro séculos de repressão.</p>	<p>QUEDA DE BRAÇO Vários autores 302 páginas, Cr\$ 150,00 Uma antologia do conto marginal, reunindo os autores que os editores têm medo de publicar: Gente finíssima, Benício Medeiros, Fernando Tatagiba, Glaucio Mattoso, Júlio César Monteiro Martin, Nilto Maciel, Luiz Fernando Emediato, Paulo Augusto e Reinoldo Atem, entre outros.</p>	<p>EXTRA/LAMPIÃO nº 1. Se você pedir mais de três livros receberá como brinde, instantaneamente grátis, um exemplar de EXTRA/LAMPIÃO nº 1.</p>

Figura 16 Lampião da Esquina nº 21, 1980

Dessa forma, além de facilitar a circulação dessas obras, quem tivesse acesso ao jornal saberia que coisas a respeito das homossexualidades estavam sendo produzidas e um maior entendimento sobre a questão seria facilitado.

Esses artistas utilizaram sua arte uma forma de questionar os valores construídos pela ordem simbólica que pareciam evidente, inquestionáveis e indiscutíveis, corroborando com Bordeau (1983, p. 11), o qual leciona que “a politização, a mobilização política das classes dominadas deve ser conquistada, quase sempre, contra o doméstico, o privado, o psicológico, etc.”.

Lampião da Esquina também exerceu outra função importante: a de dar visibilidade aos grupos organizados de homossexuais que se formavam e de fomentar a criação de novos grupos, por mostrar que eles não estariam sozinhos.

☆☆☆☆☆ **Escolha Seu Grupo** ☆☆☆☆☆

<p>LAMPIÃO — Rua Joaquim Silva, 11, s/707, Lapa, Rio. Caixa Postal 41.031, CEP: 20.400, Rio de Janeiro, RJ.</p> <p>“Bando de Cá”/Niterói — Rua Gavião Peixoto, 100, sobrado, Icarai, Niterói, RJ — CEP: 24.000.</p> <p>“GOLS”/ABC — Grupo Opção à Liberdade Sexual — Caixa Postal, 426, Santo André, SP — CEP: 09.000.</p> <p>GATHO — Grupo de Atuação Homossexual/PE — Centro Luiz Freire, Rua 27 de Janeiro, Carmo, Olinda, PE — CEP: 53.000.</p> <p>NÓS TAMBÉM/PB — Rua Orris Soares, 51, Castelo Branco, João Pessoa, PB — CEP: 58.000.</p> <p>AUÊ/Recife — Rua Francisco Soares Canha, Quadra 2, Bloco 5, aptº 301, 2º andar, Curado III, Jaboatão, PE — CEP: 54.000.</p> <p>GRUPO GAY DA BAHIA — Caixa Postal 2.552, Salvador, Bahia — CEP: 40.000.</p> <p>TERCEIRO ATO/BH — Caixa Postal, 1.720, Belo Horizonte, MG — CEP: 30.000.</p> <p>BEDO LIVRE/Brasília — Caixa Postal, 070.812, Brasília, DF — CEP: 70.000.</p>	<p>SOMOS/RJ — Caixa Postal, 3.356, Rio de Janeiro, RJ — CEP: 20.100.</p> <p>COLIGAY — Av. Paraná, 842, aptº 31, Navegantes, Porto Alegre, RS, CEP: 90.000.</p> <p>AUÊ/RJ — Caixa Postal, 25.029, Rio de Janeiro, RJ — CEP: 20.000.</p> <p>SOMOS/Sorocaba — Caixa Postal, 294, Sorocaba, SP — CEP: 18.100.</p> <p>LIBERTOS/Guarulhos — Caixa Postal, 132, Guarulhos, SP — CEP: 07.000.</p> <p style="text-align: center;">Grupo LESBICO.</p> <p>FEMINISTA/SP — Caixa Postal, 293, São Paulo, SP — CEP: 01.000.</p> <p>EROS/SP — Caixa Postal, 5.140, São Paulo, SP — CEP: 01.000.</p> <p>SOMOS/SP — Caixa Postal, 22.196, São Paulo, SP</p> <p>FRAÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA — Av. Afonso Bovero, 815, Vila Pompéia, São Paulo, SP — CEP: 05.019.</p> <p>GRUPO OUTRA COISA/SP — Caixa Postal, 8.906, São Paulo, SP — CEP: 01.000.</p>
--	---

Página 14

Figura 17 Lampião da Esquina, n.º 31, 1980

Já existiam diversos grupos espalhados pelo Brasil, com uma concentração maior na região Sudeste. Cada um com suas peculiaridades, tanto na composição como nas teses defendidas, realizavam as suas atividades, mas ainda de forma muito dispersa, sem muito contato com os demais grupos. Pensando nisso, o corpo editorial do jornal e os integrantes do SOMOS/RJ começaram a pensar na realização de um evento no qual representantes desses diversos grupos pudessem se encontrar, trocar experiências e, quem sabe, pensar nos rumos de um movimento nacional. Nascia aí a ideia do I Encontro Nacional do Povo Gay.

ficáramos combinado assim: LAMPIÃO se encarregaria das passagens e os grupos Somos e Auê, do Rio, hospedariam os visitantes. A partir daí, nada de organização apriorística: tudo o que acontecesse seria na base do espontâneo e da improvisação. (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 20, 1980, p. 9)

O encontro aconteceu em um domingo, dia 16 de dezembro de 1979, na sala Hélio Beltrão, sétimo andar do edifício sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Para aquele grupo, era de extrema importância que o I Encontro Nacional do Povo Gay acontecesse ainda na década de 1970, “como uma homenagem aos anos que marcaram o início da luta das minorias oprimidas e, especificamente, da política do corpo” (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 20, 1980, p. 7).

Foram convidados dois representantes de cada grupo, que teriam poder de voto. Nove grupos marcaram presença no evento, foram eles: Auê/Rio de Janeiro, Beijo Livre/Brasília, Eros/São Paulo, Libertos/Guarulhos, Somos/Rio de Janeiro, Grupo Lésbico-Feminista/São Paulo, Somos/São Paulo, Grupo de Atuação e Afirmação Gay - GAAG/Duque de Caxias e Somos/Sorocaba. Como era permitido a participação de outras pessoas, desde que homossexuais, registrou-se a presença de cerca de 60 pessoas.

Durante as quase sete horas de encontro, os grupos puderam se conhecer, trocar experiências, falar de suas conquistas, de suas dificuldades e, porque não, paquerar. Muito embora estivessem em menor número, uma

mulher foi escolhida para comandar os trabalhos, a Teka do Grupo Lésbico-Feminista/São Paulo. Logo nos primeiros momentos, o pessoal do Libertos/Guarulhos sugeriu a realização de um segundo evento, dessa vez nos moldes de um congresso a nível estadual. A foi aprovada sem resistência, apenas sendo ampliada para um congresso nacional. A partir de então, as discussões se concentraram em como, quando, onde e o que seria esse congresso.

Decidiu-se que o congresso ocorreria nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, durante os feriados da semana santa, na cidade de São Paulo, escolhida por questões de logística, já que a maioria dos grupos se concentravam naquela região. Por conta do enorme número de sugestões de temas para serem tratados no congresso, formou-se uma comissão organizadora para cuidar da questão e, se preciso fosse, esta se reuniria em fevereiro de 1980.

Eis que foi necessário mais uma reunião para se pensar o evento de abril de 1980 e esta aconteceu no dia 3 de fevereiro, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Com exceção dos grupos Beijo Livre/Brasília e GAAG/Duque de Caxias, os demais grupos presentes no encontro anterior marcaram presença por meio das 79 pessoas que ali estão.

Foram tomadas as seguintes deliberações:

- A maioria dos representantes votou pela mudança do nome, substituindo a palavra "Congresso" por "ENCONTRO".
 - Será realizado no período de 4 a 6 de abril, em plena Semana Santa.
 - Será constituído de duas partes: a fechada e a aberta.
- (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 22, 1980, p. 3)

A parte fechada tomaria a maior parte do encontro: a manhã e a tarde dos dias 4 e 5 (sexta-feira e sábado) e a manhã do dia 6 (domingo). Dela só poderiam participar os integrantes dos grupos organizados ou em formação, pessoas que pretendiam criar grupos e homossexuais previamente credenciados pelos grupos participantes. Seria um espaço para discussões gerais e específicas sobre as homossexualidades, além de deliberações sobre a construção de um movimento nacional.

Para a parte aberta coube a tarde do domingo. Seria uma sessão aberta para a sociedade em geral, priorizando a imprensa e as demais minorias ou todas as pessoas que “não são considerados partes da luta maior, mas são tratados como lixo pelos manuais sociológicos: presidiários, loucos, menores, prostitutas, velhos e defensores da ecologia” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 22, 1980, p. 3).

Chegado o grande dia. No jornal não há homogeneidade na nomeação do evento: ora é chamado de I Encontro Brasileiro de Homossexuais (I EBHO), ora é chamado de I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (I EGHO), ora se diz que o I EGHO ocorreria dentro do I EBHO. Por ser mais abrangente, usarei a sigla I EBHO para me referir a este evento.

Após a negativa de diversos locais, o I EBHO aconteceu nas dependências do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, na Faculdade de Medicina da USP e, para a sessão aberta, fora reservado o Teatro Ruth Escobar. Presentes estavam os grupos Auê/Rio de Janeiro, Beijo Livre/Brasília, Eros/São Paulo, Libertos/Guarulhos, Somos/Rio de Janeiro, Grupo Lésbico-Feminista/São Paulo, Somos/São Paulo e Somos/Sorocaba. Havia também representantes das cidades de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia e Curitiba. Um público estimado entre 200 e 250 pessoas.

Todo o evento foi marcado por forte emoção e curiosidade, devido o ineditismo da situação, mas também foi o espaço de fortes discussões e embate de ideias. Nos dois primeiros dias os participantes se dividiram nos grupos de discussão temática que versavam, por exemplo, sobre prostituição, travestis e a repressão da qual são vítimas, homossexuais presidiários, velhice, solidão e competição. Contudo, os assuntos que mais renderam frutos foram a “questão lésbica, machismo entre homossexuais e papéis sexuais” e “homossexuais e política”. Durante a cobertura, o jornal destacou a atuação das lésbicas, enquanto grupo organizado e preparado para os debates, bem como a presença de pessoas filiadas a partidos políticos como PT, PC, PC do B e a Convergência Socialista. Talvez este seja o motivo do sucesso desses dois temas, em relação aos demais (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 24, 1980, p. 3).

Na plenária final, ocorrida na manhã do domingo, as recomendações saídas dos grupos de discussão foram votadas. Passaram os seguintes consensos: era preciso aumentar a proximidade entre os grupos, fomentando o apoio e a troca de experiências; pensar em estratégias para aumentar a construção de teses científicas e jurídicas para se ter mais material sobre as homossexualidades e assim lutar pela inclusão na constituição federal do direito à livre “opção sexual”, assim como a retirada do “homossexualismo” do Código Internacional de Doenças enquanto desvio mental; apuração de todos os fatos repressivos a homossexuais; e, acima de tudo, a defesa de um movimento de natureza autônoma e aberto a qualquer pessoa homossexual.

Durante a sessão aberta haviam cerca de mil pessoas no Teatro Ruth Escobar, apesar do mesmo ter capacidade para 600 pessoas. À mesa estavam representantes dos grupos que participaram do I EBHO, além da Dra. Alice Soares, representante do departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP e advogada conhecida por defender travestis dos abusos policiais, representantes do Centro da Mulher Brasileira e do Movimento Negro Unificado e uma Travesti que se identificou como Maria Padilha. Registre-se que ela fora a única travesti a passar pelo evento, a mesma falou que nenhuma outra travesti quis ir ao I EBHO e que por isso estava ali.

Um final apoteótico para o evento. Homossexuais e outros movimentos juntos expondo as violências sofridas e tentando minimamente se organizarem para lutar contra ela. Apesar do sucesso que foi o evento, ficou a recomendação de que o mais importante era o que seria feito depois dele, que a luta precisava continuar diariamente, que o I EBHO apenas representava um ponto de partida.

A defesa de uma anistia verdadeiramente ampla, geral e irrestrita que de fato alcançasse todos e todas aqueles que de alguma forma sofreram com o governo autoritário sempre esteve presente nas páginas do Lampião da Esquina, fosse nas suas matérias, fosse na fala de seus entrevistados. Como já dito, a repressão a Homossexuais não nasce com a ruptura democrática. Esta é uma das razões pela qual a Anistia Internacional não combatia a situação, muito

embora esta já tivesse publicado uma resolução em 1977 de seu Conselho Internacional, solicitando ao seu Conselho Executivo que estude formas de ajudar pessoas que tenham sido presas em razão da sua sexualidade. Contudo, o assunto sempre foi tratado com muita cautela pela organização, já que esta temia agir sem o necessário respaldo afrontando os diversos costumes e valores relativos ao exercício da sexualidade. Sendo assim, a Anistia Internacional analisava não se devia, mas se podia intervir nesses casos.

Entre os dias 28 e 30 de junho de 1979 ocorreu no parlamento italiano uma conferência internacional para discutir essa anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil. Foram convidados vários delegados brasileiros e três entidades receberam convites para enviar representantes: a Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o jornal Lâmpião da Esquina. Embora todas as despesas fossem cobertas pelos organizadores, o jornal não conseguiu enviar o seu representante, mas fez questão de enviar um documento à conferência relatando a situação de homossexuais no Brasil e as constantes prisões arbitrárias por vadiagem e pedindo que a anistia também chegasse a estas pessoas.

Lâmpião da Esquina desempenhou diversos papéis. Desde um veículo de comunicação voltado para homossexuais, a importante ferramenta de denúncia, união e representação das homossexualidades, fortalecendo a cultura e consolidando o movimento homossexual brasileiro.

3.4 “Carnaval das bichas é o maior do mundo”

O carnaval é uma importante festa do calendário cristão, além de grande expressão da cultura popular baseada no riso, no deboche e na paródia. Nas palavras de Bakhtin é neste momento que se percebe uma diferença notável, uma diferença de princípio em relação aos ritos e costumes vigentes.

“Pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* [...] nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas” (BAKHTIN, 1987, p. 5).

O carnaval possui caráter universal e é regido pela liberdade. Nessa “segunda vida” se tem a licença para satirizar as relações cotidianas, atribuindo a estas outras representações que transcendem normas e imposições sociais, se tem a permissão de se encenar uma vida diferente e cômica em plena praça pública.

Durante o carnaval é a própria vida que representa e interpreta (sem cenário, sem palco, sem atores, sem espectadores, ou seja, sem os atributos específicos de todo espetáculo teatral) uma outra forma livre da sua realização, isto é, o seu próprio renascimento e renovação sobre melhores princípios. Aqui a forma efetiva da vida é ao mesmo tempo sua forma ideal ressuscitada. (BAKHTIN, 1987, p. 7)

Para bichas, bonecas e lésbicas, o carnaval representa a possibilidade de se viver, por meio dessa “segunda vida” a sua identidade sexual e de gênero de forma mais plena, transformando o riso inerente a este festejo popular numa fuga das opressões sofridas durante o resto do ano. As opções eram as mais diversas: blocos de rua, locais que serviam de ponto de encontro, concursos de fantasia, até os famosos bailes de carnaval.

Lampião da Esquina esteve atento a isso e diversas edições dedicou páginas para descrever o carnaval das bichas. Não apenas descrever, mas também divulgar e até mesmo se valer dele para fazer algumas reflexões carregadas de críticas sociais.

O carnaval de 1978 em Salvador ganhou uma resenha na edição nº 1, com foco para o que aconteceu na Praça Castro Alves. “Lá, gente que normalmente se congrega fora dos lugares do poder, que transa às escondidas dos olhares dos respeitáveis, que arca com a ridicularização da maioria, toma conta do centro do Carnaval” (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 1, 1978, p. 3).

Na Praça Castro Alves, fica a escadaria do Palácio dos Desportos, mas, durante o carnaval, esta se transformava na Escadaria da Fama, o lugar onde as bichas, bonecas e lésbicas desfilavam suas fantasias irreverentes e transavam os seus afetos. Naquele ano, em protesto à quantidade de lavagens que a Secretaria de Turismo da cidade estava promovendo para atrair turistas, as bichas organizaram um protesto: todas vestidas de baiana organizaram um cortejo pela praça e realizaram a lavagem da Escadaria da Fama, satirizando as ações da prefeitura. Transformava-se a praça em território livre para os amores e o riso.

Durante o carnaval todo, a Praça Castro Alves é um espetáculo orgânico que foge do previsível dos blocos e afoxês. E a grande contribuição é de gente que transa, que, com uma energia criativa e um senso de humor mordaz, aproveita a situação para se divertir às custas das caretes da vida cotidiana. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 1, 1978, p. 3)

Ao final do texto, intitulado “Mesmo no carnaval baiano, cada macaco no seu galho”, está a crítica que justifica o título. Se para os “ideólogos do carnaval”, como chama o jornal, este seria um período de “inversão da vida cotidiana” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 1, 1978, p. 3) e que esta inversão se manifesta por meio da subversão dos papéis de gênero, então aquelas pessoas ao assumirem tal inversão, estariam fazendo o que justamente queria o poder, que só durante o carnaval teriam a liberdade de ser, que durante o resto do ano, no dia-a-dia, o patrulhamento da sexualidade continuaria.

Em 1979, a cobertura do Lampião deu destaque ao que acontecia na cena *underground* do carnaval carioca. A intenção mostrar como o povo se divertia, já que, para seu conselho editorial, o carnaval se tornara uma festa comercial e cada vez menos popular e, por isso, “não acredita nessa história de que carnaval é liberação dos sentidos, etc., mas sim, que é apenas uma festa onde as mazelas do dia a dia são exacerbadas levadas às últimas conseqüências.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1979, p. 6)

Falou-se dos blocos de rua da Cinelândia, com foco no concurso de fantasia das bichas, das paqueras, encontros sexuais que aconteciam na turma do gargalo, como eram conhecidas as pessoas, predominantemente homossexuais, que se amontoavam no final da pista de desfile das escolas de samba, da Noite em Bagdá, segundo o periódico, o maior baile de travestis do Brasil que ocorria no Monte Líbano, um badalado clube carioca e da presença de homossexuais nos desfiles das escolas de samba, com uma crítica a Mangueira por não permitir homossexuais no seu desfile.

No ano seguinte, já na edição anterior ao carnaval, o nº 21 de fevereiro de 1980, já se encontrava um detalhado roteiro com todas as dicas de festas e locais para homossexuais aproveitarem o carnaval. A edição seguinte, as matérias sobre o carnaval se destacavam mais pelas críticas que faziam do que pela descrição da festa. Essencialmente se questionava porque se escondia o trabalho de homossexuais no carnaval carioca, vez que estes eram responsáveis, na maioria das vezes, pela concepção dos desfiles das escolas de samba, como carnavalescos e/ou estilistas, bem como as bichas e bonecas que levantavam os espectadores com suas fantasias exuberantes e luxuosas.

Agora, detestável mesmo, é a hipocrisia que faz todo o mundo ignorar que o carnaval carioca há muito tempo transformou-se numa festa de bichas. Dêem uma olhada nas escolas de samba, inocentes crianças, mas com olhos de ver: quem planeja o carnaval, chegando a interferir nos sambas-enredos? Os carnavalescos. E quais são os carnavalescos em sua maioria? E as alas que fazem mais sucesso, inclusive porque são as que mais saracoteiam, que as forma? Porque a televisão focaliza a bunda de Eloina tremelicando diante da bateria da Beija-Flor mas faz os telespectadores pensarem que se trata de uma mulher? Ninguém fala das dezenas de travestis que desfilam, um após outros, na Marquês de Sapucaí. E os destaques todos das escolas com suas fantasias faraônicas? (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 22, 1980, p. 4)

A cobertura do carnaval de 1981 de início parecia que se limitaria a apenas alguns registros fotográficos na edição nº 34, de março do mesmo ano.

Fotos das principais festas homossexuais estamparam 3 páginas do periódico, acompanhadas de breves legendas com tons de deboche e ironia. Contudo, na edição seguinte, ali estava um texto criticando a forma como o carnaval havia se transformado em um meio de se aproveitar das bichas através do consumo exagerado e da exacerbação dos preços das festas, muitas delas antes gratuitas, depois que estas se consagraram como festas de homossexuais.



Figura 18 Lampião da Esquina, nº 34, 1981

Apesar das diferentes abordagens sobre o carnaval em cada um dos anos em que o Lampião circulou, uma discussão sempre esteve presente, inclusive nas edições que não versavam sobre o carnaval. Questionava-se por que durante esta festa era permitido homens se vestirem de mulher e por que era algo tão difundido, sendo que no resto do ano homossexuais eram fortemente reprimidos por fazerem a mesma coisa. Para eles, o direito de ir e vir das pessoas que não se vestiam conforme os padrões de vestimenta para as performances de gênero estava prejudicado ou até mesmo não existia. A exemplo das constantes prisões e agressões a travestis.

Na edição de nº 10, tentou-se entender os motivos que levavam os ditos machões a se vestirem como mulheres. Enquanto se defendia a existência de

um “homossexualismo latente” para justificar o fato, mas, segundo o periódico, para além disso, o que se via era machismo.

No carnaval os homens se vestem de mulher como se vestem de macacos: e exageram nos gestos, frisando a imagem da mulher que os deixa mais tranqüilos – a mulher é para os machões um ser fraco, dependente, fútil e fricoteiro, e é assim que eles a representam no carnaval. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1980, p. 6)

A denúncia da limitação do direito de ir e vir em razão da roupa transcendia o período de carnaval. Na mesma edição nº 10 está a história de Verushka, uma travesti moradora do bairro carioca de Fátima, que de dia trabalhava como cabeleireira e de noite brilhava nos palcos da noite do Rio de Janeiro.

Após um novo síndico militar assumir em seu prédio, Verushka fora surpreendida com a notícia de que estaria proibida de utilizar o elevador social do prédio, o único elevador do local, se não estivesse com roupas estritamente masculinas. Ao perguntar para o novo síndico o que seriam roupas estritamente masculinas, este apenas respondeu: tudo o que você não está usando, eu quero moralizar isso daqui.

A reportagem ainda sustenta que Verushka se vestia de forma muito discreta, sempre com calça jeans e camiseta e que chamaria muito mais atenção uma pessoa com traços tão femininos como ela vestida de paletó e gravata.

Decidida a não suportar aquele abuso, Verushka procurou uma advogada para defender os seus direitos pela via judicial. Esta, via no caso em questão a possibilidade de se criar um precedente na jurisprudência em favor das travestis, já que este seria o primeiro caso do tipo.

Para Verushka, inclusive, o caso deixou de ser puramente pessoal, na medida em que ele tem consciência de que há muita gente que passa pela mesma situação, e trata de

mudar dos prédios em que moram, em vez de defender seus interesses: "O pessoal fica com medo de escândalo, com medo da reação dos vizinhos, com medo que a família saiba, e trata de dar o fora. O que eu quero que fique bem claro é o seguinte: se a atitude do síndico é ilegal, então a lei nos protege de atitudes como estas". (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.º 10, 1980, p. 3)

A atitude de Verushka, de início, pode ser vista como uma estratégia de sobrevivência, mas ao lutar pelo que era preciso para sobreviver, esta conseguiu muito mais. Resistiu à repressão de seu síndico e transformou o seu caso numa tentativa de garantir mais direitos para homossexuais que passavam pela mesma situação. O jornal não traz mais informações sobre o caso, nem em edições posteriores. Não sei dizer se Verushka foi vitoriosa na sua demanda, mas só o fato de ter procurado a justiça foi grandioso pois obrigou o sistema a se posicionar.

3.5 “O Ativismo e o abismo dos nossos desejos”

À medida que o movimento começava a ganhar corpo e que mais pessoas somavam esforços à luta, mais evidentes ficavam as diferenças. Estas, por sua vez, se manifestavam em diversos aspectos: seja pelo que lutar, na hora de se determinar pautas e prioridades, seja no modo de lutar, se através de um movimento autônomo ou em parceria com grupos e partidos políticos já existentes.

As primeiras tensões nesse sentido começaram a aparecer durante o I EBHO. Uma das resoluções do encontro foi pela autonomia do movimento, mas não se chegou a esta posição sem muito debate, que continuou, inclusive, após o I EBHO.

Quem defendia a autonomia geralmente eram pessoas que vinham de experiências frustradas na esquerda organizada e uma aproximação com

partidos políticos seriam uma forma destes manterem o controle sobre o movimento. Sendo assim, os processos de luta deveriam ser construídos organicamente a partir da perspectiva dos homossexuais, inclusive no que diz respeito à metodologia do movimento, já que muitos não estavam satisfeitos com os métodos daquela esquerda. Por outro lado, o principal argumento contra essa autonomia era de que não se podia excluir homossexuais da luta pelo simples fato de ser membro de um partido político, bem como se deveria aproveitar a estrutura que esses partidos já haviam construído, como forma de fortalecer o movimento.

Ainda no I EBHO foi aprovada por unanimidade uma moção de apoio aos operários do ABC Paulista, contudo, a participação de homossexuais no ato do 1º de maio não foi aprovada. Mesmo assim, a Facção Homossexual da Convergência Socialista, grupo apontado pelo Lampião da Esquina como um dos que mais criticava a tal autonomia do movimento, fazendo uso de cartazes e de faixas, participou da manifestação de 1º de maio em São Bernardo do Campo, em 1980.



Figura 19 Fonte: GREEN, 2000

A partir daí as tensões se intensificaram dentro do Somos/SP, o maior e mais organizado grupo de homossexuais da época, já que muitos de seus membros também eram da Convergência Socialista, culminando na saída de diversos membros e, por conseguinte, uma cisão no grupo. (LAMPIÃO DA ESQUINA, nº 25, 1980)

Paralelo a isso, lésbicas começavam a endossar o discurso de que não podiam mais ficar em grupos homossexuais, que precisavam se reunir em grupos específicos para discutir suas opressões: enquanto mulheres e enquanto lésbicas. Dessa forma, o movimento homossexual que havia se iniciado com uma pretensa unidade, começava a se fragmentar ante a pluralidade de indivíduos que o compunham, o que de início foi um grande problema para aquelas pessoas, sendo empecilho para a realização do II EBHO, em 1981.

O movimento não enfrentava apenas problemas de ordem interna, mas também de ordem externa. O principal inimigo sempre fora a noção de moral e bons costumes vigente e, em nome dela, vários ataques foram realizados a homossexuais, organizados ou não.

Assim como no caso Celso Curi, Lampião da Esquina também foi alvo de investigação por parte da polícia federal, por atentar contra a moral e os bons costumes. Em agosto de 1978 o jornal recebeu a primeira intimação e, por conta disso, dedicou-se quase toda a edição nº 9, de fevereiro de 1979 para discutir o que seria essa moral e bons costumes, por meio de opiniões de membros do conselho editorial do jornal, celebridades da época e membros da comunidade acadêmica. No decorrer das investigações, os integrantes do periódico diversas vezes foram chamados para prestar esclarecimentos, bem como presos para averiguação.

Ao final do inquérito, o Procurador da República decidiu pelo arquivamento do inquérito, entendendo que não havia atentado a moral e aos bons costumes, conforme trecho da decisão a seguir:

No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto, é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações. Com efeito, as matérias publicadas no referido jornal referem-se a teses homossexuais, poesias ligadas a temas homossexuais, notícias ligadas ao mundo da homossexualidade, porém, todas

elas escritas num vocabulário que não atenta à moral pública
(LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 18, 1979, p. 2)

Como por este caminho não se conseguiria fechar o jornal, traçou-se uma nova estratégia: valendo-se das leis comerciais e tributárias vigentes, o regime intimou novamente o Lampião da Esquina para que fossem apresentados todos os documentos referentes a contabilidade e a regularidade da empresa, no intuito de encontrar algo que servisse de pretexto para encerrar as atividades do periódico, contudo, nada fora encontrado.

Apesar da luta constante, o Lampião da Esquina encerrou suas atividades após três anos de circulação. Foram 38 edições regulares, sendo a última o número 37 de julho de 1981, mais três números extras. Além dos ataques externos, a então situação do movimento homossexual influenciou no fechamento do tabloide, gerando divergências editoriais que, segundo Trevisan (2007), foram a principal causa do fim do Lampião da Esquina.

Encerrava-se um ciclo nos movimentos de resistência de homossexuais brasileiros. As diferenças começaram a ficar mais evidentes e com o reaparecimento do espaço democrático alguns anos depois anunciava uma nova fase no movimento homossexual brasileiro que, após estes primeiros passos, caminhou para se tornar o movimento LGBT que conhecemos hoje.

“ESSA ZONA VAI ACABAR?” ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho me fez ver que o ato de narrar pode ser muito mais do que apenas contar história, criar e ou descrever personagens ou mesmo organizar fatos dentro de uma sequência lógica. Através de uma narrativa é possível conhecer uma sociedade, analisar o comportamento humano, bem como transmitir experiências, esta aqui entendida como tudo o que nos passa, nos acontece, nos toca, nas palavras de Bondía (2001). São os acontecimentos de nossas vidas cotidianas que de alguma forma nos marca e contribui para a construção de subjetividades.

Construir esta narrativa, reconfigurar aquelas histórias configuradas no jornal Lâmpião da Esquina trouxe à tona elementos que me levaram a algumas reflexões, as quais se revelaram maiores que a pergunta de pesquisa (como e ao que homossexuais resistiam durante a ditadura civil militar brasileira), contudo, diretamente ligadas a esta e sem as quais talvez eu não conseguisse responder à questão de partida.

De início, percebi que o conceito de homossexualidade é dotado de historicidade e o seu sentido construído historicamente. O que significou ser homossexual mudou no decorrer do tempo e, como prova, dentro do espaço temporal estudado, verifiquei isso. Desde o período de bichas em oposição bofes, onde se reproduzia os padrões heterossexuais de relacionamentos e só as bichas eram consideradas homossexuais e podiam assumir papéis passivos na relação sexual; passando pelos entendidos que reivindicavam outras formas de exercício da sexualidade, para além do modelo da bicha e não necessariamente ligado à reprodução de performances femininas de gênero, sem esquecer das travestis e das mudanças corporais com terapias hormonais e aplicação de silicone industrial, chegando a como as homossexualidades são entendidas hoje, ligadas ao desejo e a orientação sexual, não mais a questões de gênero e diz respeito a pessoas que desejam pessoas do mesmo gênero. Tem surgido uma explosão de novas formas de se entender a sexualidade e o

gênero, por isso acredito que num futuro não tão distante estaremos diante de uma outra forma de entender as homossexualidades.

Por mais óbvio que pareça, é importante destacar que fica claro na narrativa que a repressão a homossexuais não nasce com a ditadura civil militar, não é fruto da ruptura democrática. A violência contra pessoas que fugiam dos padrões de sexualidade e de gênero impostos é bem anterior ao regime militar e não é difícil identificar diversos momentos na história em que isso aconteceu. Contudo, a ascensão de um governo autoritário, em 1964, trouxe consigo a defesa de um conjunto de valores morais extremamente conservadores para os quais travestis, transexuais, gays, lésbicas e bissexuais representavam uma ameaça, razão pela qual as opressões sofridas por este grupo, embora preexistentes, se intensificaram durante esse período. Para as próximas pesquisas, fica a pergunta: após o fim do governo autoritário, de que forma os mecanismos, institucionais e sociais, criados para darem conta da transição democrática podem ajudar na superação desses legados de violência que são anteriores à ruptura democrática, mas que são intensificados por ela?

Seguindo com as reflexões, a partir do conceito defendido por Herrera Flores (2009) de direitos humanos enquanto processos de lutas, não lineares, não progressistas, marcados pelo contexto histórico, cultural, econômico, político e pela experiência, posso afirmar que a ditadura civil militar brasileira iniciada em 1964 e a edição do Ato Institucional nº 5 em 1969 representaram grandes empecilhos para o desenvolvimento da luta dos homossexuais brasileiros, obstáculos que não apenas estagnaram como eliminaram as tentativas de organização que começavam a surgir.

A Revolta ou Levante de Stonewall, no final da década de 1960, ficou marcada como o ponto de nascimento da luta pela diversidade sexual e de gênero, contudo, como vimos, muito antes alguns movimentos já começavam a tomar forma. No Brasil não foi diferente e a prova disso foram as redes de sociabilidades e as turmas de homossexuais que se formaram entre as décadas de 1950 e 1960. Contudo, enquanto em outros países esses grupos passavam para uma nova fase do movimento com, por exemplo, a realização das primeiras paradas do orgulho, como no caso de Stonewall, aqui os grupos

que já demonstravam que podiam também avançar, foram obrigados a dissolver esses esforços, já que o regime militar criminalizava reuniões de qualquer espécie. Na segunda metade da década de 1970, quando se voltou a apresentar condições mínimas para a organização de grupos de resistência, ainda que a repressão persistisse, estes homossexuais se depararam com circunstâncias totalmente diferentes e no grupo também haviam novas pessoas que traziam experiências diferentes. Dessa forma, não havia como pensar numa continuidade do ponto onde foram obrigados a parar. Novos tempos pediam novas estratégias, um novo movimento que nascia quase dez anos depois que nos outros países de referência, como os Estados Unidos.

Nessa lógica, é preciso frisar a importância da experiência e da representação na construção dos direitos humanos de minorias sexuais e de gênero, já que as relações cotidianas dessas pessoas se constroem de forma diferente, as opressões são de natureza diferente assim como as estratégias de sobrevivência e resistência também são diferentes. Tudo isso influencia na formação do ideal de dignidade humana a ser defendido no decorrer das lutas, dos direitos humanos, o que torna estes também um fruto da cultura.

À medida em que a narrativa se estruturava, ficava mais evidente que aquelas pessoas homossexuais não estavam enfrentando apenas um grupo, uma ideologia política, um partido ou coisa do tipo. O problema era estrutural e dizia respeito a um conjunto de valores, baseados numa moral cristã, sob os quais a sociedade ocidental fora fundada. Dessa forma, ainda que de lugares totalmente antagônicos e de maneiras totalmente diferentes, é possível identificar discursos que legitimam violências a homossexuais, pois, apesar das diferenças, todos são frutos da mesma sociedade que ainda via as homossexualidades como aberração.

Para os militares e seus apoiadores, homossexuais representavam a subversão do padrão conservador de comportamento por eles defendido, uma ameaça comunista que deveria ser combatida e eliminada. Para as esquerdas, a defesa das bichas, bonecas e sapatões significava a fragmentação de uma luta maior, a luta de classes e, por isso, era considerada uma luta menor ou de minoria. Sem contar o fato de se acreditar que a revolução aconteceria através

de homens másculos e viris, perfil que mulheres e homossexuais não se encaixavam.

As narrativas também evidenciam que não se tratava de uma pauta política diferente, mas também de um modo diferente de fazer política, uma nova metodologia, uma nova prática. Muitas das pessoas que no final da década de 1970 estavam nessa fase de desenvolvimento do movimento homossexual brasileiro já haviam passado por algum grupo da esquerda, onde não havia espaço para as homossexualidades. Já se conhecia como as esquerdas funcionavam e não se queria seguir pelo mesmo caminho. Por outro lado, alguns homossexuais transformavam o seu cotidiano em resistência, seja apenas pra sobreviver, cortando os braços para fugir da polícia ou insistindo em sair nas ruas se vestindo conforme seu gênero, mesmo que isso significasse exposição a diversos tipos de agressões, seja na organização de grupos, encontros e periódicos para homossexuais, seja através de expressões artísticas que partiam das homossexualidades para falar do mundo. Era uma resistência forjada das/nas vivências, experiências e representações daquelas pessoas. Era uma resistência cultural e política.

Por fim, tenho consciência de que esta pesquisa está longe de esgotar todas as formas de resistência de homossexuais durante a ditadura. Apesar do *Lampião da Esquina* ter sido um jornal de circulação nacional, com correspondentes de todas as partes do país, ele estava centrado nas experiências do sudeste, mais especificamente, o eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Sem contar que as atuais referências, pelo menos as mais populares e acessíveis, também partem do mesmo lugar. Deixo aqui mais um desafio para as pesquisas futuras, tentar entender essa resistência a partir de outros lugares do Brasil.

Pretendo avançar nos estudos sobre a temática e continuar tentando entender os passos desse movimento, hoje chamado de LGBT. Deixo aqui a minha primeira, pequena e modesta contribuição neste intento. Este trabalho não é um ponto final, mas o ponto de partida para muitas reflexões que ainda estão por vir. A gente se encontra no decorrer do caminho.

REFERÊNCIAS

Aguinaldo Silva relembra o Lampião da Esquina, em depoimento ao projeto “Resistir é preciso” do Instituto Vladimir Herzog. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=2z9uyCRF7ic>.

ALVES, Lindgren. Direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. As origens do totalitarismo parte III: Totalitarismo, o paroxismo do poder. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentários, 1979.

_____. Entre o Passado e o Futuro. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicogênese do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Lúcia Machado. A modernidade no teatro [ali e aqui] reflexos estilhaçados. Recife: Ed. Do Autor, 2009.

BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis: Vozes, 2005.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: Magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERKIN, Sarah Corona & KALTMEIER, Olaf. En dialogo: metodologias horizontales en ciencias sociales y culturales. Cidade do México: Gedisa, 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. João Wanderley Geraldi. In: Revista Brasileira de Educação, nº 19, 2002.

BORRILLO, Daniel. Homofobia - História e Crítica de Um Preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 03 out. 1941.

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal o snob (Rio de Janeiro, década de 1960). In: Revista Tempo e Argumento. V. 2, n.2. UDESC, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11a ed., 1a reimp. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOBBSBAUM, Eric. “A invenção das tradições” Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. Págs. 11-29.

HUNT, Lynn. A invenção dos Direitos Humanos. Trad. Rosaura Eichenberg. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FLORES, Joaquin Herrera. La reinvencción de los derechos humanos. Andalucía, España, Atrapasueños, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais, em Revista Katalysis, v. 8 jan-jun. Florianópolis, 2005. pp. 15-23.

GREEN, James N. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. Quem é o macho que quer me matar? In: Revista anistia política e justiça de transição n.º 8. Ministério da Justiça, 2012.

GREEN, James N. & POLITO, Ronald. Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil, 1870-1980. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 2008.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 0, ano 1, 1978.

_____, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 1978.

_____, Rio de Janeiro, n. 2, ano 1, 1978.

_____, Rio de Janeiro, n. 3, ano 1, 1978.

_____, Rio de Janeiro, n. 4, ano 1, 1978.

_____, Rio de Janeiro, n. 5, ano 1, 1978.

_____, Rio de Janeiro, n. 6, ano 1, 1978.

- _____, Rio de Janeiro, n. 7, ano 1, 1978.
- _____, Rio de Janeiro, n. 8, ano 1, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 9, ano 1, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 10, ano 1, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 11, ano 1, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 12, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 13, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 14, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 15, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 16, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 17, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 18, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 19, ano 2, 1979.
- _____, Rio de Janeiro, n. 20, ano 2, 1980.
- _____, Rio de Janeiro, n. 21, ano 2, 1980.
- _____, Rio de Janeiro, n. 22, ano 2, 1980.
- _____, Rio de Janeiro, n. 23, ano 2, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 24, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 25, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 26, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 27, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 28, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 29, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 30, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 31, ano 3, 1980.

_____, Rio de Janeiro, n. 32, ano 3, 1981.

_____, Rio de Janeiro, n. 33, ano 3, 1981.

_____, Rio de Janeiro, n. 34, ano 3, 1981.

_____, Rio de Janeiro, n. 35, ano 3, 1981.

_____, Rio de Janeiro, n. 36, ano 4, 1981.

_____, Rio de Janeiro, n. 37, ano 4, 1981.

LIMA, Raquel Sousa. O conceito de cultura em Williams e Thompson: breve apresentação das ideias de materialismo cultural e experiência. In: Revista Cantareira, 8^a ed. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao8/artigo02.pdf>> Acesso em 12/05/2015.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, 22(1) :186–209, 2007.

MACEDO, Caio Sperandéo. Cidadania na constituição de 1988 à luz da concepção de Hannah Arendt, disponível em: <<http://www.editorajc.com.br/2013/12/cidadania-constituicao-1988-luz-concepcao-hannah-arendt/>>

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: *Stonewall 40 + o que no Brasil?/ Leandro Colling, organizador. Salvador: EDUFBA, 2011.*

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Narratologia: teoria e análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2005.*

PASSAMANI, G. R. (Des)Cobrimdo o arco-íris: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais. In: *VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2009, Buenos Aires. CD da VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires: VIII RAM, 2009. v. 1.*

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2011.*

QUIJANO, Aníbal. Capítulo de Aníbal Quijano. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO, 2000.*

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.*

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.*

SANTOS, Boaventura Sousa. As tensões da modernidade, em Fórum Social Mundial, Biblioteca das Alternativas.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: Experiência, THOMPSON, E. P., em A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Pp.180-201.

THOMPSON, E. P. Prefácio, em THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa – A Árvore da Liberdade. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pp.09-14.

THOMPSON, E. P. Costume e cultura, em THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pp 13-25.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2007.

V., Viviane. Explorando Momentos de Gêneros Inconformes – Esboços Autoetnográficos. I Seminário Internacional Desfazendo Gênero (Natal, RN). Disponível em: <http://bit.ly/16PjfjL>, 2013.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Maria Aun. A pesquisa em História. 4ª ed. 2ª imp. São Paulo: Ática, 2000

WILLIAMS, Raymond. Com vistas a uma sociologia da cultura, em WILLIAMS, Raymond. Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1992. pp. 09-32.